

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

**FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO, COMPORTAMENTOS
ANTISSOCIAIS E CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS
EM JOVENS INSTITUCIONALIZADOS**

Dissertação de Mestrado

Segundo Ciclo de Estudos em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Lúcia Filipa Caldeira Durão

Orientação: Professora Doutora Maria Luísa Panaças

Portalegre

2020

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Dissertação de Mestrado

Fatores de Risco e Proteção, Comportamentos Antissociais e Consumo de Substâncias Ilícitas em Jovens Institucionalizados

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre para obtenção do grau de Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, sob a orientação da Professora Doutora Maria Luísa Panaças

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

Presidente: Prof. Doutor Abílio José Maroto Amiguinho

Arguente: Prof.^a Doutora Maria José das Dores Martins

Orientador: Prof.^a Doutora Maria Luísa Panaças

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este percurso tão marcante na minha vida e sabendo que sozinha seria impossível, queria expressar o meu especial agradecimento a todos aqueles que tiveram presentes, que me apoiaram e que jamais me deixaram pensar em desistir.

O meu especial agradecimento à Professora Doutora Maria Luísa Panaças por toda a perseverança, disponibilidade e ensinamentos que foram fundamentais ao longo de todo este processo.

À minha mãe um obrigada não chega, por todas as palavras, pelo apoio, orgulho, carinho, força e persistência que colocou em mim constantemente, por ter contribuído incansavelmente neste meu percurso académico e por estar sempre nas minhas conquistas.

Ao meu pai pela confiança, por acreditar sempre nas minhas capacidades, por me incentivar a ser uma pessoa ambiciosa e a lutar pelos meus sonhos.

Ao meu namorado pela sua constante motivação e expectativa, pelo seu esforço em me manter calma e pela vontade de ajudar. Por toda a dedicação, paciência e amor que demonstrou ao longo deste processo.

À minha avó, aos meus restantes familiares e amigos que me apoiaram e me motivaram, que estão sempre nos momentos bons e menos bons, que tornaram os dias menos bons em dias melhores e que de certa forma também contribuíram para realização deste trabalho, o meu obrigada de coração.

RESUMO

Os contextos familiares e escolares têm um grande impacto na vida das crianças e jovens sendo uma das principais causas da violência juvenil. É através destes meios de socialização que se constrói uma aprendizagem, podendo originar comportamentos desviantes e delinquentes e uma possível situação de acolhimento.

A relação entre pais e filhos é fundamental na determinação de comportamentos, tal como a existência de fatores de proteção após o nascimento tornando-se indispensáveis no combate aos fatores de risco.

Os “*Fatores de Risco e Proteção, Comportamentos Antissociais e Consumo De Substâncias Ilícitas em Jovens Institucionalizados*” é uma investigação que pretende compreender os fatores que estão intrínsecos às histórias de vida e que conduziram ao acolhimento institucional, bem como a forma como o desenvolvimento das crianças e jovens entre a infância e a adolescência pode ou desencadeia comportamentos de risco/perigo.

Para tal foi utilizada a metodologia de histórias de vida através de uma abordagem qualitativa, com recurso a entrevistas semiestruturadas a sete jovens institucionalizados do sexo masculino.

Como objetivos específicos pretendeu-se: analisar teoricamente comportamentos de risco/perigo; compreender como é que os fatores de risco que estão inerentes aos jovens/adolescentes podem desencadear comportamentos desviantes; identificar as consequências que estão subjacentes à prática de atos delinquentes e comportamentos antissociais; e compreender o processo de mudança que o jovem tem de ultrapassar desde que é institucionalizado.

Os resultados evidenciam que o grande fator de origem do acolhimento reside na família; os fatores de risco mais manifestos são sobretudo a negligência, os maus tratos, a ausência da figura paterna, os problemas socioeconómicos, os consumos de estupefacientes, o insucesso escolar e a exclusão social; o ambiente familiar e o temperamento da criança estão relacionados entre si; as vivências anteriores à institucionalização têm impacto na vida das crianças e jovens; o processo de adaptação em casa de acolhimento não é fácil e os jovens têm perspetivas para o seu futuro.

Palavras-chave: crianças e jovens; acolhimento residencial; família; fatores de risco e proteção.

ABSTRACT

Family and school contexts have a major impact on the lives of children and young people, being one of the main causes of youth violence. It is through these means of socialization that learning is built, which can lead to deviant and delinquent behaviours and a possible welcoming situation.

The relationship between parents and children is fundamental in determining behaviours, as well as the existence of protective factors after birth, becomes indispensable in combating risk factors.

The “Risk and Protection Factors, Antisocial Behaviours and Consumption of Illicit Substances in Institutionalized Youths” is an investigation that aims to understand the factors that are intrinsic to life stories and that have led to institutional care, as well as the way in which children develop and young people between childhood and adolescence can or trigger risky / dangerous behaviours.

The methodology of life stories was used through a qualitative approach, using semi-structured interviews with seven institutionalized young men.

The specific objectives were to: theoretically analyse risk / danger behaviours; understand how the risk factors that are inherent to young people / teenagers can trigger deviant behaviour's; identify the consequences that underlie the practice of delinquent acts and anti-social behaviour; and understand the process of change that young people have to overcome since it is institutionalized.

The results show that the main source of the reception in residential care lies in the family; the most evident risk factors are mainly negligence, abuse, absence of a father figure, socioeconomic problems, drug use, school failure and social exclusion; the family environment and the child's temperament are related to each other; experiences prior to institutionalization have an impact on the lives of children and young people; the adaptation process in the residential care is not easy and young people have perspectives for their future.

Keywords: children and youth; residential care; family; risk and protection factors.

ABREVIATURAS

CAD – Comportamentos Aditivos e Dependências

CNPDPJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e Juventude

CPM – Comissão de Proteção de Menores

ECMIJ – Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude

ISS – Instituto da Segurança Social

LIJ – Lar de Infância

LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LPI – Lei de Proteção à Infância

LTE – Lei Tutelar Educativa

OTM – Organização Tutelar de Menores

OMS – Organização Mundial da Saúde

SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS.....	12
1.1. BREVE HISTÓRIA DA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL	12
1.1.1. Evolução das Leis de Proteção De Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP).....	13
1.1.2. A Viragem da década de 90 Do Séc. XX na Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Risco	14
1.2. MEDIDAS DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E JOVENS.....	15
1.3. O ACOLHIMENTO RESIDENCIAL E A SUA EVOLUÇÃO	17
1.4. FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO NA INFÂNCIA E JUVENTUDE	21
CAPÍTULO II – COMPORTAMENTOS DE RISCO.....	25
2.1. DELINQUÊNCIA JUVENIL	25
2.1.1. Delinquência, Fatores de Risco e Família.....	27
2.1.3. Competências Parentais	32
2.2. CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS.....	35
2.3. ESCOLA.....	38
CAPÍTULO III – MÉTODO	42
3.1. FUDAMENTAÇÃO DO MÉTODO	42
3.2. OBJETIVOS	43
3.3. PARTICIPANTES	44
3.4. INSTRUMENTOS	45
3.5. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO	46
3.6. PROCEDIMENTOS.....	48
CAPÍTULO IV – RESULTADOS	50
CAPÍTULO V – DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	69
CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES	78
BIBLIOGRAFIA	82
ANEXOS	88

“O segredo da humanidade está no vínculo entre as pessoas e os acontecimentos. As pessoas ocasionam os acontecimentos e os acontecimentos formam as pessoas.”

Ralph W. Emerson

INTRODUÇÃO

A presente dissertação surge no âmbito do Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre.

Segundo o Relatório Anual de 2019 da Avaliação da Atividade das CPCJ (CNPDP CJ, 2020) o número de crianças e jovens privados de um desenvolvimento saudável, vítimas de negligência, maus tratos e expostos diariamente a comportamentos desviantes é um problema que está cada vez mais presente na nossa sociedade e que tem vindo a aumentar consideravelmente ao longo dos anos.

Como tal, as crianças e jovens que se encontram em Acolhimento Residencial, são seres únicos, com uma história de vida própria, que necessitam de um espaço calmo, onde recebam uma atenção individualizada. A casa de acolhimento deve garantir uma resposta eficaz às necessidades específicas de cada criança e jovem para que tenham um desenvolvimento saudável e caso se aplique, uma alteração no comportamento.

Ao serem institucionalizadas, a casa de acolhimento e a escola tornam-se os principais agentes de socialização da criança ou do jovem, sendo necessário um trabalho em equipa contribuindo para a transmissão de valores, para o sucesso escolar e integração social destes jovens.

O presente estudo encontra-se estruturado em cinco partes. No primeiro capítulo percorremos de forma breve a proteção de crianças e jovens, recorrendo à legislação e incluindo a evolução do acolhimento residencial e os fatores de risco presentes na infância como as questões da negligência e dos maus tratos; no segundo capítulo tratam-se os comportamentos de risco e de que modo estes podem despoletar condutas desviantes, abordando questões como a delinquência juvenil e os fatores de risco que a ela estão inerentes, questões relacionadas com a família e como esta tem uma enorme influência nos comportamentos de risco das crianças e jovens, o consumo de substâncias que também se relaciona com o comportamento desviante e por último a importância da escola e como os professores podem motivar e contribuir para o sucesso escolar; no terceiro capítulo apresentamos o método utilizado para realizar a investigação onde começamos por justificar o porquê da abordagem que selecionámos. Em seguida apresentamos os nossos objetivos, procedimentos e instrumentos, bem como a contextualização do estudo caracterizando a Casa de Acolhimento onde residem os jovens entrevistados. No quarto capítulo apresentaremos os resultados organizados em função do estudo e por último, no quinto capítulo será feita a discussão dos resultados obtidos. Esta

discussão será apresentada em três categorias de forma a comparar e analisar os resultados obtidos de acordo com os diferentes autores. No último momento apresentaremos as nossas conclusões.

CAPÍTULO I – PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

1.1. BREVE HISTÓRIA DA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL

Até finais do século XIX não existia a noção de responsabilidade social pelas crianças e não havia leis para as proteger, sendo a família a única responsável pela sua proteção e defesa. As crianças recebiam um tratamento muito semelhante ao dos adultos e começavam a trabalhar muito cedo, o que as colocava em perigo por muitas vezes desempenharem trabalhos pesados. Nos séculos XV a Rainha Dona Leonor criou as misericórdias. Posteriormente, aumentaram os estabelecimentos assistenciais e de educação para crianças abandonadas, órfãs e pobres (hospícios, orfanatos, asilos, etc.)

Nos finais do século XVIII o Estado cria a Real Casa Pia de Lisboa, em 1780, para os menores vadios, delinquentes e marginalizados, seguindo-se a Casa de Detenção e Correção de Lisboa em 1871 e a Colónia Correcional de Vila Fernando em 1880. Mais tarde, no século XX surgem os Reformatórios e as Colónias (Martins, 1998).

Martins (2006) afirma que “o destino das crianças nos séculos XIX e XX acompanhou os passos da vida quotidiana dos adultos, encontrando-se estas ao lado deles no trabalho, na família, na mendicidade, na vagabundagem, nas situações de promiscuidade, na ‘rua’ e nas cadeias” (p. 103). Assim, até meados do século XIX a criança era considerada um “adulto em miniatura”, sem a dignidade de pessoa humana, que aprende as normas sociais, ajuda no lar e nas necessidades económicas familiares.

No início do século XX promulga-se o direito tutelar de menores, com medidas educativas, tutelares e de tratamento médico-pedagógico atenuando a criminalidade infantil e juvenil no país. Contudo, as crianças das famílias mais desfavorecidas encontravam-se em situação de pobreza, mendicidade e precariedade. No seio do ambiente familiar aceitava-se o trabalho infantil, o abandono e a marginalidade, arrastando-se esta situação décadas após décadas. Essas crianças eram consideradas potenciais delinquentes precoces ou “anormais”, lançados a viverem da “rua” ao abandono e em situação de marginalidade, existindo a necessidade pública de interná-los em estabelecimentos especiais para serem reeducados para o bem da segurança da sociedade (Candeias & Henriques 2012; Martins, 2006).

A proteção à infância no século XX pode ser reduzida a três tipos de serviços: os serviços de assistência pública (assistência e higiene social, materno-infantil, puericultura, pediatria, etc.), os serviços de instrução (a escola e a escolarização) e os serviços de justiça (tutoriais de

infância criadas em 1911). Enquanto os dois primeiros serviços passaram a ser encargo exclusivo do Estado e de algumas entidades particulares (das misericórdias e de alguns colégios), o último serviço era exclusivo do Estado ou a ele subordinado (Martins, 2006). Deste modo, a missão educativa incidia nas instituições especiais controladas pelos serviços jurisdicionais de menores e Tutorias ou Tribunais de Menores e pelos serviços assistenciais. Pode dizer-se, que o século XX foi o século da evolução do conceito de criança e do reconhecimento da necessidade da sua proteção a nível jurídico e social.

1.1.1. Evolução das Leis de Proteção De Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP)

Foi no ano de 1911, logo no início da Implantação da República que se formalizou em Portugal a primeira Lei de Proteção à Infância (LPI), com a publicação do Decreto-Lei a 27 de maio de 1911 dando início à organização de um sistema judicial de proteção às crianças e jovens. Henriques e Vilhena (2015), citando esta lei, afirmam que a sua principal finalidade era a de proteger, regenerar e tornar útil a criança abandonada ou desprotegida e o seu alvo, além da criança perigosa e delinquente, era também a criança em perigo moral (abandonada, pobre), aconselhando-se dois tipos de intervenção: a intervenção preventiva, para as crianças em perigo; e a intervenção reeducativa, para as crianças perigosas.

No ano de 1959 é aprovada a Declaração Universal da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e em 1962 segundo o Decreto-Lei n.º 44288 é aprovada a Organização Tutelar de Menores (OTM).

Conforme o artigo 17.º da OTM os Tribunais Tutelares de Menores têm competência para decretar medidas relativamente aos menores que, antes de perfazerem os 16 anos, sejam sujeitos a maus tratos ou se encontrem em situação de abandono, desamparo ou semelhante, capazes num e noutro caso de pôr em perigo a sua saúde, segurança ou formação moral; que pela sua situação, comportamento ou tendências reveladas mostrem dificuldade séria de adaptação a uma vida social normal; que se entreguem à mendicância, vadiagem, prostituição ou libertinagem e que sejam agentes de qualquer facto qualificado pela lei penal como crime ou contravenção (Ministério da Justiça, 1962).

Posteriormente, em 1967 pelo Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro é criado em Portugal o instituto da adoção.

A Constituição da República no ano de 1976 consagra pela primeira vez como direitos fundamentais a infância (Art.º 69.º) e a juventude (Art.º 70.º), e em 1989 é aprovada a Convenção sobre os Direitos da Criança, sendo esta ratificada por Portugal em 1990

(UNICEF, 2019). Através desta Convenção e dos seus antecedentes, assiste-se a uma progressiva viragem na conceção dos direitos da criança, sendo esta reconhecida como sujeito autónomo de direitos.

1.1.2. A Viragem da década de 90 Do Séc. XX na Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

No ano de 1991 foram criadas as Comissões de Proteção de Menores (CPM) através do Decreto-Lei n.º 189/91 de 17 de maio. A sua finalidade era a de evitar o contato dos menores com os Tribunais e, em conjunto com a família sempre que possível, se intervir junto das crianças e dos jovens. Mais tarde, em 1998 é criada a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, conforme consta no Decreto-Lei 98/98 de 18 de abril com o objetivo de planificar a intervenção do Estado e coordenar, acompanhar e avaliar a ação dos organismos públicos e da comunidade na proteção de crianças e jovens em risco.

A Grande Reforma do Direito de Crianças e Jovens ocorre em 1999, com a Lei Tutelar Educativa (LTE – Lei n.º 166/99, de 14 de setembro) e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP – Lei n.º 147/99 de 1 de setembro) tendo ambas entrado em vigor a 1 janeiro de 2001.

Em 2001 as CPM foram substituídas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). No ano referido anteriormente entra em vigor a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, para garantir o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças e jovens. No que diz respeito às modalidades de intervenção em situações problemáticas, esta pode ser efetuada através de três vias:

- 1. Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ) -** Tem como objetivo avaliar, diagnosticar e intervir em situações de risco e perigo, implementar estratégias de intervenção que atuem de modo a diminuir ou a erradicar os fatores de risco etc. Fazem parte os internatos, os centros de acolhimento temporário e que têm como finalidade dar apoio educativo e social e também proteção às criança e jovens.
- 2. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) -** Intervêm quando não é possível às entidades acima referidas atuar de modo a remover o perigo em que a criança ou jovem se encontram. Esta intervenção é realizada através do consentimento expresso e prestado por escrito dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto.

- 3. Judicial** - A intervenção desta via só se verifica quando nenhuma das anteriores (ECMIJ e CPCJ) consegue resolver.

No ano de 2015 surge o Novo Regime Geral de Lei Tutelar Civil – Fim da Organização Tutelar de Menores (OTM). Há uma revisão da LPCJP e da LTE. Neste ano foi realizada uma revisão de todas as leis relativas ao sistema de promoção e proteção.

1.2. MEDIDAS DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E JOVENS

A intervenção das entidades com competência em matéria de infância e juventude encontra-se prevista na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com o intuito de promover e proteger os direitos das crianças e jovens em perigo, de modo a garantir o seu bem-estar e o seu desenvolvimento integral:

A intervenção é legítima quando a criança ou o jovem que está em perigo se encontra numa das seguintes situações: está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre de maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; está aos cuidados de terceiros, durante o período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em desenvolvimento; é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de adequado a remover essa situação; tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional (art.º 3.º LPCJP).

A aplicação das medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e dos jovens em perigo é da competência exclusiva das Comissões de Proteção e dos Tribunais (art.º 38.º LPCJP). Segundo o art.º 34 da LPCJP, têm por objetivos:

- afastar o perigo em que as crianças se encontram;
- proporcionar as condições de proteção e promoção da sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento;

- garantir a recuperação física e psicológica das crianças que sofreram de qualquer forma de exploração e abuso.

As medidas de promoção e de proteção dividem-se em medidas executadas no meio natural que consistem no apoio junto dos pais, de outro familiar, de confiança a pessoa idónea e de apoio para a autonomia de vida ou, quando a medida natural não se revele eficaz, recorre-se a medidas de colocação que consistem no acolhimento familiar, no acolhimento residencial e na confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção (art.º 35.º LPCJP).

Conforme a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, o acolhimento residencial consiste:

Na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. (art.º 49.º LPCJP).

Existem diferentes modalidades de integração no acolhimento (planeada ou urgente). Na integração planeada a preparação da integração da criança ou do jovem é realizada na casa de acolhimento, através de troca de informação relevante entre a entidade que aplica a medida, a entidade responsável pela gestão das vagas em acolhimento e a instituição responsável pelo acolhimento, visando a melhor proteção e promoção dos direitos da criança ou jovem a escolher. Contudo, ainda prevê a preparação informada da criança ou jovem e, se possível, da respetiva família. A integração urgente em casa de acolhimento é determinada pela necessidade de proteção da criança quando ocorra situação de emergência (art.º 51.º LPCJP).

Segundo o artigo 4.º da LPCJP, no que toca à intervenção junto de crianças ou jovens vítimas, deve-se salvaguardar e respeitar o interesse superior da criança e do jovem; respeitar a privacidade, intimidade, direito à imagem e reserva da vida privada; intervir precocemente assim que a situação de perigo seja reconhecida; promover a intervenção mínima, em que somente sejam envolvidas na intervenção entidades e instituições indispensáveis para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo; promover uma intervenção adequada à situação de perigo a que a criança ou jovem se encontra, interferindo na vida da criança ou do jovem ou na sua família só e apenas quando for necessário; estimular a responsabilidade parental para que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o

jovem; dar primazia às relações psicológicas profundas; dar prevalência à família de forma a integrar a criança e o jovem na sua família biológica ou na promoção da adoção; a obrigatoriedade de prestar informação acerca dos direitos que determinam a intervenção e da forma como este se processa a todos os envolvidos; promover a audição obrigatória e a participação de todos os envolvidos na intervenção aquando processo de promoção dos direitos e proteção e, por último garantir o princípio da subsidiariedade.

1.3. O ACOLHIMENTO RESIDENCIAL E A SUA EVOLUÇÃO

Como foi referido no ponto 1.1. *Breve história da proteção de crianças e jovens*, a década de 90 do Séc. XX foi determinante na Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Risco. A partir desta década as respostas sociais de acolhimento para crianças e jovens no sistema nacional de proteção passaram a designar-se por Acolhimento Familiar para crianças e jovens, Centros de Acolhimento Temporário (CAT), Lares de Infância e Juventude (LIJ), Apartamentos de Autonomização (AA) e, ainda, Lares Residenciais, Centros de Apoio à Vida e Lares de Apoio.

Após vários anos de evolução dos direitos da criança, no ano de 2007 altera-se o Código Penal e inicia-se o Plano DOM (Desafios, Oportunidades e Mudanças) através do Despacho n.º 8393/2007, que visava melhorar os recursos humanos e criar condições institucionais (materiais e físicas) que permitissem às crianças e jovens viver nestas casas. Como resultado do Plano DOM, sentiu-se necessidade de incorporar alguns técnicos nos quadros das instituições de acolhimento, o que fez com que as Casas de Acolhimento dessem especial atenção às necessidades educativas específicas de cada criança ou jovem, à sua socialização e ao seu equilíbrio emocional, para desta forma se traçar um projeto de vida adequado a cada criança, proporcionando-lhes um desenvolvimento integral e integrado (Rodrigues, 2019).

Contudo, em 2012 o Plano DOM foi substituído pelo Plano SERE+ (Sensibilizar; Envolver; Renovar; Esperança; MAIS) através do Despacho n.º 9016/2012 tendo este o objetivo de implementar medidas de especialização da rede de lares de infância e juventude que conduzissem a uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, em que no menor tempo útil, da sua educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança resultasse a sua desinstitucionalização.

Em 2015 ocorre em Portugal a segunda alteração da LPCJP (Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro) em que se salvaguarda o interesse superior da criança e do jovem, sublinha-se a importância das relações psicológicas profundas para o desenvolvimento saudável e

harmónico da criança ou jovem e garante-se a prevalência da família. É com esta alteração à lei, que se substitui a designação de “acolhimento institucional” para “acolhimento residencial”, introduzindo-se o termo “casas de acolhimento” (Rodrigues, 2018).

A terceira alteração da LPCJP surge em 2017 (Lei n.º 23/2017, de 23 de maio) e veio garantir o alargamento do período de proteção até aos 25 anos sempre que os jovens em acolhimento desejem terminar a sua formação académica ou formativa.

O Acolhimento Residencial passa assim, a assumir diferentes formas, nomeadamente enquanto respostas a situações de emergência, resposta a problemáticas específicas e necessidades de intervenção educativa e terapêutica (evidenciadas pelas crianças e jovens a acolher), e ainda através de apartamento de autonomização, para o apoio e promoção de autonomia dos jovens (art.º 50.º LPCJP).

As Casas de Acolhimento são organizadas em unidades, de modo, a favorecer uma relação afetiva familiar, uma vida diária personalizada e consequentemente, a integração na comunidade. O funcionamento é definido de acordo com a Casa de Acolhimento em diploma próprio e os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto podem visitar a criança ou o jovem, de acordo com os horários, regras de funcionamento, salvo decisão judicial em contrário (art.º 53.º LPCJP).

As equipas em Casa de Acolhimento estão articuladas entre si, fazendo parte destas, a equipa técnica, a equipa educativa e a equipa de apoio e têm como função o diagnóstico da situação da criança ou do jovem acolhido e a execução do seu projeto de promoção e proteção, de acordo com a decisão do tribunal ou da comissão.

O ISS em 2005 publica o Manual de Boas Práticas da Segurança Social, afirmando os princípios e valores em que se baseia o acolhimento residencial “têm a sua génese nos direitos fundamentais que devem ser promovidos e garantidos a todos os residentes (crianças ou jovens), famílias, colaboradores, dirigentes, especialistas e todos os restantes com quem a organização se relacione” (ISS, 2005, p.106).

De acordo com Gomes, I. (2010) pretende-se com o Acolhimento Residencial:

proporcionar um modelo familiar contendor e securizante, onde os processos de trabalho a desenvolver se situam em torno das necessidades biopsicossociais, afetivas e emocionais, da criança ou do jovem e onde o projeto de vida de cada um é definido tendo em consideração os seus superiores interesses, em tempo útil, sempre com a participação da criança e do jovem na medida das suas capacidades e, sempre que possível, com a participação da própria família. (pp. 88-89)

Para uma resposta de qualidade, deve ser realizado um plano de intervenção adequado às necessidades da criança ou do jovem, de modo a que se concretize o seu projeto de vida.

Gomes, I. (2010) referindo-se à teoria desenvolvida por Del Valle e Fuertes (2000) identifica alguns princípios fundamentais para a promoção de um acolhimento em instituição de qualidade, nomeadamente:

A **individualidade** de cada criança/jovem e as suas necessidades têm de ser respeitadas. Para isso, há que ser desenvolvido um programa individualizado de intervenção, tendo em conta as suas necessidades, dificuldades e estratégias, de modo a ajudar a ultrapassar obstáculos. A organização da residência e as rotinas em comum são pontos de apoio importantes, contudo, não podem anular o direito de individualidade e de privacidade de cada um. As capacidades, competências, necessidades e dificuldades de cada criança ou jovem devem ser trabalhadas individualmente, tendo em conta que a criança ou o jovem deve ser visto como um ser único;

O **respeito pelos direitos da criança/jovem e da família**, procura que todas as crianças e jovens mantenham os seus contactos. A intervenção com a família é organizada de acordo com o plano acordado. O acompanhamento das visitas, permite salvaguardar o bem-estar da criança, observar a relação entre a criança e os seus familiares e ajudar os pais a melhorar as suas competências parentais, de modo a agirem corretamente com as suas crianças ou jovens, percebendo as suas necessidades e dando uma resposta adequada às mesmas;

A **satisfação às necessidades básicas da criança** ao nível do equipamento, alimentação e vestuário. É importante que se promova o conforto e o bem-estar, que a alimentação seja variada de acordo com as idades e as necessidades das crianças/jovens e que, se a idades e as capacidades das crianças e dos jovens o permitir que participem ativamente na escolha da sua roupa promovendo assim, a sua autoestima;

Para **garantir escolaridade ou alternativas educativas** as crianças devem ter acesso a educação formal, informal e vocacional. A escolaridade é uma das áreas em que as crianças/jovens acolhidos apresentam maiores dificuldades, podendo gerar falta de estimulação, défices cognitivos ou baixa motivação. Desta forma, é importante promover hábitos de trabalho e ter um espaço para a criança/jovem estudar e passar algum tempo, através de um trabalho personalizado e da dedicação por parte da equipa que os acompanha diariamente;

Devem ser tomadas providências para que as crianças e os jovens recebam **cuidados médicos e outros cuidados de saúde** tendo em conta as suas especificidades. O acompanhamento médico deve ser individualizado e adequado a cada caso. A promoção para uma vida saudável, a abordagem de temas de educação sexual, alimentação e higiene devem ser tratados no Acolhimento Residencial, individualmente e em grupo, de acordo com a idade da população-alvo;

A participação em atividades da comunidade visa **promover a integração social**, bem como dar-lhes possibilidade de estabelecerem outras relações de amizade e de vivenciarem novas experiências, importantes para o seu crescimento. Essas experiências permitem-lhes adotar um estilo de vida tão similar quanto possível ao dos que vivem em ambiente familiar. As crianças e os jovens devem ter acesso aos meios de comunicação usuais e acompanhar os elementos da equipa quando estes se deslocam para fazer coisas comuns como o ir às compras, estas situações são um fator importante para a progressiva autonomia das crianças e dos jovens;

Na **preparação para a autonomia** é fundamental potenciar e otimizar o processo de crescimento e individuação de cada criança e jovem para a tomada de decisões e de resolução de problemas, auto-orientação e responsabilidade social. Muitos destes jovens quando saem da Casa de Acolhimento contam apenas consigo, não têm famílias para os auxiliar, assim, todas as competências que adquirirem durante o acolhimento são um contributo para a sua autonomização;

Trabalhar e **dar apoio às famílias** com vista na reintegração social, é a estratégia inicial quando uma criança ou jovem é acolhida. Assim, para que se consiga uma relação de qualidade e protetora entre as crianças e os seus pais, é necessário trabalhar a vinculação. A família deve estar ao corrente da evolução do processo e conhecer os seus direitos e deveres, para contribuir de forma positiva no projeto de vida da criança. Também é importante apoiar a família a identificar as situações que necessitam de mudança; orientar a família encaminhando-a para serviços que podem auxilia-la na resolução dos seus problemas; trabalhar questões que surjam nas visitas à criança e trabalhar a adequação da interação entre a família e a criança;

Proteger a criança e garantir a sua segurança, criando um ambiente agradável e estabelecendo uma relação de confiança com os seus cuidadores é um dos principais objetivos do Acolhimento Residencial. Assim, devem respeitar-se as normas de segurança de modo a evitar acidentes domésticos, ou situações que coloquem a criança em risco;

A equipa técnica da Casa de Acolhimento tem a responsabilidade de conseguir que todas as crianças e jovens acreditem no futuro. Todos têm o direito de viver no seio de uma família (biológica ou não) e do respeito à individualidade, bem como de verem definido um **projeto de vida**, tendo em conta o seu tempo útil;

O **respeito pelo direito da criança à participação** contribui para o desenvolvimento e bem-estar da criança e do jovem, através das suas sugestões e ideias sobre a casa onde vive. A criança ou o jovem devem ser consultados sobre as decisões que têm de ser tomadas no que toca ao seu projeto de vida, tendo em consideração a sua idade e maturidade. Devem também ser incentivados a exprimir os seus sentimentos e experiências.

Segundo o ISS (2007) os técnicos devem criar um ambiente sem simulações exageradas e compreender que as crianças e jovens estavam habituados a outro padrão relacional, existindo a possibilidade de entrar em conflito com as regras incutidas pela instituição. Os técnicos devem ter consciência de que o período de transição e de integração não é um processo fácil, e por isso é essencial que estejam preparados tecnicamente para em conjunto se delinearem estratégias para cada caso, de modo a que as crianças e jovens não tirem partido das contradições por vezes existentes entre adultos (ISS, 2007, p.4).

O conhecimento das regras e modo de funcionamento da Casa de Acolhimento é importante para a criança ou jovem logo desde o primeiro momento, para que se aperceba do planeamento e da gestão de rotinas diárias. Estas rotinas facilitam a integração, permite que a criança ou jovem organizem a sua angústia e ansiedade, ajudam na diminuição do sofrimento e aumentam a probabilidade de se sentir tranquila e confiante (ISS, 2007, p.30).

1.4. FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO NA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Segundo os dados da PORDATA (2020) a população em Portugal é maioritariamente composta por pessoas idosas tendo o número de jovens vindo a diminuir. No que diz respeito ao número de jovens com menos de 15 anos, no ano de 2011 existiam 1,679,191 jovens em Portugal, o que equivale a 16,2%. No ano de 2018 houve um decréscimo neste resultado, alterando-se para 1,415,731 jovens, o que corresponde a 13,8%. Contudo, no que toca às pessoas idosas com 65 ou mais anos, a situação altera-se. No ano de 2011 existiam 1,705,274 idosos em Portugal o que corresponde a 16,5%. No ano de 2018 houve uma subida de 5,2% na população idosa, fixando-se nos 21,7% o que equivale a 2,228,750 idosos.

No Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ do ano de 2019 (CNPDP CJ, 2020) é possível notar que 68.962 crianças e jovens foram acompanhadas pelas 310 CPCJ do país, tendo aumentado 14% face a 2018. Os comportamentos de perigo na infância e juventude (20,96%) aumentaram face a 2018 (18,7%). Contudo, a negligência continua a ocupar o primeiro lugar relativamente às características de perigo diagnosticadas com 34,50%, tendo esta diminuindo face a 2018 (43,10%). No que toca a situações de violência doméstica esta aumentou (22,14%), face ao ano de 2018 (11.90%).

Conforme consta no Relatório CASA de 2018 (Instituto da Segurança Social, I.P., 2019) neste mesmo ano, encontravam-se em situação de acolhimento 7,032 crianças e jovens (73%), em que 53% pertencia ao sexo masculino, 36% encontrava-se na faixa etária dos 15 aos 17 anos, sendo a sua origem de acolhimento a negligência, 59% por falta de supervisão e acompanhamento.

Segundo a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (s/d), o conceito de **risco** implica um perigo potencial para a concretização dos direitos da criança, e por sua vez, o de **perigo** caracteriza-se pela manutenção dos fatores de risco, que em determinadas circunstâncias pode conduzir a situações de perigo.

Conforme apresentada na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99), artigo 3.º é considerada em situação de perigo a criança que:

- a) está abandonada ou vive entregue a si própria; b) sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; e) é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; f) está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; g) assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhe oponham de modo adequado a remover essa situação; h) tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional (artigo 3.º).

Segundo Magalhães (2005), entende-se por **negligência** a falta de cuidados com o menor. O termo é definido como uma falha na satisfação das necessidades da criança ou do jovem em diversos fatores, nomeadamente, cuidados básicos de higiene, alimentação, segurança, educação, saúde, afeto, estimulação e apoio.

Existem vários tipos de negligência, a intrauterina, física, emocional e escolar, a mendicidade e o abandono. Estes comportamentos podem ser voluntários ou involuntários e dele podem despoletar distúrbios físicos ou psicossociais.

No que toca aos **maus tratos físicos**, Magalhães (2005) afirma que os maus tratos físicos são atos intencionais que podem ser praticados pelos pais ou pela pessoa responsável, com poder ou confiança que possa provocar dano físico à criança ou jovem. Tal comportamento pode ser praticado de forma isolada ou repetida e pode causar lesões físicas traumáticas, doença, sufocação, intoxicação ou síndrome de Munchausen por procuração, atualmente denominado Perturbação Fictícia Imposta a Outro (APA, DSM-V, 2014).

O **abuso sexual** manifesta-se através do envolvimento da criança ou jovem em práticas que visam a satisfação sexual do adulto ou jovem mais velho que se encontra numa posição de poder ou autoridade sobre o menor (Magalhães, 2005).

Magalhães (2005) refere o **abuso emocional** como um ato de natureza intencional, que pode ser definido pela ausência ou inadequação, persistente ou significativa, ativa ou passiva, do suporte afetivo e do reconhecimento das necessidades emocionais da criança ou jovem. Este ato pode desencadear na criança ou jovem, problemas a nível do desenvolvimento físico e psicossocial, instabilidade emocional e social e por sua vez, falta de autoestima.

Além de se manifestar nos diferentes tipos de maus tratos, caracteriza-se através de insultos verbais, humilhação, ameaças, rejeição, abandono temporário, entre outros.

Para prevenir comportamentos violentos contra as crianças e adolescentes, a OMS (2016) através do recurso INSPIRE implementou sete medidas:

- Implementação e vigilância do cumprimento das leis;
- Normas e valores;
- Segurança do ambiente;
- Pais, mães e cuidadores recebem apoio;
- Incremento de renda e fortalecimento económico;
- Respostas de serviços de atenção e apoio;
- Educação e habilidades para a vida.

Estas medidas foram implementadas de modo a criar ambientes familiares seguros, sustentáveis e estimulantes; a promover mudanças físicas para criar ambientes seguros; a reduzir fatores de risco em espaços públicos para diminuir a ameaça de violência (escola); a garantir estruturas legais que proíbam todas as formas de violência contra a criança; a fornecer acesso a serviços de boa qualidade para o atendimento a crianças afetadas por violência; a eliminar as desigualdades culturais, sociais e económicas que contribuem para a violência, entre outros (OMS, INSPIRE, 2016).

Quando se abordam os **fatores de proteção** que estão inerentes às crianças ou jovens a OMS (2015), afirma que estes podem ocorrer em diversos níveis, nomeadamente, no indivíduo, da família ou de relacionamentos próximos do indivíduo, da comunidade e da sociedade. Assim, os fatores de proteção são variáveis biopsicossociais (físicas, psicológicas e sociais) que apoiam e favorecem o desenvolvimento individual e social da criança ou do jovem, podendo consequentemente remover ou reduzir o impacto dos fatores de risco.

A atividade desportiva é um dos exemplos de fator de proteção assumindo um papel importante na promoção de um estilo de vida saudável trazendo vários benefícios a nível da saúde, física e mental e deve ser um hábito promovido logo em criança. Atualmente as novas tecnologias e o tipo de atividades profissionais contribuem para o sedentarismo, não favorecendo um modo de vida ativo, desta forma, é importante que os jovens sejam fisicamente ativos no seu dia a dia, fazendo parte as brincadeiras, jogos, desportos e trabalho. Recomenda-se três ou mais sessões semanais de atividades, com duração de pelo menos 20 minutos (Fernandes & Pereira, 2006).

De acordo com a OMS (2018) os pais, membros da família direta e os cuidadores mais próximos da criança devem garantir os cuidados de criação, sendo estes essenciais para o desenvolvimento saudável da criança e do jovem. Ao serem reunidas um conjunto de condições que proporcionam ao menor, boa saúde, nutrição, proteção, segurança, cuidados responsivos e oportunidades de aprendizagem precoce promove-se o desenvolvimento saudável das crianças, diminuindo e protegendo-as de fatores de stress e promovendo o encorajamento emocional e o enfrentamento cognitivo face a situações críticas.

Um estudo realizado pela UNICEF (2019) sobre homicídios na adolescência no estado do Ceará verificou que mais de 70% dos adolescentes que foram assassinados em 2015, estavam fora da escola há cerca de seis meses. Estes dados revelam a importância da Educação (escola) na proteção das crianças contra a violência.

CAPÍTULO II – COMPORTAMENTOS DE RISCO

Neste capítulo vão ser analisados alguns comportamentos de risco que podem comprometer o desenvolvimento juvenil, nomeadamente, comportamentos ligados à delinquência e ao consumo de substâncias, bem como fatores de risco e proteção, família e escola.

2.1. DELINQUÊNCIA JUVENIL

O papel das crianças na sociedade a partir do século XX evoluiu para uma posição diferente da dos adultos e com expectativas e normas igualmente diferentes, principalmente no que toca à dependência económica dos pais e educação formal, surgindo um novo grupo de indivíduos que, não são considerados crianças, mas também não são adultos (Konvalina, 2012).

Segundo Sprinthall e Collins, (1994) a delinquência juvenil tem sido muitas vezes considerada como sinónimo de adolescência. No entanto, estes autores acreditam que o termo delinquência está relacionado com a questão da subjetividade na expressão “classe social”, ou seja, a existência ou não da delinquência depende da classe social e económica do adolescente.

Para Ferreira (1997) a delinquência juvenil está relacionada com a família e a escola, ou seja, “a delinquência é produto da incapacidade dessas duas estruturas de socialização de levarem, em muitos casos, a bom termo as responsabilidades e os deveres que socialmente lhes competem realizar” (p. 913). Este autor também refere que o facto de durante o desenvolvimento infantil e juvenil existir falta de acompanhamento e de supervisão faz com que surjam determinados comportamentos desviantes. Desta forma, a intervenção de outras instituições de controlo social é essencial no processo educativo dos jovens e adolescentes, devido ao visível fracasso das estruturas de socialização e ao aparecimento de comportamentos desviantes.

Atualmente não existe apenas uma definição de delinquência juvenil, sendo que esta se alonga tanto no contexto legal como no contexto social. A delinquência juvenil abrange diversas condutas ilegais, e é praticada por jovens abaixo da imputabilidade legal (entre os 12 e os 16 anos), sendo que este comportamento desviante engloba todas as ações que ponham em causa a integridade da pessoa e dos seus bens (Cunha, 2014).

De acordo com Costa (1999, citado por Benavente, 2002) a delinquência juvenil é mais elevada nas populações desfavorecidas e etnicamente minoritárias devido ao enfraquecimento

institucional, aos fatores tradicionais de socialização, ao deficiente processo de integração e ao aumento do desemprego.

Rae-Grant, McConville, Kenned, Vaughan e Steiner (1999, citados por Benavente, 2002) defendem que o aparecimento de comportamentos desviantes se deve à influência do ambiente, tendo em conta os fatores de risco, nomeadamente a existência de violência doméstica ou no bairro, o abuso de álcool, o envolvimento no tráfico de droga, a posse de arma e a associação com adolescentes e/ou adultos delinquentes.

Ferreira (2000) dá a conhecer na sua abordagem dois modelos que contribuem para a análise sociológica do desvio juvenil: o modelo do “controlo” e o da “subcultura”.

Relativamente ao modelo da subcultura, este apela para o nível cultural ou subcultural e defende que o desvio surge do processo de aprendizagem ocorrido na relação com os outros, nomeadamente com os mais significativos, ou seja com os pais, amigos e grupo de referência. Neste modelo a escola assume um papel muito importante pois coloca o adolescente em contacto com o mundo institucionalizado e formal impondo respeito pelas regras que o regulam (Ferreira, 2000).

O modelo de controlo social considera que a concordância resulta dos laços que o indivíduo tem com os outros, nomeadamente, com as instituições sociais (Ferreira, 2000). No período da adolescência, as instituições, a família e a escola têm um papel fundamental na vida dos jovens que se encontram no período da adolescência, cabendo-lhes a responsabilidade de assegurar a conformidade. Deste modo, pode dizer-se que esta teoria defende a existência de laços sociais firmes, sendo estes um fator muito útil no processo de controlo social, prevenindo consequentemente o comportamento delincente (Ferreira, 2000).

Caridade, Martins e Nunes (2019) efetuaram um estudo com 80 jovens tendo como objetivo a caracterização do estilo de vida e dos seus comportamentos desviantes e delinquentes. Como resultados verificaram-se a inexistência de supervisão parental, falta de imposição de regras, existência de conflitos com os pares, professores e funcionários, ausência de hábitos de estudo e de atividades extracurriculares. Os jovens relataram passar mais tempo com os pares do que com os familiares, bem como já terem adotado condutas desviantes e delinquentes ou criminais, tais como agressões para com os colegas, professores e funcionários, envolvimento em grupos de pares desviantes, invasão de propriedades privadas e participação em furtos e em tráfico de droga.

No Relatório Anual de Segurança Interna do ano de 2019, (Sistema de Segurança Interna, 2020) pode ler-se que, naquele ano, foram assinalados 86 registos de delinquência juvenil em

Portugal, correspondendo a uma variação de +5,8%, invertendo a tendência de descida observada em anos anteriores.

2.1.1. Delinquência, Fatores de Risco e Família

De Antoni e Koller (2000) defendem que o jovem delinquente é um indivíduo que está exposto a diversos fatores de risco, constituindo-se, assim, dificuldades e problemas que podem influenciar o aparecimento de outros acontecimentos stressantes.

As situações de risco que são vivenciadas por estes jovens remetem para uma crise nos vínculos sociais e familiares (Nardi & Dell'Aglio, 2010), contribuindo por sua vez, para o aparecimento de condutas antissociais.

Segundo Pacheco *et al.* (2005) entre a infância e a adolescência o comportamento antissocial tende a apresentar-se como forma de padrão estável perante determinados fatores de risco. Estes fatores de risco podem envolver as características individuais de um sujeito e as características do ambiente em que este vive. Os fatores individuais estão relacionados com o género, problemas genéticos, capacidades sociais e intelectuais e características psicológicas (Paludo & Koller, 2005). Algumas características individuais como menor empatia e dificuldade em controlar as emoções são destacadas por Nardi e Dell'Aglio, (2010, citando Pinho *et al.*, 2006 e Shoemaker, 2000) como importantes variáveis de risco, sendo os jovens que transgridem a lei vistos pela sociedade como pessoas que não interiorizam as normas e que desafiam os limites que são socialmente aceites pela sociedade, revelando ter alguma dificuldade em criar empatia pelo próximo e ausência de culpa.

No que toca aos fatores de risco ambientais, estes estão relacionados com o baixo nível socioeconómico, com as características da família, com a ausência de apoio social e com as situações de vida que causam stress (Paludo & Koller, 2005). Relativamente às características familiares Nardi e Dell'Aglio, (2010) referiram que o primeiro passo para o desenvolvimento da delinquência seriam as práticas educativas sem eficácia que são adotadas pelos pais.

Nardi e Dell'Aglio, (2010) referindo alguns estudos, assinalam que as famílias que apresentam problemas psicossociais são frequentemente menos coesas e apresentam relações hierárquicas desequilibradas, considerando a coesão e a hierarquia como as duas dimensões centrais da estrutura de uma família. O termo coesão está relacionado com a proximidade emocional ou com o apego entre os membros da família, e a hierarquia que se relaciona com o poder de decisão, com a dominância e com a autoridade de um membro sobre os outros. Desta forma, Nardi e Dell'Aglio, (2010, citando Gehring, 1993) consideram que o desenvolvimento

saudável de um indivíduo está associado à coesão familiar, mas não se associa de igual forma à hierarquia.

Autores como Hutz (2002 e Thornberry & Krohn, 2004, citados por Pais, 2012) salientam que a família tem um grande impacto na criança, sendo a sua referência desde o momento do seu nascimento. Conforme estes autores, é no seio familiar que ocorrem os processos de socialização e a interiorização de normas e valores sociais, sendo que numa família disfuncional poderão vir a existir falhas nestes processos de socialização e de interiorização de normas que muitas vezes se refletem pela vida fora. Por vezes, as normas destas famílias contrariam as normas sociais, podendo ligar-se a condutas antissociais (roubos, furtos, consumos, tráfico, maus tratos/violência domésticos).

A importância da família e o papel das relações pais-filho/a tem vindo a ser discutido como uma das causas da delinquência. Desde Hirschi (1969, citado por Carrilho, 2000)) que a vinculação parental obteve um lugar de grande importância na teoria da vinculação social ao abordar o comportamento delinquente.

Para Chitas (2010, citado por Nunes, 2014), foi desde os anos 40 do séc. XX que a família, bem como a sua influência no processo de socialização da criança e do adolescente, ocupou um importante lugar na literatura científica no que diz respeito ao desenvolvimento e perturbações do comportamento na infância e adolescência. É na família que desde cedo, a criança e o adolescente aprende a diferenciar o comportamento aceitável do não aceitável e também a respeitar os direitos e a propriedade do outro. É também na família que aprende a ser agressivo, a ter comportamentos violentos e a ser antissocial (Nunes 2014).

De acordo com Gomes, I. (2010) além da família desempenhar funções educativas e de socialização também promove a autonomia e a integração social adequada da criança. Desta forma, a família transmite regras, valores e princípios gerando uma rede de afetos e proporcionando à criança segurança, proteção, estabilidade e capacidade de confiar em si e no outro, influenciando a sua construção de identidade pessoal e sentimento de pertença.

Carrilho (2000) refere que o baixo nível de envolvimento na delinquência na adolescência está diretamente relacionado com os laços afetivos com os pais, ou seja, se os adolescentes viverem sob tensões familiares e os afetos parentais forem pobres, a probabilidade de se envolverem na delinquência é maior.

Nunes (2014) defende que um dos grandes fatores de risco no comportamento delinquente é a família e o seu papel no desenvolvimento da criança, pois é esta que previne ou favorece o comportamento e/ou o desenvolvimento da delinquência.

Gomes, I. (2010) aponta os fatores mais comuns que conduzem à situação de perigo nos pais:

- Pobreza geracional e baixo nível socioeconómico;
- Pais com antecedentes de maus tratos nas suas próprias famílias;
- Pais expostos a modelos educativos desadequados;
- Mães adolescentes sem suporte familiar;
- Atraso mental de um ou ambos os progenitores;
- Perturbações da personalidade;
- Ausência de hábitos de trabalho e dependência económica de outrem;
- Mudanças frequentes de parceiro e residência;
- Antecedentes de criminalidade;
- Hábitos alcoólicos ou consumo de drogas;
- Comportamentos desviantes ou práticas desviantes;
- Baixa escolaridade. (pp. 67-68)

Por sua vez, como fatores de risco mais comuns na família Gomes, I. (2010) identifica:

- Sobrelotação habitacional;
- Agravamento das dificuldades económicas;
- Emprego precário ou perda de emprego;
- Separação ou divórcio dos pais;
- Doença mental da mãe ou do pai;
- Morte de familiar ou adulto cuidador;
- Acontecimento perturbador da dinâmica familiar;
- Violência doméstica;
- Integração em agregados multiproblemáticos;
- Múltiplas e descontínuas figuras parentais. (p. 68)

A ausência da figura paterna tem sido analisada como um potencial fator de risco para a delinquência nos rapazes, mais do que a figura materna. Nunes, (2014) refere a importância do processo de identificação do rapaz em crescimento com o seu pai no desenvolvimento da personalidade e do carácter. Este processo parece comprometido nos rapazes delinquentes que aparentam demonstrar maior hostilidade pela figura paterna do que os rapazes não delinquentes. Price e Kunz (2003, citados por Nunes, 2014) realçam a importância dos diferentes fatores a ter em conta na relação entre o divórcio e a delinquência, fazendo parte a

nível de hostilidade anterior ao divórcio, a relação entre pais e filhos, a estabilidade geral da família, e a capacidade dos pais em supervisionar e disciplinar os filhos.

Wasserman e Seracini, (2001) referem ainda, que sendo o meio social e a família fatores de risco acumulados, existem fatores periféricos como, por exemplo, criminalidade na família e adversidade social e fatores centrais como psicopatologia parental, competências parentais e maus tratos.

A pertença socioeconómica da família segundo os investigadores, também é um fator da delinquência juvenil, isto é, se uma família tem uma grande vulnerabilidade social, o meio de socialização que os pais oferecem será pouco estruturado. Pode dizer-se que é uma teoria interacionista, quando se é vulnerável a alguma coisa, e uma teoria estrutural, em que a vulnerabilidade depende da posição dos sujeitos na estrutura social (Born, 2005 citado por Nunes, 2014).

Assim, a família é a primeira grande etapa de socialização da criança e o contexto educativo onde aprende normas e valores, apresentando boas competências na redução de risco da criança e adolescente enveredar pelo caminho delincente. O contexto familiar é então decisivo, para a intervenção junto da criança e do adolescente, de modo a controlar e a prevenir comportamentos delinquentes.

O comportamento do indivíduo é influenciado pelo meio que o rodeia. Desta forma, as experiências precoces com os pais e outras pessoas que fazem parte da família, vizinhos, escola e comunidade têm um impacto significativo no seu comportamento. A criança ao crescer num ambiente de suporte afetivo, apresenta um menor envolvimento em comportamentos antissociais, tornando-se um ser mais produtivo, ao invés de uma criança que cresce num ambiente conflituoso e crítico (Carrilho, 2000).

Conforme Gomes, I. (2010) na sociedade atual as crises familiares contribuem para originar a transformação do sistema familiar. As famílias passam por períodos de stress, dificuldades, conflitos, compreensão, satisfação na dinâmica familiar, e vão construindo os seus princípios e valores, transmitindo-os aos seus elementos.

Gomes, I. (2010) chama a atenção que a existência de relações familiares positivas e gratificantes requerem qualidade de vida, ou seja, quando a família consegue crescer com afeto e segurança, perspetivando um futuro positivo.

Ao longo da história, a família sofreu alterações a nível da sua estrutura, funções e papéis, tendo estes variado de acordo com a cultura onde se insere. Nas sociedades modernas introduziram-se novas formas de urbanização, originando múltiplas transformações familiares

e implicando, a necessidade de adaptações, de reavaliações individuais e interpessoais. O modelo de referência familiar nuclear ou conjugal, constituído pelo casal e pelos seus filhos, atualmente já não é o mesmo, existindo muitas formas de família:

- Família monoparental, (é constituída por um só progenitor a quem compete todos os cuidados familiares);
- Família reconstituída (é composta pelo casal e pelos seus filhos, bem como por filhos de casamentos ou relações anteriores);
- Família celibatária (em que os indivíduos assumem viver sozinhos);
- Coabitação (quando pessoas solteiras, partilham de forma não legal, a casa e a gestão doméstica).

Estes tipos de família vêm evidenciar as mudanças ao nível das estruturas, funcionamento e comunicação, atribuindo uma nova dimensão das relações, das expectativas e dos papéis de cada membro da família entre si e com a sociedade (Almeida 2005, citado por Cansado, 2014).

A família obtém assim, um carácter funcional ou disfuncional, nomeadamente, na sua forma de funcionamento e dinâmica familiar. Entende-se por família funcional, aquela cujo desempenho global das suas funções é assegurado por comunicações claras, em que existe um estabelecimento de limites e as alianças são sólidas entre os seus membros. Por sua vez, as famílias disfuncionais caracterizam-se pela incapacidade de assegurar quer as suas funções, como a comunicação, as alianças são fracas, com equilíbrios muito rígidos, oposição à mudança e limites confusos, o que dificulta o crescimento e as coligações entre os seus membros (Cruz, 2006 citado por Cansado 2014).

Se a família é a instituição de socialização e se é uma família disfuncional e as crianças não tiveram mecanismos protetores, tais como a promoção da educação, pode-se considerar que falha na sua função de passagem de valores sociais aos seus descendentes.

O grupo de pares contribui também de uma forma decisiva para o processo de socialização e identidade social. As atividades delinquentes dos adolescentes ocorrem dentro do contexto grupal, uma vez que a adolescência é marcada pelo envolvimento no grupo sendo que os adolescentes delinquentes são muito mais orientados para o grupo e mais dependentes deste (Martins & Gomes, 2011).

Tomé, Camacho, Matos e Diniz (2011) desenvolveram um estudo com o objetivo de analisar a influência e o impacto dos pais e do grupo de pares nos comportamentos de saúde e risco dos adolescentes. Os resultados revelaram que uma boa comunicação com os pais tem um

maior efeito protetor sobre os comportamentos de risco do que uma boa comunicação com os amigos. Adolescentes com boa comunicação com os pais e amigos revelaram serem mais felizes e satisfeitos com a vida. Os resultados encontrados salientam a importância da comunicação e do relacionamento positivo com os pais e com os pares simultaneamente.

2.1.3. Competências Parentais

A gestão de práticas parentais influencia a aquisição de competências sociais quando estas são praticadas de forma inadequada, conduzindo a inconsciência das regras, a uma limitação pouco clara dos comportamentos e ao excesso de permissividade parental que estão igualmente relacionadas com a delinquência (Carrilho, 2000).

As competências dos pais permitem que se realize uma ação com êxito, em que através das várias formas de agir e de pensar estas possam ser melhoradas à medida que a pessoa aprende e se ajusta ao ambiente. Assim, as competências parentais facilitam e otimizam o desempenho do papel parental através do conjunto de conhecimentos, habilidades e de atitudes assegurando o crescimento e o desenvolvimento da criança (Cardoso, Silva & Marín, 2015).

Através da família e da escola, o adolescente faz aprendizagens. Se a aprendizagem de interações é pouco gratificante e a causa da agressividade, o adolescente tem tendência a repetir este padrão de relação social.

O estilo parental e o temperamento da criança estão relacionados entre si, e têm uma função decisiva no processo de desenvolvimento. Isto é, se a criança tem um temperamento difícil e os pais criam uma leitura negativa deste comportamento, agindo de forma impaciente, punitiva, sem compreenderem as necessidades e sentimentos da criança, estrutura-se um círculo vicioso, onde quer a criança quer os pais dificilmente irão conseguir sair.

Quanto mais a criança é punida agressivamente em casa, mais terá tendência a manifestar essa agressividade na escola, interiorizando assim, o modelo parental agressivo (Carrilho, 2000).

Nardi e Dell’Aglia (2012), acreditam que as práticas educativas parentais ineficazes são determinantes no comportamento antissocial.

As crianças que têm pais agressivos, acabam por ser mais agressivas mediante a identificação que fazem aos modelos parentais. Nas situações de interação que foram desenvolvendo em criança, como o estilo cognitivo e de personalidade com as figuras parentais ou de referência possibilita que o modelo de padrão comportamental seja processado ao longo de gerações.

A educação parental torna-se um fator essencial na promoção de estratégias parentais positivas e eficazes, porque além de capacitar os pais a melhorar o seu exercício parental

também otimiza o desenvolvimento saudável dos seus filhos (Coutinho, Seabra-Santos & Gaspar, 2012).

Coutinho, Seabra-Santos e Gaspar, (2012) referem o estudo de Lundhal, Nimer e Persons, que realizaram uma meta-análise que englobou 23 estudos em que foram utilizados programas de educação parental na prevenção do mau trato infantil. O objetivo era analisar as potencialidades desses programas neste domínio e os resultados apontaram que os pais que completavam os programas estavam mais aptos para lidar com os comportamentos negativos dos filhos e que promoviam os comportamentos positivos nos mesmos. Após o programa de educação parental os pais mostravam mais confiança no seu papel parental e menos sentimentos negativos como stresse e raiva.

Coutinho, Seabra-Santos e Gaspar, (2012) referem também a investigação de Letarde, Normandeu e Allard com famílias acompanhadas por serviços de proteção à criança sobre a eficácia da aplicação do programa de educação parental Anos Incríveis (*Incredible Years*). O estudo abrangeu 35 pais referenciados por comportamentos negligentes e revelou que o programa tem um impacto positivo nas práticas parentais e na perceção parental do comportamento dos filhos, revelando uma diminuição no uso de disciplina severa e de punição física e um aumento no uso do elogio e da disciplina positiva

A família pode proporcionar uma fonte de ligações básicas no âmbito social e de envolvimento com as instituições, atuando assim, na prevenção de influências desviantes, proporcionando ao adolescente um padrão motivacional de acordo com as normas e as regras sociais e no adequado funcionamento da família, impedindo os impulsos desviantes, bem como, a ocorrência de comportamentos problemáticos.

Existem três dimensões que estruturam a influência protetora na família: a supervisão parental, a identificação com os pais e a comunicação entre os diferentes elementos do sistema familiar.

Ao existir uma supervisão inadequada por parte da família, esse vazio é preenchido pelo grupo de amigos, fazendo com que muitas das vezes o adolescente se associe à delinquência e inicie o seu comportamento desviante, dada a importância que a aprendizagem grupal constitui nestes níveis etários.

O controlo social é outro fator determinante na ascensão da delinquência. O controlo parental elevado associado à elevada aceitação, cria uma elevada autoestima e responsabilidade social, e por sua vez, uma diminuição de agressividade e uma elevada autoestima. Porém, o baixo

controlo parental, associado à baixa aceitação num contexto de indiferença e com pouco envolvimento parental, traz consigo défices a nível cognitivo e de desenvolvimento social.

A identificação precoce de crianças portadoras de delinquência é de extrema importância. Este grupo de crianças é responsável por cerca de 40% a 50% de futuros atos delinquentes, logo, a identificação destes grupos e a tomada de medidas preventivas pode evitar esse comportamento (Carrilho, 2000).

Carrilho, (2000) aponta os seguintes fatores como os melhores preditores para a delinquência:

- Técnicas de gestão familiar;
- Agressividade e problemas de comportamento em criança;
- Roubar, mentir ou faltar às aulas;
- Criminalidade ou comportamentos antissociais nos membros da família;
- Realização educacional pobre;
- Medidas individuais nas técnicas de gestão familiar parental;
- Separação dos pais;
- Estatuto socioeconómico.

Para os autores são vários os contextos que interagem neste tema, destacando-se o da estrutura pessoal, o familiar, o escolar e por fim, o socioeconómico.

Conforme a teoria de controlo social (Hirshi, 1969), o comportamento desviante do adolescente é inibido através do estabelecimento de laços sociais. Ou seja, os laços sociais seriam as relações positivas com os outros que passariam pela vinculação, o investimento em linhas de ação válidas, o compromisso e a crença no que é certo ou errado.

Os laços que se estabelecem com o contexto social são determinados pelas oportunidades dadas ao sujeito, de forma a que este se possa envolver em atividades aceites reforçando assim, a vinculação que se vai estabelecendo. Caso essas oportunidades não sejam facultadas ao adolescente, a sua vulnerabilidade a esses atos delinquentes aumenta.

Tremblay, Mâsse, Pagani e Vitaro (1996, citados por Carrilho, 2000), num outro estudo, após considerarem as variáveis função parental pobre, “*parenting*” e comportamento agressivo como causadoras da delinquência, realizaram um treino com pais e um treino com crianças, através da intervenção precoce. Pela sua linha de pensamento, os autores consideraram que ao existir uma alteração nos comportamentos que o nível de envolvimento dos jovens em atos delinquentes diminuía. O estudo demonstra que:

- rapazes agressivos, ainda no jardim de infância, apresentam características individuais e familiares específicas.

- estas crianças apresentam alto risco de assumirem comportamentos delinquentes e outros problemas de ajustamento social durante a adolescência.
- uma intervenção intensiva durante os primeiros anos da escola básica pode ter um impacto positivo no ajustamento global durante a parte final da escolaridade, assim como no comportamento delinquente.
- as detenções policiais aparecem aos 14 anos.
- a agressividade física crónica instala-se nos primeiros anos de vida ainda no pré-escolar, pelo que é necessário que as intervenções ocorram o mais cedo possível, ainda durante o processo de desenvolvimento da criança.

Considerando que a intervenção precoce junto das crianças (entre os 3 e os 5 anos) que pertencem a famílias desfavorecidas e junto das suas famílias tem um impacto a longo prazo, no que toca ao comportamento antissocial e a outras formas de inadaptação social, é fundamental e urgente a intervenção junto das famílias dos adolescentes com fatores de risco associados à delinquência.

2.2. CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS

A Organização Mundial de Saúde (2004) defende que a dependência de substâncias é considerada uma doença. O seu uso inadequado, faz com que se torne um problema de saúde pública de ordem internacional, afetando valores a nível cultural, social, económico e político. Autores como Sprinthall e Collins (1994) denominam juventude como a etapa do desenvolvimento que decorre no período dos 18 aos 25 anos. Esta etapa da vida relaciona-se com a fase da adolescência não tendo o impacto das transformações fisiológicas, contudo, é um período de desenvolvimento saudável podendo ser também, um período de vulnerabilidade face às experiências a que os jovens se submetem ou se aumentam o consumo regular de substâncias psicoativas (legais e/ou ilegais).

Costa, M. B., Martins, M. J., Proença A. J., Silva, A. M (2017, citando Patrício 2006), “uma substância é psicoativa quando, após ter sido absorvida, modifica o funcionamento mental do consumidor, porque interfere sobre os mecanismos bioquímicos cerebrais” (p. 20). O autor explica que as substâncias psicoativas podem alterar as funções do cérebro de três formas diferentes, isto é, podem provocar efeitos de excitação, sedação ou perturbação. Podem ter interferência com o sono, a atenção e ao nível da memória. Podem mudar a forma do pensamento. E, podem criar modificações ao nível da sensibilidade, da fala e do andar. O

autor defende que, dependendo do seu uso, as substâncias psicoativas podem ser prejudiciais para a saúde (Patrício, 2006).

Desde novembro de 2001, em Portugal a posse e o consumo de substâncias deixa de ser considerado crime, ocorrendo uma alteração na legislação, que altera a forma como se olha para um consumidor. Este deixa de ser comparado a um criminoso, passando a ser considerado como uma pessoa que necessita de cuidados e de apoio especializado.

Desta forma, a Lei n.º 30/2000 de 29 de novembro face ao consumo de substâncias psicoativas instituiu a sua descriminalização, cujo objeto descrito no artigo 1.º é “a definição de regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a proteção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica”. O propósito deste artigo é proteger a saúde e dimensão social das pessoas (SICAD, s/d).

Conforme as conclusões do Relatório Mundial sobre Drogas (*United Nations*, 2019) nesse ano, o cenário global dos desafios relacionados com as drogas complica-se, ressaltando a necessidade de uma cooperação internacional mais ampla de modo a promover respostas equilibradas e integradas de saúde e justiça criminal à oferta e demanda de drogas. Cerca de 35 milhões de pessoas no mundo, sofrem de transtornos por uso de substâncias ilícitas e necessitam de serviços de tratamento. No ano 2017, 585.000 pessoas morreram por consequência ao uso de drogas, podendo observar-se um aumento significativo até ao ano 2019. É importante referir, que em muitas partes do mundo, a prevenção e o tratamento continuam aquém das necessidades.

Em Portugal, no ano 2015 foi realizado pela primeira vez um Inquérito sobre comportamentos aditivos em jovens internados em Centros Educativos (SICAD, 2017). Estes jovens apresentaram prevalências de consumo de substâncias ilícitas, bem como padrões de consumo nocivo superiores às de outras populações juvenis. Cerca de 89% dos jovens já tinham consumido substâncias ilícitas ao longo da vida e, 80% e 68% fizeram-no nos últimos 12 meses e últimos 30 dias antes do internamento. Contudo, (nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias) obteve-se uma redução dos consumos com internamento em Centro Educativo. A cannabis foi a substância com maiores prevalências de consumo nos jovens. No que toca a padrões de risco acrescido, 52% dos inquiridos (59% consumidores) afirmaram que, consumiam frequentemente numa mesma ocasião, uma substância ilícita com outra substância lícita ou ilícita, e 46% dos jovens tinha, nos 30 dias antes do internamento, um consumo diário ou quase diário de cannabis, alterando-se para 5% após o internamento (SICAD, 2017).

No setor da saúde, a prevenção enquadra-se no modelo que preconiza um contínuo nos cuidados e abordagem aos indivíduos. Para que se alcance uma promoção da saúde individual e coletiva, a prevenção é focada na alteração dos comportamentos e das práticas pessoais e sociais (Albee, 1996 citado por SICAD s/d).

O principal objetivo da intervenção preventiva é fornecer aos indivíduos e/ou grupos específicos conhecimentos e competências necessárias para lidarem com o risco associado ao consumo de substâncias Psicoativas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD). No que se refere às estratégias preventivas, estas destinam-se à população geral, a subgrupos e a indivíduos e aplicam-se nos vários domínios do indivíduo (família, escola e comunidade).

O *Institute of Medicine*, IOM (1994, 2009 citado por SICAD s/d), relativamente à prevenção do consumo de substâncias psicoativas e com base nos modelos compreensivos e de influência social, sugere que a intervenção preventiva deve ser operacionalizada através da avaliação dos fatores de risco que estão associados aos indivíduos, tendo como base um modelo operacional que assenta em 3 níveis: universal, seletiva e indicada.

De acordo com o SICAD (s/d) a **Prevenção Universal** é dirigida à população geral. A população é considerada como tendo o mesmo risco em relação ao abuso de substâncias e como pode beneficiar dos programas de prevenção. Estes variam no tipo, estrutura e duração.

A **Prevenção Seletiva** dirige-se a subgrupos ou segmentos da população geral com características de risco para o consumo de substâncias psicoativas. O risco é avaliado segundo os fatores que o grupo apresenta relativamente ao abuso de substâncias, não sendo avaliado o grau de risco individual. Os programas de prevenção seletiva são de média e longa duração, variam no tipo e estrutura e os componentes contemplam a informação e o desenvolvimento de competências.

A **Prevenção Indicada** é dirigida a indivíduos com comportamentos de risco, que apresentem comportamentos de risco ou que exibem sinais de uso de substâncias psicoativas. O nível de risco é avaliado de forma individual e os programas de prevenção são de longa duração.

A **Prevenção Ambiental** visa a alteração das normas sociais, através de estratégias globais que intervêm ao nível da sociedade e dos sistemas sociais. Isto é, estratégias que apontam para a transformação dos ambientes culturais, sociais, físicos e económicos interferindo com as escolhas individuais do uso de substâncias psicoativas.

Nos comportamentos aditivos e dependências (CAD), a dissuasão é a sua área de intervenção, desenvolvendo assim, um vasto trabalho na procura de respostas adaptadas aos problemas e

aos indivíduos. Rege-se nos princípios da detecção e intervenção precoce, da motivação para a mudança de comportamentos e no tratamento da dependência, aproximando os consumidores de substâncias aos sistemas de saúde.

A Dissuasão tem como foco da intervenção as características e necessidades individuais dos consumidores, estabelecendo uma identidade própria, sendo esta integradora e complementar, que transcende a ótica da mera descriminalização atingindo uma mudança de atitude legislativa e de racionalidade (Lei nº 30/2000, de 29 de novembro).

2.3. ESCOLA

Atualmente a escola ocupa um espaço de enorme significado, uma vez que garante aos seus alunos a aprendizagem de conteúdos formais e que proporciona a criação de relações interpessoais e de gestão de conflitos contribuindo para a sua socialização (Miguel, Rijo & Lima, 2014).

Segundo Miguel, Rijo e Lima (2014) a escola é considerada um fator determinante no desenvolvimento cognitivo e social do ser humano, porque prepara os jovens para os desafios de uma sociedade complexa, e porque o próprio sistema escolar reproduz a organização da própria sociedade (Miguel, Rijo & Lima, 2014).

Amado *et al.* (2003) defendem que a escola tem de fazer um esforço para se adaptar às exigências resultantes da história e das circunstâncias de vida dos alunos institucionalizados. As respostas tradicionais, como a retenção, ou o “ensino especial” e compensatório, e as formas mais tradicionais de ensino na sala de aula, como a incidência sobre a aprendizagem monótona de competências básicas e a repetição de lições, não têm resultado ao nível da aprendizagem, nem têm favorecido o envolvimento do aluno, agravando assim, os perigos da sua estigmatização.

Para Amado *et al.* (2003) as escolas evidenciam que não conhecem os alunos, não estando integradas no contexto sociocultural da comunidade e por isso, a sua qualidade tem de ser melhorada. Para o autor a solução não está somente na escola, porém é da sua responsabilidade procurar e encontrar as respostas possíveis no seu âmbito. Estas respostas passam pela experiência de medidas alternativas às tradicionais:

- Um desenvolvimento curricular (conteúdos, métodos, organização e avaliação) que tenha um background cultural e a experiência prévia dos alunos como recursos de aprendizagem;

- Uma variedade de estratégias de ensino, permitindo aos próprios alunos um maior leque de experiências de aprendizagem e aumentar as hipóteses de sucesso escolar;
- Uma aprendizagem em contextos que tenha significado e promova a colaboração (grupos de nível; aprendizagem cooperativa);
- Promoção precoce de competências de raciocínio, solução de problemas, compreensão, composição e comunicação.

Na opinião de Torres (2011) a escola aparece como meio de socialização, tendo como funções a instrução e a educação, influenciando o comportamento das crianças e jovens. Assim, para as crianças institucionalizadas este facto pode ser prejudicial para a integração em meio escolar, tendo em conta que estas crianças possuem histórias de vida e experiências que as afastam das normas e valores da escola.

Como instituição a escola assume um papel de extrema importância nomeadamente na educação das crianças e jovens e por isso, é vista como um bem universal, falhando na concretização do “princípio de igualdade de oportunidades de sucesso que depende de uma confrontação cultural da escola de massas” (Silva, 2010, p. 222 citado por Caio, 2014).

De acordo com Caio (2014) a escola pública contemporânea, enfrenta grandes desafios para a intervenção socioeducativa, nomeadamente pelos problemas sociais que são transportados para dentro da escola, como é o caso das crianças e jovens institucionalizados que apresentam histórias de vida bastante vulneráveis. Estas crianças e jovens, ao terem uma história de vida muito complexa influenciam a sua vivência escolar, associando-se um conjunto de problemas como a questão do autoconceito, autoestima, motivação, desinteresse, insucesso escolar, indisciplina, abandono escolar, estigmatização e rotulação (Amado *et al.*, 2003).

Para Ferreira e Barrera (2010) os laços afetivos criados dentro do meio familiar favorecem a adaptação do indivíduo aos diferentes contextos, contudo, quando esses laços são negativos também podem dificultar o desenvolvimento do indivíduo criando problemas na sua adaptação e dificuldades de interação social. Deste modo, os vínculos afetivos, a autoestima, o autoconceito e as formas de interação social possuem grande influencia por parte das figuras parentais.

Por parte das crianças e jovens que se encontram em acolhimento existe uma relação ressentida face à escola, pois sentem que a escola não lhes pertence, o que origina comportamentos de indiferença e desinteresse (Silva, 2010 citado por Caio, 2014).

Vélaz de Madrano (2003) refere que existem diversos fatores que dificultam a inserção social, reforçando que o sistema educacional ainda não consegue garantir a todas as crianças e jovens

o acesso permanente ao conhecimento, habilidades interpessoais e sócio laborais, gerando sentimentos de frustração. Desta forma, as desigualdades económicas e socioculturais podem levar ao insucesso escolar e posteriormente à exclusão social.

Para Caio (2014) os professores têm um papel fundamental na transmissão de valores e atitudes dos alunos influenciando o seu comportamento e empenho. Segundo o autor, o respeito e a consideração do professor pelos seus alunos promovem um desenvolvimento positivo, bem como a rotulagem que este faz pode influenciar os resultados escolares do aluno de forma negativa. Assim, ao existir um elevado nível de compreensão, autenticidade e respeito por parte dos professores, os alunos também se mostram mais interessados e motivados, como é o caso dos alunos que apresentam um historial de retenções, absentismo, comportamentos de risco e insucesso escolar (Caio, 2014).

De acordo com Vélaz de Madrano (2003) os jovens em risco de exclusão social encontram-se entre os 14 e os 25 anos de idade; surgem de famílias destruturadas com níveis socioculturais e económicos muito baixos; possuem um historial recorrente de carência escolar; apresentam dificuldades na aprendizagem, na procura de emprego e no mundo adulto; não possuem aptidões para o “sucesso”, ou seja, têm falta de motivação, pouca resistência à frustração e pouco controlo das situações; não têm modelos de comportamentos adequados; manifestam preconceitos negativos face ao trabalho (trabalho é igual a exploração e tédio) e são “educados” na rua (papéis sociais agressivos, lei do mais forte).

Como consequências desta situação surge o aparecimento de comportamentos inadequados, a baixa autoestima, pouca resistência à frustração e fraca motivação de realização, conduzindo a dificuldades de aprendizagem, no desenvolvimento emocional e acesso ao emprego (Vélaz de Madrano, 2003).

É nos alunos mais desfavorecidas e que apresentam mais dificuldades devido às suas histórias de vida que o apoio, o elogio, a crítica construtiva e a aproximação do professor são mais importantes, influenciando positivamente a sua autoestima e autoimagem (Caio, 2014).

Miguel, Rijo e Lima (2012), através da sua revisão da literatura identificaram três categorias no que respeita aos fatores de risco para o insucesso escolar: a família, a escola e as características individuais. A nível familiar destacam-se vários fatores que contribuem para o insucesso escolar como a qualidade dos cuidados primários, pobreza, monoparentalidade, divórcio, famílias numerosas, práticas educativas muito rígidas ou permissivas, fraco envolvimento parental na vida escolar dos filhos, tipo de vizinhança e índice de criminalidade.

Por sua vez, a nível escolar destaca-se o funcionamento e a organização escolar, como a política de estabelecimento, a dimensão da escola, o tamanho da turma e o ambiente socioeducativo como por exemplo, a atitude dos professores perante os alunos (Miguel, Rijo & Lima 2012).

Relativamente às características individuais destacam-se dificuldades ao nível do autocontrolo (problemas de atenção, comportamento agressivo, brigas, impulsividade, indisciplina e dificuldades de aprendizagem), ausência de relações interpessoais e de rotinas de estudo e falta de motivação.

No Relatório Anual de Segurança Interna do ano de 2019 pode verificar-se que, existiu uma diminuição global de ocorrências em ambiente escolar relativamente ao ano anterior (-18,2%) e de ocorrências de natureza criminal (-19,8%). A delinquência juvenil e a segurança escolar encontram-se relacionadas por via do *bullying*, da subtração por meio de ameaça ou do recurso à violência física, como roubos, pequeno tráfico de drogas junto às escolas e no seu interior.

CAPÍTULO III – MÉTODO

3.1. FUDAMENTAÇÃO DO MÉTODO

Propomo-nos realizar um estudo de caso para compreender a história de vida de jovens institucionalizados, ou seja, todo o processo de desenvolvimento que conduziu a comportamentos de risco/perigo, assim como compreender a visão/relação dos jovens face ao acompanhamento que é realizado pelos profissionais desta instituição de forma a perspetivar o seu futuro.

De acordo com a finalidade e objetivos da investigação, considerámos pertinente a utilização da metodologia qualitativa, através de entrevista semiestruturada. No que diz respeito às estratégias da abordagem qualitativa o investigador entra em contato com as pessoas que viveram o fenómeno estudado ou examina documentos escritos ou audiovisuais. O investigador também se deve assegurar que os dados ou os resultados da investigação traduzem as experiências e os pontos de vista dos participantes e não os seus. O facto de as entrevistas serem pouco estruturadas, permite aos participantes exprimir livremente as suas crenças e os seus sentimentos e descrever de forma espontânea os seus comportamentos (Fortin, 2009).

A entrevista é a principal técnica de recolha de dados nas investigações qualitativas. É um método particular de comunicação verbal entre duas pessoas, um entrevistador que recolhe dados e um respondente que fornece a informação. Existem dois principais tipos de entrevista, a entrevista não dirigida (ou não estruturada) e a entrevista dirigida (ou estruturada). Na entrevista não dirigida, o participante controla o conteúdo, e por sua vez na entrevista dirigida é o entrevistador que o controla (Fortin, 2009).

Nestes dois tipos de entrevista também existe a entrevista semidirigida, que é utilizada nos estudos qualitativos, a que o investigador recorre quando pretende obter mais informações particulares sobre um tema, ou seja, quando quer compreender o significado de um acontecimento ou de um fenómeno (Fortin, 2009).

Neste estudo também foi utilizada a metodologia de histórias de vida com características de histórias de vida temática ou parcelar. Pretendemos que seja uma abordagem compreensiva, através da análise do material recolhido nas entrevistas. Segundo Tinoco, R. (2004) existem dois modos complementares de encarar a sistematização das histórias de vida: “a primeira, centra-se sobretudo no indivíduo e nas suas particularidades para depois confrontar-se com interpretações teóricas; a segunda, serve-se da história de vida como instrumento de

levantamento de regras sociais de determinadas subculturas ou segmentos específicos da sociedade.” Tinoco, R. (2004, p 5).

3.2. OBJETIVOS

O comportamento antissocial pode ser entendido como o conjunto das interações entre o sujeito e o meio no qual este está inserido, sendo estas caracterizadas por desobediência ou subversão das normas sociais (Fonseca, 2010).

Os comportamentos de risco e perigo continuam a ter um grande impacto na sociedade, nomeadamente se atendermos ao número de jovens em contexto institucional e por isso, é um tema de grande importância e pertinente a ser investigado.

Como foi atrás referido, segundo o Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ do ano de 2019 foram acompanhadas 68.962 crianças e jovens pelas 310 CPCJ do país, tendo aumentado 14% face a 2018. Os comportamentos de perigo na infância e juventude (20,96%) aumentaram face a 2018 (18,7%).

Conforme o Relatório CASA 2018 neste mesmo ano, encontravam-se em situação de acolhimento 7,032 crianças e jovens (73%), em que 53% pertencia ao sexo masculino, 36% encontrava-se na faixa etária dos 15 aos 17 anos, sendo a sua origem de acolhimento a negligência, 59% por falta de supervisão e acompanhamento.

Foi face a estes dados que surgiu a pergunta de partida deste estudo. Este trabalho é o resultado da vontade de compreender que processos ocorrem durante a infância e a adolescência que levam os jovens a desenvolver comportamentos de risco/perigo sendo necessária a institucionalização em casas de acolhimento para uma possível reeducação e uma vida futura autónoma.

Tendo em conta o que foi mencionado anteriormente, surge então a pergunta de partida:

Que processos ocorrem durante a infância e adolescência que levam os jovens a desenvolver comportamentos de risco/perigo?

A questão de partida, acima referida, contém os critérios que são necessários para ser considerada uma boa questão de partida, pois responde às cinco questões que se impõem:

- O quê? Os processos que ocorrem durante o desenvolvimento de crianças e jovens levando-os a desenvolver comportamentos de risco/perigo.
- Quem? Jovens adolescentes.
- Quando? Antes e durante o período de institucionalização.

- Onde? Casas de acolhimento.
- Porquê? Porque é importante conhecermos os processos de desenvolvimento que ocorrem entre a infância e a adolescência que levam a comportamentos de risco e que através deles se consiga realizar um trabalho de prevenção ou de reeducação para a reinserção destes jovens.

Em função da nossa pergunta de partida propomos-mos atingir os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

- Compreender a história de vida dos jovens que estão institucionalizados em casas de acolhimento;
- Analisar os processos ocorrentes no seu desenvolvimento, entre a infância e a adolescência, que conduzem a comportamentos de risco/perigo.

Objetivos Específicos

Relativamente aos objetivos específicos propomo-nos a:

- Analisar teoricamente comportamentos de risco/perigo;
- Compreender como e quais os fatores de risco que podem desencadear comportamentos desviantes;
- Compreender quais os fatores que podem conduzir à institucionalização;
- Compreender o processo de adaptação e a importância das vivências na instituição;
- Perceber que perspetivas têm em relação ao seu futuro.

3.3. PARTICIPANTES

Os participantes deste estudo foram 7 jovens que denominaremos por jovem 1, jovem 2, jovem 3, jovem 4, jovem 5, jovem 6 e jovem 7, com idades entre os 17 e os 20 anos. Os sete jovens eram do sexo masculino e encontravam-se em acolhimento institucional, no Alto Alentejo.

Passamos agora a caracterizar os jovens participantes segundo os resultados das entrevistas. Devido à proteção de dados não foi possível recorrer aos dados da instituição e os dados mencionados foram referidos no decorrer das entrevistas pelos próprios jovens da instituição e/ou pelo diretor técnico da instituição.

Nível de escolaridade:

7.º ano	Jovem 5
8.º ano	Jovem 7
9.º ano	Jovem 2 e jovem 3
10.º ano	Jovem 1 e jovem 4
12.º ano	Jovem 6

Os jovens 1 e 4 frequentavam o 10.º ano na Escola de Hotelaria e o jovem 6 concluiu o 12.º ano na escola anteriormente referida. Os restantes jovens frequentavam o ensino normal.

Idades em que foram institucionalizados:

8 anos	Jovem 2
9 anos	Jovem 3
15 anos	Jovem 4

Relativamente à idade a que foram institucionalizados os restantes jovens não responderam à questão. Sabe-se que o jovem 1 se encontrava institucionalizado há 10 anos e que o jovem 4 se encontrava institucionalizado há 2 anos.

3.4. INSTRUMENTOS

Nesta investigação o instrumento básico utilizado é a entrevista. Considerou-se necessária a utilização da entrevista semiestruturada tendo em conta que esta foi o tipo mais indicado para o nosso estudo, já que nos facilitava a introdução dos tópicos que nos interessavam, permitindo ao mesmo tempo que os entrevistados moldassem o seu conteúdo (Bogdan & Biklen, 1994).

Foram consultados vários estudos sobre esta temática e optámos pela adaptação da entrevista de Gomes, M. P. (Coord.) (2005).

Inicialmente foi desenvolvido um guião onde estruturamos os temas e questões que pretendíamos estudar (ver anexo 1).

A entrevista ficou finalmente organizada em quatro categorias prévias (ver anexo 2).

Na primeira categoria abordam-se os percursos de vida anterior ao acolhimento institucional, tendo em conta, o percurso da família antes de entrar na casa de acolhimento, as memórias que o jovem tem da família, o seu percurso escolar, a descrição do seu dia a dia e a sua vida social, ou seja, a relação com o seu grupo de amigos.

Na segunda categoria pretende-se perceber quais os motivos da sua institucionalização.

Na terceira categoria aborda-se todo o percurso do jovem na instituição e, por fim, na quarta categoria pretende-se saber quais as suas perspetivas para o futuro fora da instituição.

3.5. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

Segundo os dados recolhidos na instituição e no seu *site* a Casa de Acolhimento é uma alternativa de responsabilidade social que visa proporcionar às crianças e jovens estruturas de vida aproximadas às das famílias, de forma a potenciar o seu desenvolvimento global e autonomização, protegendo-os e salvaguardando o seu bem-estar. Assim, é necessário o acolhimento institucional, em prol dos problemas relacionados com a juventude tendo em conta a falta de resposta a nível familiar, como negligência, questões relacionadas com a falta de emprego, o baixo rendimento familiar, segurança, higiene, saúde, entre outros.

A Casa de Acolhimento onde decorreu o estudo tem 80 anos de existência, inicialmente ficou conhecida como asilo, transformando-se mais tarde em internato e posteriormente em lar de infância e juventude. Atualmente é denominada Casa de Acolhimento, e aí residem 32 jovens do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos de idade. A Casa possui um regulamento que, além de assegurar os direitos e os deveres dos jovens, também define os objetivos, os fins, os serviços prestados e as atividades desenvolvidas na instituição. As instalações da Casa estão organizadas de acordo com as áreas adequadas ao acolhimento e ao desenvolvimento de atividades conforme o número e o perfil das crianças e jovens, dispondo de uma área residencial: 1 sala de refeições; 10 quartos partilhados; 10 instalações sanitárias; área de lazer: salas de convívio; 1 sala de atividades de animação; 1 sala de visitas; campo polidesportivo; área pedagógica: 1 sala de estudo; 1 mediateca; área técnica; instalação para o pessoal; gabinete da direção; gabinete técnico; serviços: secretaria; respetivos anexos; áreas de apoio; arrecadação.

Esta Casa de Acolhimento funciona em regime aberto, e pretende favorecer uma relação afetiva a nível familiar, uma vida diária personalizada e integração na comunidade. Neste regime a circulação é livre, a entrada e a saída da criança ou do jovem é feita de acordo com as normas gerais de funcionamento da Casa, tendo em conta as necessidades educativas, bem como, a proteção dos direitos e interesses de cada criança ou jovem. No que diz respeito às visitas, os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto podem visitar a criança ou o jovem de acordo com o funcionamento da instituição e os seus horários, tal não acontece

se a decisão judicial se opuser ou a CPCJ'S. Geralmente o horário de visitas decorre de 2.^a a 6.^a feira, entre as 18h e as 19h e sábados, Domingos e Feriados, entre as 14h e as 16h.

A Casa de Acolhimento dispõe de um livro de registos onde se registam todas as informações do desenvolvimento de atividades diárias das crianças e jovens acolhidas e de um livro de ocorrências diárias, onde se registam factos relevantes sobre o nível do seu funcionamento, que influenciam os turnos seguintes e necessitam de acompanhamento específico.

A Casa de Acolhimento tem um Diretor, que além de liderar a equipa técnica, deve garantir os direitos das crianças e jovens em acolhimento. A Equipa Técnica é constituída pelo Diretor Pedagógico, pelo Psicólogo, pela técnica de Serviço Social e pela Animadora Sociocultural, competindo-lhes a realização do diagnóstico da situação da criança ou jovem acolhidos, bem como a definição e execução do seu projeto de promoção e proteção. É também constituída pela Equipa Educativa, sendo esta composta pelos Auxiliares de Educação, desenvolvendo o seu trabalho por turnos para garantir a permanência de pelo menos um elemento durante o horário de funcionamento. Compete a esta equipa, proceder ao acolhimento da criança e do jovem, sensibilizando-o e auxiliando-o na sua formação, organizar, dinamizar e colaborar em atividades lúdico-pedagógicas, assegurar as tarefas de orientação e acompanhamento da criança e jovem acolhidos, entre outros. Por fim, a Equipa de Apoio, constituída pela Encarregada dos Serviços Gerais, Ajudante de Cozinha, Auxiliar de Rouparia, Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar Administrativo, Motorista e Porteiro. Compete à Encarregada dos Serviços Gerais coordenar o funcionamento da Casa no que se refere à cozinha, à roupa, à limpeza, higienização e outros serviços.

Cada criança ou jovem acolhido tem um Processo Individual, onde consta todas as decisões relativamente ao processo de promoção e proteção durante o acolhimento, todos os registos internos referentes a informações que sejam relevantes, como documentos e objetos pessoais. Neste Processo Individual pode constar também: a ficha de acolhimento que contem os dados da criança ou do jovem; o projeto de promoção e proteção e as respetivas avaliações; e, por último, outros documentos e informações que sejam importantes.

Neste regulamento existe um plano de atividades, onde constam as atividades pedagógicas e lúdicas. As crianças e jovens participam de forma direta, de acordo com as necessidades educativas e específicas de cada um, como a faixa etária e a maturidade.

A intervenção realizada numa Casa de Acolhimento tem uma perspetiva terapêutica e pretende avaliar todas as necessidades individuais das crianças e jovens, bem como mobilizar estratégias de intervenção de natureza variada (psicológica, social, educativa,

recreativa/desportiva, religiosa...) que minimizem as dificuldades das crianças e jovens e valorizem as suas potencialidades. Desta forma, a Casa pretende criar um ambiente seguro e estável que leve a que as crianças e jovens sintam que existem limites e regras, mas que também existe afeto e um espaço para dialogar e de compreensão da parte dos cuidadores, na possibilidade de vinculações consistentes que lhes permitam alterar padrões relacionais desadaptados e autonomizar-se.

Como resposta ao processo de autonomização a Casa incrementa o investimento nas parcerias com várias entidades da sociedade civil, sobretudo nas associações culturais, desportivas, cívicas, escolas, empresas, para promoção da oferta de atividades às crianças e jovens, no que concerne à componente cívica, desportiva e social.

3.6. PROCEDIMENTOS

Para a realização deste estudo foi necessário, em primeiro lugar, realizar uma análise documental em livros, artigos de revistas científicas, dissertações de mestrado e de doutoramento e legislação, sendo estes meios fundamentais para o desenvolvimento das temáticas a abordar.

Em segundo lugar, foi elaborado um guião de entrevista e, após a consulta de vários estudos sobre a temática, optou-se pela adaptação da entrevista de Gomes, M. P. (coord.) (2005). De seguida e com a entrevista estruturada, foi realizado um contacto prévio com o diretor da Casa de Acolhimento, formalizando-se, posteriormente, o pedido por escrito, expondo a finalidade da investigação bem como o seu carácter confidencial e anónimo.

Para a seleção dos participantes solicitámos apoio ao diretor da casa de acolhimento no sentido de fazer uma pré-seleção segundo as idades, histórias de vida, disponibilidade e capacidade e à vontade para falar e refletir sobre si mesmos e sobre a sua história de vida. Após esta seleção foi definido junto do diretor da Casa o dia e a hora, de acordo com as suas disponibilidades.

Antes de se iniciarem as entrevistas e na ausência do diretor da casa, o diretor técnico apresentou a entrevistadora aos jovens e comunicou a finalidade da entrevista. A entrevistadora solicitou uma declaração de consentimento informado (anexo 3) aos jovens entrevistados e informou-os sobre o facto de as entrevistas serem gravadas em formato áudio, garantindo a confidencialidade dos dados fornecidos.

Cada entrevista durou cerca de 20 minutos. O clima foi calmo e os jovens mostraram-se interessados, confortáveis e descontraídos.

Todas as entrevistas foram transcritas e posteriormente, sujeitas a uma análise de conteúdo, permitindo a identificação de várias categorias que se encontram analisadas no seguinte capítulo.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS

O estudo que aqui se apresenta reflete a análise de sete entrevistas semiestruturadas a jovens do sexo masculino que se encontram institucionalizados num Centro de Acolhimento. Através desta análise de resultados esperamos compreender a história de vida destes jovens e em que medida o seu processo de desenvolvimento conduziu ao comportamento de risco, antissocial/delinquência e adições.

A seguir apresentamos os resultados de cada categoria e subcategorias:

Categoria 1. Período anterior ao ingresso na casa de acolhimento

Subcategoria 1.1. Família

Segundo as respostas dadas na primeira categoria, relativamente ao período anterior ao ingresso na casa de acolhimento, é possível observar que a maioria dos jovens não nasceu na região onde se desenvolveu este estudo.

Na subcategoria 1.1.1. *onde nasceste, onde viveste e com quem*, é possível observar que a maioria dos jovens não nasceu na região, vivendo assim, fora da região, à exceção dos jovens 3, 4 e 6.

“Nasci em (...) e vivia em (...) com os meus pais.” J3

“Nasci em (...) e vivia em (...) com a minha avó e com um irmão. Os meus pais viviam na casa gémea então era como se vivesse com eles.” J4

“Nasci em (...), vivia na (...) com a minha mãe.” J6

No que toca às pessoas com quem viviam, três dos sete jovens entrevistados viviam com os avós, dois jovens viviam em famílias monoparentais, neste caso com a mãe, e dois jovens com os pais ou irmãos.

“Nasci no (...), vim para (...) mais ou menos com 2 anos. Na altura vivia com a minha mãe.” J1

“Nasci em (...), vivi com os meus avós desde os 2 anos até aí aos 7 anos. Aos 7 anos fui para uma instituição para (...).” J2

“Nasci em (...), vivi na casa da minha avó em (...) e depois com a minha mãe em (...).” J5

“Nasci em (...), vivi e cresci na (...) com os meus pais e os meus irmãos.” J7

Subcategoria 1.1. Família

Subcategoria 1.1.2. Tipo de relação

Os jovens 2, 3, 5 e 7 afirmaram que se davam bem com as pessoas com quem viviam. O jovem 2 vivia com os avós, o jovem 3 com os pais, o jovem 5 embora vivesse com a avó, mais tarde foi viver com a mãe e o jovem 7 vivia com os pais e com os irmãos.

“Era boa, dávamo-nos bem.” J2

“Dávamo-nos todos bem.” J7

Por sua vez, o jovem 4 confessa que a relação com o pai era difícil e o jovem 6 revela que embora a relação com a sua mãe fosse boa, a partir de determinada altura começou a piorar.

“Era um bocado difícil. Com o meu pai era horrível, o meu irmão e a minha avó são as pessoas da família com quem me dou mais.” J4

“Era boa até para aí aos meus 10/12 anos, só a partir daí é que começou a dificultar-se.” J6

Subcategoria 1.1.3. Condições de vida

Relativamente às suas condições de vida a maioria dos jovens respondeu que viviam bem, com as condições básicas e que nada lhes faltava.

“Tínhamos condições, as condições básicas, vivíamos bem.” J1

“Eram normais, tínhamos o básico.” J2

“Vivíamos bem, nunca faltou nada.” J3

“Eram excelentes, o essencial tinha tudo.” J6

Apenas dois jovens afirmaram que tinham algumas dificuldades, ou que por vezes era complicado devido a problemas económicos ou ao emprego dos pais.

“Tínhamos algumas dificuldades, mas agora vivemos melhor.” J5

“Eram mais ou menos, umas vezes era complicado outras vezes não, devido ao trabalho dos meus pais.” J7

No que diz respeito a esta primeira categoria, **Período Anterior ao Ingresso na Casa de Acolhimento**, retiramos os resultados que consideramos mais significativos.

Na subcategoria **1.1. Família** é possível verificar que a maioria dos jovens:

- São de várias regiões, o que pode dificultar o contacto constante com a família;
- Viviam com os avós ou em famílias monoparentais, crescendo com a ausência da figura paterna, o que pode gerar comportamentos de revolta, ou a criança/jovem

formar a sua personalidade de forma inadequada, podendo desenvolver algum distúrbio a nível psicológico no futuro. A ausência da figura paterna influencia drasticamente a vida do jovem;

- Mantinham uma boa relação com os familiares com quem residiam, à exceção de dois jovens (ver jovem 4 e jovem 6, anexo 3);
- Tinham condições de vida normais, tendo o essencial. Apenas dois jovens atravessaram dificuldades de empregabilidade e financeiras por parte dos pais (ver jovem 5 e 7, anexo 3).

Subcategoria 1.2. Comportamento pessoal

Subcategoria 1.2.1. Tipo de comportamento

Nesta subcategoria apenas os jovens 4 e 7 referiram ter um bom comportamento no seu dia a dia.

“Sempre me portei bem.” J4

“Na altura era bom, tinha bom comportamento.” J7

Por sua vez, os jovens 2, 3, 5 e 6 confessam que na altura tinham comportamentos menos adequados por serem jovens rebeldes, embora o jovem 3 afirme ser um aluno exemplar na escola.

“Era mais ou menos, às vezes portava-me mal, tinha algumas situações de maus comportamentos, outras boas.” J2

“Na escola era bom, era um aluno “exemplar”, mas cá fora era reguila.” J3

“Era um bocado malcomportado.” J5

“Nessa altura era um bocado reguila.” J6

O jovem 1 revela que devido ao seu problema de saúde tinha comportamentos menos adequados, embora ao tomar a medicação se sentisse uma pessoa mais calma no seu dia a dia.

“Eu era hiperativo e tomava medicação, em tomando esse comprimido já me sentia mais calmo, já fazia as coisas mais descontraído.” J1

Subcategoria 1.2.2. Criança/jovem difícil? Criança/Jovem deprimido/calmo/tímido? Jovem rebelde/aventureiro?

Nesta subcategoria os jovens 3, 5 e 6 referem que eram crianças rebeldes e aventureiras, pondo de parte o facto de serem jovens difíceis, deprimidos e tímidos.

“Era rebelde e aventureiro, mas fácil de levar.” J3

“Era um pouco rebelde e aventureiro.” J5

“Era bastante rebelde, parecia que tinha pilhas.” J6

Os jovens 2, 4 e 7 consideravam-se crianças calmas e tranquilas, em que o jovem 4 confessa gostar muito de ter o seu próprio espaço, manifestando-se ser um adolescente mais tímido e deprimido em comparação com os restantes jovens.

“Sou uma pessoa calma.” J2

“Sempre fui calmo, gosto muito de estar no meu espaço/quarto.” J4

“Era uma criança normal, tranquila.” J7

Por sua vez, o jovem 1 assume que para ser uma criança dita normal, precisava de tomar medicação para a hiperatividade.

“Era uma criança normal desde que tomasse o comprimido para a hiperatividade.” J1

Subcategoria 1.2.3. Consumos anteriores à institucionalização, consumos atuais e o que pensa desse tempo

No que toca aos consumos, apenas os jovens 2, 4 e 6 confessam nunca ter tido consumos, ingerindo apenas álcool esporadicamente, socialmente ou em datas e/ou festas especiais.

“Nunca consumi, em dias de festa é que às vezes bebo álcool.” J2

“Nunca tive consumos, já bebi uma ou duas vezes, mas não sou pessoa disso.” J4

“Não tive. Experimentei cigarros eletrónicos. Álcool bebo de vez em quando, mas é só uma cerveja.” J6

Os jovens 1 e 3 são fumadores, já tiveram experiências com drogas e segundo estes, ainda consomem conforme os dias.

“O meu primeiro cigarro foi por volta dos 10/11 anos. A partir dos 14/15 anos comecei a fumar tabaco, já experimentei drogas e álcool. Tive uma situação por causa das drogas, só consumo de vez em quando.” J1

“Álcool, tabaco, ganzas. Por vezes ainda consumo. Tabaco fumo regularmente. Álcool e ganzas depende dos dias.” J3

O jovem 5 revela ser fumador e já ter experimentado drogas, contudo, garante que deixou de consumir.

“Fumo e já experimentei drogas (charros) mas deixei.” J5

O jovem 7 confessa que o facto de consumir lhe trás boas memórias.

“Tabaco e droga (erva). Às vezes ainda consumo. Esse tempo traz-me boas recordações, de alegria, de quando ainda estava com o meu pai antes de ele falecer.” J7

Na subcategoria **1.2. Comportamento pessoal** destacamos que a maioria dos jovens:

- Têm comportamentos menos adequados, existindo apenas um jovem que, apesar de se considerar um jovem normal, tinha maus comportamentos derivado a problemas de saúde, hiperatividade (ver jovem 1, anexo 3), podendo dificultar o bom desempenho em sala de aula e integração;
- Consideravam-se rebeldes e aventureiros, e apenas três jovens se viam como crianças calma e tranquilas (ver jovens 2, 4 e 7, anexo 3);
- Já consumiram e uns jovens ainda consomem nos dias de hoje, o que pode futuramente levar à dependência e a problemas de saúde.

Subcategoria 1.3. Percurso escolar

Subcategoria 1.3.1. Escolaridade

Relativamente à escolaridade apenas o jovem 6 revela já ter terminado o 12.º, referindo que mais tarde com o seu gosto pela cozinha, tenha ingressado novamente no 12.º ano na escola de hotelaria de forma a enriquecer o seu currículo.

“Tenho o 12.º ano terminado na escola de hotelaria, já tinha o 12.º ano, mas queria ter mais alguma coisa no currículo e como gostava de cozinhar fui para a escola de hotelaria.” J6

Os restantes jovens estão a completar o 8.º ano, 9.º ano, 10.º e o 12.º ano.

“Estou a tirar o 10.º ano na escola de Hotelaria.” J1

“Estou neste momento no 9.º ano.” J2

“Estou a tirar um curso equivalente ao 9.º ano. Decidi ir para o curso de informática tirar o 9º ano e depois ir para a escola de hotelaria tirar o 12.º ano.” J3

“Estou a fazer o 1.º ano de hotelaria para tirar o 12.º ano.” J4

“Estou a completar o 8.º ano.” J7

O jovem 5 que diz ter o 7.º ano.

“Tenho o 7.º ano.” J5

Subcategoria 1.3.2. Idade a que começou a frequentar a escola

A grande maioria dos jovens começou a frequentar a escola na idade que é a indicada para iniciar os estudos em Portugal, com 5 ou 6 anos, sendo que todas as crianças e jovens têm de frequentar a escola até completarem os seus 18 anos.

“Sei que entrei um ano mais cedo do que o que é normal.” J1

“Com 5 anos.” J2

“Com 6 anos.” J3

Apenas um jovem afirma que entrou mais tarde para a escola, com 7 ou 8 anos.

“Acho que foi com 7 ou 8 anos.” J7

Subcategoria 1.3.3. Ano escolar que frequentava antes de ser institucionalizado

Relativamente ao ano escolar que frequentavam antes de serem institucionalizados varia muito de jovem para jovem. Contudo, é possível observar que o jovem 2 foi o mais novo a ser institucionalizado segundo o ano escolar e o jovem 4 foi o mais velho, referindo ter reprovado o ano devido à mudança a que esteve sujeito.

“Acho que estava no 3.º ou no 4.º ano.” J2

“Estava o 9.º ano, mas quando vim para aqui por causa da mudança chumbei logo nesse ano.” J4

O jovem 5 confessa estar a frequentar o 4.º ano quando foi institucionalizado pela primeira vez, e o jovem 6 confessa estar a frequentar o 7.º ano. Ambos frequentaram outra(s) casa(s) de acolhimento, diferente da que se encontram atualmente.

“Estava no 4.º ano estive 1 ano noutra instituição em (...) antes de vir para aqui, quando vim para aqui estava no 5º ano.” J5

“Estava no 7.º ano quando fui para outra instituição em (...), que antigamente era um lar de freiras e vim para aqui com 13 anos.” J6

Subcategoria 1.3.4. Decorrer das aulas

De forma geral e segundo as respostas dos jovens, as aulas corriam bem, mas confessam que por vezes tinham maus comportamentos, eram conversadores e que se distraíam facilmente.

“Corriam bem, mas tinha alguns maus comportamentos, era reguila.” J2

“Corriam bem. Umas vezes melhores que outras porque às vezes tinha as minhas maluqueiras, era um aluno conversador.” J3

“Corriam bem, mas dependia dos dias. Conseguia controlar bem a hiperatividade, mas de manhã era sempre mais difícil, não sei porquê.” J4

“Eram boas, só que me distraía facilmente.” J6

O jovem 5 refere faltar muito às aulas e o jovem 7 deixou de frequentar a escola durante uns tempos tendo regredido de ano.

“Faltava muito, mas corriam mais ou menos, tentava portar-me bem.” J5

“Corriam bem, mas deixei de ir à escola durante uns tempos. Fui para o 5.º ano e aí começou a ficar mais difícil por estar a lidar com a morte do meu pai.” J7

Por sua vez, o jovem 1 admite que com a mudança de instituição o seu comportamento se alterou face à escola. Tal comportamento deve-se ao facto de o funcionamento das casas de acolhimento ser diferente, na casa anterior o jovem confessa ter passado grande parte do seu tempo a estudar, fazendo-o um aluno mais aplicado, o que não acontece agora.

“Quando vim para esta instituição, mudei tudo completamente. Eu era aplicado porque também era um regime semiaberto, então o tempo que passávamos lá dentro era a estudar ou a ver televisão. Por acaso as aulas até corriam bem e eu até tirava boas notas, não é que agora não as tire porque até tiro. Sinto que o meu comportamento da outra instituição para esta melhorou em alguns aspetos.” J1

Subcategoria 1.3.5. Relação com os professores

Todos os jovens afirmam que a relação com os professores era boa e que se davam bem. O jovem 2 confessa ainda, gostar dos professores e o jovem 6 acrescenta que apesar da relação com os professores sempre ter sido boa, existiram momentos de tensão.

“Era boa, sempre me dei bem com os professores.” J1

“Lidava bem com eles, algumas vezes respondia mal, mas gostava deles.” J2

“Era boa, são mais adultos eu tenho de respeitar.” J5

“Sempre foi boa, até hoje. Tirando a parte de me ter chateado uma vez com um professor, mas de resto era razoável.” J6

Contudo, o jovem 4 revela que via nos professores alguém em quem podia confiar e que estes o compreendiam, ao invés dos seus colegas que gozavam e faziam *bullying*.

*“Tinha uma relação melhor com os professores do que com os alunos. Eles compreendiam-me. Quando era mais novo até ao 8.º ano tinha uma amiga que sempre me acompanhou, mas ela também tinha os seus problemas e teve que sair da escola, então comecei a afastar-me um bocado da turma porque era melhor. Não evoluíram mentalmente, eram infantis e gozavam. Eu e a minha amiga estávamos sempre juntos porque faziam *bullying* connosco.” J4*

Subcategoria 1.3.6. Professor especialmente importante

Dos sete jovens entrevistados, cinco referiram que tiveram um professor especialmente importante, porque além de os ajudar, compreendiam-nos e podiam expressar os seus sentimentos. No entanto, os jovens 6 e 7, dizem não ter confiança com nenhum professor.

“Neste último ano tinha preferência pela professora de matemática, porque era minha diretora de turma e era uma professora que me ajudava muito e por acaso porque também gosto muito de matemática.” J1

“Sim, era o meu diretor de turma porque expressava tudo com ele e quando me sentia mal falava sempre com ele.” J5

“Não, por acaso não. Eu sempre tive uma maneira de ser desde pequeno que é “o professor é o professor, ele está ali e eu estou aqui”, por isso nunca houve nenhum em quem eu confiasse mais.” J6

“Dava-me bem com todos, mas não tinha confiança com nenhum.” J7

Na subcategoria **1.3. Percurso escolar** destacamos que a maioria dos jovens:

- Encontra-se a completar o ensino na escola de hotelaria, o que pode facilitar a entrada no mercado de trabalho na área de restauração e bar (ver jovens 1, 4 e 6, anexo 3);
- Iniciou o seu percurso escolar aos 5/6 anos;
- Frequentava o 4.º ano antes de serem institucionalizados;
- Tinham comportamentos menos adequados em sala de aula, contudo, declaram que as aulas corriam bem. Esse comportamento pode dificultar o sucesso escolar (ver jovens 2 e 3, anexo 3);
- Tinha uma boa relação com os professores, existindo por vezes, divergências. Esta relação com os professores pode melhorar vários aspetos como por exemplo, a integração, entreajuda, respeito, confiança e comunicação com o próximo (ver jovens 1, 4 e 6, anexo 3);
- Tinha pelo menos um professor que considerava especialmente importante, o que pode contribuir para a motivação destes jovens em sala de aula. Importa relembrar que os professores são uma das figuras de referência que mais influencia têm na educação das crianças e jovens e por isso, pode conduzir a resultados positivos na escola (ver jovens 1, 4 e 5, anexo 3).

Subcategoria 1.4. Descrição do dia a dia

Subcategoria 1.4.1. Como era o dia a dia

No que toca à descrição do dia a dia antes da institucionalização verificamos que cinco jovens mencionam a escola como referência para descrever o seu dia a dia. Nestes cinco jovens o seu dia passava sempre por ir para a escola, estar com os amigos e/ou brincar ou a realizar algo que gostem e por fim, ir para casa. Os restantes jovens fazem referência aos seus hobbies ou ao que mais gostam de fazer.

“Jogava à bola, estava com os amigos, a conviver e a brincar.” J2

“Quando não tinha aulas acordava mais ou menos às 11h, ia almoçar, à tarde ia ter com os meus amigos, encontrávamo-nos na biblioteca, depois jogávamos à bola, íamos para o parque e andávamos por ali.” J3

“Nada. Ia à escola e ia para casa, nada mais. Refugiava-me. Mesmo com a minha amiga às vezes não saíamos, estava sempre em casa ao telemóvel. Sempre gostei de ouvir música, era onde me refugiava dos problemas, e sempre foi com a música que o fiz. Metia os meus fones, ficava no meu canto e pronto, não havia mais ninguém.” J4

“Era normal como todos. Acordava, ia para a escola, fazia o que tinha para fazer até que chegou ao ponto de ter de vir para casa para estar com a minha mãe.” J7

Subcategoria 1.4.2. O que gostava mais ou menos de fazer no dia a dia

Nesta subcategoria cada jovem respondeu consoante os seus gostos, por isso, existe jovens que referem que aquilo que mais gostavam no dia a dia era jogar à bola, estar com a família e estar em casa, e o que menos gostavam, ir às aulas, estudar e de algumas companhias.

“Gostava muito de jogar à bola, playstation e não gostava muito de estudar.” J2

“Gostava mais de ir jogar à bola e menos de ir às aulas porque era muito cedo.” J3

“Agora já tenho saído mais, mas odeio sair na chuva, odeio o tempo assim, gosto mais de estar em casa.” J4

“Gostava muito de estar com a minha família e o que gostava menos era de algumas companhias, do meu grupo de amigos porque era complicado, havia muitos consumos e eu nunca fui de beber álcool por causa da minha medicação.” J5

Subcategoria 1.4.3. Tempos livres

Relativamente aos tempos livres, três jovens não responderam à pergunta, mas verificamos que os restantes jovens no seu tempo livre se dedicavam ao desporto.

“Terças e quintas-feiras tenho treino de futebol.” J1

“Só saía, mas gostava de jogar à bola.” J5

“Fazia BTT.” J7

O jovem 6 refere que o facto de viver longe do centro não tinha onde ir, por isso, saía da escola e ia para casa, auxiliando por vezes, os pais a tratar dos animais.

“Na altura eram uma seca. Saía da escola, ia para casa, estava à seca a olhar para os meus pais, ou às vezes ia ajuda-los a dar comida aos animais.” J6

Na subcategoria **1.4. Descrição do dia a dia** a maioria dos jovens:

- No seu dia a dia ia para a escola, estava com os seus amigos, ia brincar e ia para casa (ver jovens 2 e 3, anexo 3);
- Gostava muito de jogar à bola e de estar com a família no dia a dia;
- Não gostava de ir às aulas e de estudar (ver jovem 2, 3 e 5, anexo 3);
- Dedicava-se ao desporto nos tempos livres (ver jovem 1, 5 e 7, anexo 3).

Subcategoria 1.5. Vida Social (amigos)

Subcategoria 1.5.1. Recordações da relação com os amigos

Nas memórias da relação com os amigos as respostas são muito distintas, embora seja perceptível que em pelo menos três jovens essas amizades ainda se mantêm nos dias de hoje. Os restantes jovens optaram por recordar o quão eram unidos e se apoiavam e as brincadeiras que faziam juntos.

“A relação que tinha com os meus amigos de antigamente era mais forte, éramos mais juntos, lutávamos todos por um só. Agora é cada um para seu lado, fazes a tua vida que eu faço a minha, se precisares de ajuda eu estou cá mas nunca aquele grupo muito unido como antigamente.” J1

“Estamos “longe”, mas quando nos reencontramos a amizade não muda é sempre a mesma.” J3

“Muito amigos, apoiavam-me muito, eles ainda fazem parte do meu grupo.” J5

O jovem 4 revela que não é uma pessoa fácil de estabelecer laços e intimidade com alguém, fazendo referencia à sua amiga de infância, amiga esta que vai mencionando várias vezes no decorrer da entrevista. Por sua vez, o jovem 6 considera-se uma pessoa acessível e diz ser amigo de toda a gente. Contudo, este jovem defende que há pessoas que se aproveitam da sua amizade, considerando dois ou três jovens, como seus amigos.

“A minha amiga, ainda hoje é muito importante para mim, é como uma irmã. Tenho outros amigos, mas não tenho muita intimidade, eu sou muito difícil de criar intimidade com alguém.” J4

“Com os meus amigos era boa. Sempre fui um miúdo que normalmente sou amigo de toda a gente, mas há aquelas pessoas que pisam o risco e que eu deixo-as na mão, mas na altura eu tinha aquele pensamento do “ou és meu amigo ou não és” e por isso, tive ou 2 ou 3 amigos. Era um bocado cabeça tonta a nível de amigos, queria andar sempre a sair de casa porque algum amigo meu me convidava.” J6

Subcategoria 1.5.2. Relação de confiança com o(s) amigo(s), o que faziam juntos

Relativamente à relação de confiança verificamos que apenas quatro jovens tinham amigos em quem confiavam e que desabafavam sobre os seus problemas. O jovem 3 refere ter vários amigos em quem confiava, contudo, afirma não ser uma pessoa que goste de desabafar. Os jovens 2 e 6 confessam que não confiam muito nas pessoas e que por essa mesma razão preferem guardar os problemas/assuntos para si próprios.

“Nunca tive, gosto mais de guardar as coisas para mim, não confio muito nas pessoas.” J2

“Sim, vários. Mas eu não sou muito de desabafar, guardo mais as coisas para mim.” J3

“Eu não sou muito de desabafar com os outros, prefiro guardar para mim, não gosto que as outras pessoas saibam dos meus problemas, mas havia uma vizinha minha que às vezes eu estava no meu lado de casa e ela no dela e quando ela saía da escola costumávamos ir sempre brincar. Com ela tinha mais ligação até porque ela era minha vizinha.” J6

Os jovens que referiram ter amigos em quem confiavam, contaram que passavam tardes inteiras juntos, passeavam, ouviam música, faziam desporto ou saíam à noite.

“Sim, eu confiava num rapaz que hoje em dia já não tenho muito contacto com ele, mas ele antigamente ajudava-me muito em casa da minha mãe e era praticamente o meu melhor amigo. Passávamos tardes inteiras juntos e ajudava-me em tudo, mas depois também fazíamos porcaria juntos.” J1

“A minha amiga é que é a minha confidente. Ela está lá sempre para mim, todos os dias. Saímos, mais em (...) porque ela nunca vem para aqui, vamos para o castelo, ouvir música, tirar fotografias, estamos sempre a tirar fotografias e também vamos dar caminhadas.” J4

“Sim tinha, a minha mãe é muito amiga da mãe desse meu amigo, então eu cresci ao lado dele.” J5

“Sim, tinha o meu grupo. Mas depende, tinha alguns que considerava mais meus confidentes. Costumávamos fazer partidas de BTT às vezes ou íamos sair à noite para algumas festas.” J7

Na subcategoria **1.5. Vida Social (amigos)** destacamos que a maioria dos jovens:

- Tinha uma relação positiva com os seus amigos, eram unidos e apoiavam-se (ver jovens 3 e 5, anexo 3);
- Confiava nos amigos e desabafavam os problemas, costumavam passear, ouvir música, desporto e sair à noite.

Categoria 2. Institucionalização

Subcategoria 2.1. Motivo da institucionalização e idade a que foi institucionalizado

Verificamos que no que toca ao motivo da institucionalização predomina os problemas familiares, nomeadamente, violência doméstica/maus tratos e falta de cuidados. Outro dos motivos existentes, está relacionado com comportamentos desviantes, como roubos, consumos e falta de assiduidade nas aulas.

As idades a que os jovens foram institucionalizados segundo as respostas obtidas, variam entre os 8 e os 15 anos.

“Foi por violência doméstica pela parte do meu pai, tinha 15 anos, estou aqui há 2 anos.” J4

“Faltava às aulas, portava-me mal nas aulas, consumos de droga e respondia mal à minha mãe.” J5

“O motivo foi porque os meus pais na altura me batiam e então fui para (...), um ano mais tarde a minha mãe quis que eu viesse para cá e foi quando pedi transferência para vir para também poder estar mais perto da minha irmã.” J6

“Eu vim para aqui porque fiquei 5 anos sem ir à escola por isso repeti o 5.º ano, até que eu e uns amigos fomos fazer um roubo de telemóveis que correu mal na altura, fomos a tribunal, fiz trabalho comunitário, mas mudámos de assistente social e a nova assistente social decidiu que eu tinha de vir para aqui.” J7

Subcategoria 2.2. Opinião sobre a tomada de decisão

No que toca à tomada de decisão é possível observar que a maioria dos jovens não concorda com a decisão, existindo duas exceções em que um dos jovens refere que foi ele que pediu para ser institucionalizado e outro jovem que concordou caso fosse o melhor.

“Reagi mal.” J3

“Fui eu que pedi para sair de casa e para vir para aqui.” J4

“Fiquei triste, chorei não queria que me fossem buscar nem queria vir para aqui.” J5

“Eu disse que desde que fosse o melhor para mim que eu concordava.” J7

Subcategoria 2.3. Sentimento quando soube que ia ser institucionalizado e o que pensa atualmente

Nesta subcategoria os jovens voltam a reforçar que não reagiram bem porque também não sabiam para o que iam, o tal, medo do desconhecido. Hoje em dia, o jovem 2 reconhece que apesar de ter sido uma mudança complicada que foi o melhor, bem como os jovens 5 e 7.

“Eu ainda não sabia muito bem como é que as coisas iam funcionar naquela altura e de início levei a bem mas quando comecei a perceber melhor as coisas e comecei a descarrilar. Nas aulas todos os dias ia para a rua, foi uma mudança complicada. Eu pensava que era como em

algumas instituições, que se passava lá o dia e depois ia para casa e foi por isso que de início aceitei as coisas bem, só que depois percebi que não é pronto.” J3

“Agora sinto que mudei alguma coisa na minha vida, não queria ser como era.” J5

“Neste momento sinto que foi o melhor para mim.” J7

O jovem 4 apesar de ter sido um pedido dele, refere que na altura se sentiu melhor, contudo, atualmente não gosta tanto de estar na instituição por ser um espaço barulhento e este ser uma pessoa mais reservada.

“Ao vir para aqui senti-me melhor, e agora que o meu pai saiu de casa acho que já é muito melhor. Agora sinto-me igual, porque eu estou sempre no meu canto, seja aqui seja em casa, estou sempre no meu canto, então ninguém me chateia. Sou uma pessoa mais reservada e não gosto tanto de estar aqui, é muito barulho para os meus ouvidos.” J4

No que diz respeito à categoria **2. Institucionalização**, retiramos os resultados que consideramos mais significativos.

A maioria dos jovens:

- Foi institucionalizado por problemas familiares (ver jovem 3 e 4, anexo 3);
- Foram institucionalizados entre os 8 e os 15 anos;
- Não concorda com a institucionalização;
- Não reagiram bem ao saber da institucionalização e tinham medo.

Categoria 3. Percurso na Institucionalização

Subcategoria 3.1. Como foi recebido na instituição, como foram os seus primeiros dias e como se sentiu

Nesta subcategoria verificamos que as respostas dos jovens foram unânimes na forma como foram recebidos na instituição, todos os jovens afirmaram que foram bem-recebidos. Embora o jovem 1 e 2 tenham confessado que os primeiros dias foram complicados, por outro lado, os restantes jovens admitem ter feito logo amigos nos primeiros dias, ajudando-os em tudo quanto necessitavam.

“Nos primeiros dias sentia-me um pouco mal, estava sem a minha irmã, mas como tinha pessoas que já conhecia da outra instituição ajudaram-me a integrar a casa e foi fácil, adaptei-me facilmente.” J1

“Fui bem-recebido, fiz logo amigos, era um pouco gozão mas depois aprendi. Nos primeiros dias foi um bocado complicado porque eu gozava muito e depois eles batiam-me. Com o tempo aprendi a não gozar e fiz mais amigos.” J2

“Fui bem-recebido, comecei a conviver mais e a ter uma relação com as pessoas cá da casa.” J7

Subcategoria 3.2. Pessoas mais importantes nos primeiros dias

Relativamente às pessoas mais importantes nos primeiros dias, os jovens 1 e 6 referem que essas pessoas foram amigos que atualmente já não se encontram na instituição. O jovem 2 além dos amigos que também estavam institucionalizados, confessa que o doutor e o professor da instituição também foram bastante importantes nos primeiros dias e em quem confiou. O jovem 3 aponta essa importância para o irmão, e o jovem 4 afirma que não teve ninguém que considerasse importante nos primeiros dias tendo em conta que não é uma pessoa de falar quando algo não está bem.

“Atualmente não está, já fez os 18 anos, eram uns “irmãos”, que estavam aí e o irmão de um rapaz que também estava aqui que também já saiu, ou seja, eram só amigos que tinha feito na outra instituição.” J1

“Essas pessoas já não estão cá, mas eram amigos meus que também cá estavam. O Dr. (...) e o professor (...) também confio neles e também foram importantes para mim.” J2

“Não tive ninguém. Não sou uma pessoa de falar quando estou triste ou quando não estou bem então tive sempre mais sozinho.” J4

“Foi uma pessoa que neste momento não está aqui, está na tropa e foi outro rapaz que também já não está aqui.” J6

Subcategoria 3.3. Amizades nos primeiros dias de institucionalização

No que toca às amizades, apenas os jovens 5 e 7 criaram o seu grupo que ainda nos dias de hoje são os seus melhores amigos. Os jovens 1 e 3 fizeram amigos, mas revelam que ainda não existia uma relação de confiança bem como, que com o passar do tempo se aperceberam de quais eram os verdadeiros amigos. Os restantes jovens apesar de referirem que os jovens já institucionalizados foram simpáticos acrescentam também que é complicado criar laços com alguns pelo seu comportamento.

“Tentei logo comunicar com todos, para criar um laço de amizade, mas ao longo do tempo fazes amigos e vês quem são os verdadeiros e deixamos alguns para trás.” J1

“Fiz amigos, mas ainda não havia aquela confiança eram conhecidos.” J3

“Fiz, são dois, e são os meus melhores amigos ainda aqui estão.” J5

“Nestas casas é sempre difícil fazer amigos, por causa de uns serem malcomportados, por tudo o que viveram lá fora e há aqui miúdos que são problemáticos, por isso é muito complicado criarmos amigos aqui dentro e hoje em dia eu tenho muita dificuldade em lidar com eles.” J6

Subcategoria 3.4. Dia a dia na instituição e participação nas atividades

A maioria dos jovens, quando se fala em dia a dia na instituição, menciona os torneios que fazem de *ping-pong*, *matraquilhos* e futebol, fazendo estes parte de algumas das atividades implementadas pela instituição. Contam também, que vão para a sala jogar telemóvel ou *playstation* e conviver. Quanto à participação nas atividades apenas dois jovens referem não participar, os restantes jovens participam, embora digam que as atividades se organizam apenas nas férias de verão.

“Vou jogar à bola com eles, tínhamos uma mesa de ping-pong só que a estragaram, jogava matraquilhos, vamos para a sala jogar nos telemóveis uns dos outros e conviver. Quando há atividades participo.” J2

“Nada de mais, é a mesma coisa, telemóvel. Eu, para sair tem de ser com alguém que eu me dê bem e são poucas as pessoas. Em (...) não digo que não haja algumas pessoas, mas na instituição não há mesmo. Só saí à noite quando alguns colegas da minha turma ou da minha escola me pedem para sair, e mesmo assim não me apetece, mas lá vou.” J4

“O meu dia a dia é casa, escola, escola, casa. Aos fins-de-semana é que se ficar cá em casa jogo playstation ou vou dar uma volta. Não costumo participar nas atividades.” J3

Subcategoria 3.5. Atividades que gosta mais e menos de fazer

Nesta subcategoria os jovens que participam nas atividades indicam o desporto como as atividades que mais gostam de fazer, como é o caso do *ping-pong*, *natação*, *BTT* e a *colónia* de férias, por exemplo. Somente o jovem 1 elege o computador e a *playstation*. Nas atividades que não gostam de realizar, o jovem 1 refere que gosta de fazer tudo na instituição, o jovem 5 revela não gostar de ir à piscina coberta e o jovem 7 diz não ter nenhuma atividade de que goste mais e outra menos. O jovem 3 opta por ir passear quando há alguma atividade por considerar ser muito repetitivo.

“Aquilo que normalmente faço que gosto é estar no computador e jogar playstation. O que não gosto de fazer, eu gosto de fazer tudo aqui.” J1

“Temos atividades, mas sempre ouvi dizer que o que é demais enjoa e começa a ser muito repetitivo, então prefiro ir dar uma volta e andar por aí.” J3

“Gosto de ir às piscinas municipais e não gosto de ir à piscina coberta, não se pode mergulhar.” J5

“Não tenho assim nenhuma que goste mais e outra menos.” J7

Subcategoria 3.6. Principais regras na instituição, como foi a adaptação a essas regras, e se as cumpre

Relativamente às principais regras na instituição, todos os jovens mencionaram os cumprimentos de horários, como a hora de acordar, as refeições e a chegada à instituição.

Respeitar sempre os monitores, os professores e outros, ter bom comportamento e não arranjar conflitos, não faltar às aulas, realizar a sua higiene pessoal e cumprir com o dia da fascina. De modo geral os jovens adaptaram-se às regras impostas apesar de confessarem que inicialmente e por vezes é complicado. Quando se fala no cumprimento dessas regras, os jovens referem que depende do estado de espírito, falhando algumas vezes o cumprimento dos horários, o dia da fascina e o respeito pelos monitores.

“Temos umas x horas para chegar, para sair temos de pedir autorização, temos horas para comer, para levantar... Cumpro algumas, depende do meu bem-estar. Raramente chego a horas à noite.” J3

“Chegar às horas que temos de chegar, fazer o que os monitores pedem, não arranjar conflitos com ninguém, tentar não faltar à escola e fazer aquilo que temos para fazer. Adaptei-me mais ou menos, na altura o não faltar à escola e ter horas para chegar foi complicado porque não estava habituado. Sim, cumpro as regras.” J7

Subcategoria 3.7. Relação com os profissionais da instituição

Nesta subcategoria todos os jovens referiram ter uma boa relação com os monitores. Contudo, enquanto uns jovens optam por recorrer a estes profissionais quando necessitam de algo, outros confessam recorrer a algum profissional em específico por ser de alguma forma mais especial para si.

“Dou-me bem com eles, mas não recorro a nenhum quando tenho algum problema só se for mesmo de saúde é que tenho logo de recorrer.” J4

“Dou-me bem com todos, mas dou-me especialmente bem com o Sr. (...) quando preciso vou ter com ele.” J5

“Por um lado, são todos iguais, tenho confiança com todos mas tenho mais confiança numa monitora que quando preciso é a ela que recorro.” J7

Subcategoria 3.8. Se sente que as regras foram/são importantes

Quando a pergunta é se as regras foram/são importantes nas suas vidas apenas quatro jovens respondem à pergunta, afirmando que sentem ser importantes e justificando que regras são necessárias e que os ajuda a crescer.

“São importantes porque nos ajudam a perceber o que há lá fora, ajuda-nos a ter cabeça e a tornarmo-nos homens.” J1

“Sim, são importantes em todos os sentidos, regras são necessárias e isto aqui sem regras é como a república das bananas, é horrível. Se já com regras é assim, imagino sem.” J4

Subcategoria 3.9. Se recebe visitas ou se costuma ir visitar a família/amigos

Nesta subcategoria apenas dois jovens confessaram nunca ter recebido visitas, contudo, e tal como os restantes jovens, vão visitar a família de x em x tempo. Os restantes jovens além de receberem visitas costumam também ir visitar a família/amigos. Existem jovens que o fazem frequentemente e outros uma ou duas vezes por mês.

“Não, desde o início que aqui estou que nunca recebi visitas, só me vêm buscar para ir para casa de vez em quando. Eu se for é para casa da minha irmã, aqui em (...), ou vou com ela para (...) que também há lá familiares da parte dela, mas só acontece mais nas férias. Nos fins de semana ela está muito ocupada e quando vou só estou só com amigos da minha irmã, não são diretamente os meus amigos.” J1

“Costumo ir visitar os meus familiares, o meu pai às vezes vem cá visitar-me, mas como sou de (...) o meu pai não vem cá muitas vezes. Eu costumo ir uma a duas vezes por mês passar o fim de semana. Às vezes por causa das porcarias que faço fico sem ir a casa e quando é assim o meu pai vem cá.” J3

“Não, porque onde eu moro é muito longe e é complicado para a minha mãe vir. Costumo ir lá eu, tenho autorização do tribunal para ir de 15 em 15 dias de cada mês ir duas vezes a casa. J7

Subcategoria 3.10. O que faz quando os vai visitar

Os jovens 3 e 4 confessam dividir o seu tempo entre família e amigos. Os restantes jovens revelam que acabam por ficar a conviver ou a ajudar no que é necessário, também vão passear com seus familiares e alguns amigos acabam por ir às suas casas. Quando estão com os amigos vão andar de bicicleta e passear.

“Costumo passar a tarde e manhã com eles, depois à noite como diz o meu pai “vou à minha vida” e estou com os meus amigos de lá.” J3

“Vou dar umas voltas, vamos sair a (...) que a minha mãe gosta de ir às compras. Divido um bocado o meu tempo para estar com a minha mãe e com a minha avó e com a minha amiga. Tenho lá um primo que também é assim uma pessoa com quem eu me dou muito bem e é meu vizinho e então às vezes vamos sair.” J4

“Estou todo o dia com a família, onde eles vão eu também vou, os meus amigos também costumam ir lá a casa” J5

Na categoria 3. **Percurso na Institucionalização** destacamos que a maioria dos jovens:

- Foi bem-recebido na instituição e estabeleceram amizades nos primeiros dias, o que pode facilitar a integração na casa (ver jovens 1, 3 e 7, anexo 3);
- Contou que as pessoas mais importantes nos primeiros dias foram amigos que atualmente já não se encontram na casa de acolhimento, o que pode dificultar o contato permanente com esses amigos;

- Criou amigos nos primeiros dias de institucionalização, embora não fosse fácil. As diferentes personalidades e as vivências anteriores à institucionalização são diversificadas, o que pode dificultar a criação de laços e a relação de confiança;
- No dia a dia na instituição joga *ping-pong*, futebol, está com o telemóvel, joga *playstation* e participa ativamente nas atividades (ver jovens 1 e 5, anexo 3);
- Tem como atividade preferida o desporto;
- Refere o cumprimento de horários, o respeito pelos monitores, professores e entre outros, o bom comportamento, o ser assíduo e pontual nas aulas, a realização da sua higiene pessoal e o cumprimento do dia das limpezas, como as principais regras implementadas na instituição. Estas regras são importantes para a educação e desenvolvimento destes jovens, podendo também, gerar conflitos e discórdia entre os jovens;
- Adaptou-se às regras implementadas, o que pode facilitar a organização e disciplina entre os jovens na casa de acolhimento;
- Tem uma boa relação com os profissionais da instituição, dando ênfase à relação com os monitores (ver jovem 7, anexo 3);
- Sente que as regras são importantes nas suas vidas e que os ajuda a crescer (ver jovens 4 e 5, anexo 3);
- Vai visitar a família e amigos de x em x tempo e são poucos os que recebem visitas na instituição de familiares ou amigos (ver jovens 6 e 7, anexo 3);
- Acaba por passar mais tempo com os seus familiares quando os vai visitar, o que pode reforçar laços entre pais e filhos. Nessas visitas convivem, ajudam no que é necessário e passeiam.

Categoria 4. Perspetivas para o futuro

Subcategoria 4.1. Futuro quando sair da instituição

Dos sete jovens entrevistados, seis têm como objetivo futuro entrar no mercado de trabalho quando saírem da instituição. Os jovens 3 e 6 revelam que além de quererem entrar no mercado de trabalho, tencionam arranjar casa e posteriormente formar família. É possível verificar que alguns dos jovens já decidiram o que gostavam de fazer no futuro, desde a GNR, à hotelaria, passando por bombeiro e *design*.

“O que eu penso fazer futuramente é o que estou a fazer agora, como estou a tirar o curso de restauração e bar, é sair daqui, arranjar um bom trabalho, ter algumas propostas de trabalho nesta área de hotelaria e pronto, pelo menos nos 6 primeiros meses trabalhar nessa área e

depois desses 6 meses candidatar-me à GNR, fazer o curso e tento lidar com os dois, GNR e restauração e bar.” J1

“Quero continuar na escola e quando terminar queria ser chefe de cozinha ou então serralheiro.” J2

“Arranjar a minha própria casa e arranjar um trabalho fixo e daí começar a formar a minha família, para ter uma vida estável.” J6

Subcategoria 4.2. Se acha que vai ser bem-sucedido, que estratégia pensa utilizar para o ser e que tipo de apoios acha que irá precisar

Nesta subcategoria suscitam algumas dúvidas, alguns jovens referem não saber o que os espera, outros supõem que vão ser bem-sucedidos. No que toca a estratégias e apoios alguns jovens contam o que tencionam fazer e como a instituição e/ou a família pode ser o seu apoio nos primeiros tempos.

“Acho que vou ser bem-sucedido, também já sei o que quero ser na GNR. O principal apoio é nomeadamente a Casa que me ajuda em tudo, não tenho razões de queixa disso e depois é a minha irmã que também me ajuda e foi ela me disse para ir para a GNR. Eu pretendo ficar aqui pelo menos até acabar a escola, tirar a carta e orientar-me lá fora.” J1

“Se tudo correr bem, hei-de ir trabalhar para um hotel, porque vou para a escola de hotelaria tirar o curso de restauração e bar. E sim, vou precisar de apoios, o meu pai vai lá estar sempre a apoiar e eu vou estar sempre a apoiar o meu pai também.” J3

“Ainda não sei o que quero fazer, quero sair aos 18 anos e arranjar trabalho, depois mais para a frente logo vejo.” J7

Na **categoria 4. Perspetivas para o futuro** a maioria dos jovens:

- Tem como objetivo entrar o mercado de trabalho quando sair da instituição (ver jovens 1, 3 e 6, anexo 3);
- Apesar de não saber o que os espera, esperam ser bem-sucedidos e contam com a família e a instituição como apoio na fase inicial, o que pode facilitar a sua integração no mercado de trabalho e empenho.

CAPÍTULO V – DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos a discussão dos resultados que considerámos mais importantes por categoria e subcategoria.

No que diz respeito à primeira categoria, *período anterior ao ingresso na Casa de Acolhimento*, verificámos que:

Na subcategoria *1.1. Família* os jovens:

- Viviam com os avós ou em famílias monoparentais, crescendo com a ausência da figura paterna, o que pode gerar comportamentos de revolta, ou a criança/jovem formar a sua personalidade de forma inadequada, podendo desenvolver algum distúrbio a nível psicológico no futuro. A ausência da figura paterna influencia drasticamente a vida do jovem.

Estes dados estão de acordo com Nunes (2014), que alerta para a importância do processo de identificação do rapaz em crescimento com o seu pai no desenvolvimento da personalidade e do carácter. Este processo parece comprometido nos rapazes delinquentes que aparentam demonstrar maior hostilidade pela figura paterna do que os rapazes não delinquentes.

Almeida (2005, citado por Cansado, 2014) referem que diferentes formas de família vêm evidenciar as mudanças ao nível das estruturas, funcionamento e comunicação, atribuindo uma nova dimensão das relações, das expectativas e dos papéis de cada membro da família entre si e com a sociedade.

Gomes, I. (2010) identifica a separação ou o divórcio dos pais como um dos fatores de risco mais comuns na família.

- Declaram que mantinham uma boa relação com os familiares com quem residiam, à exceção de dois jovens.

Carrilho (2000), afirma que o baixo nível de envolvimento na delinquência na adolescência está diretamente relacionado com os laços afetivos com os pais, ou seja, se os adolescentes viverem sob tensões familiares e os afetos parentais forem pobres, a probabilidade de se envolverem na delinquência é maior.

Gomes, I. (2010) alerta que além da família desempenhar funções educativas e de socialização também promove a autonomia e a integração social adequada da criança. A família transmite regras, valores e princípios criando consequentemente uma rede de afetos e

proporcionando à criança segurança, proteção, estabilidade e capacidade de confiar em si e no outro, influenciando a sua construção de identidade pessoal e sentimento de pertença.

- Tinham condições de vida normais, tendo o essencial. Apenas dois jovens atravessaram dificuldades de empregabilidade e financeiros por parte dos pais.

Born (2005), citado por Nunes (2014), refere que a pertença socioeconómica da família também é um fator da delinquência juvenil, isto é, se uma família tem uma grande vulnerabilidade social, o meio de socialização que os pais oferecem será pouco estruturado.

Gomes I. (2010), aponta a pobreza geracional e o baixo nível socioeconómico como um dos fatores mais comuns nos pais que conduzem à situação de perigo.

Na subcategoria **1.2. Comportamento pessoal** a maioria dos jovens:

- Têm comportamentos menos adequados, existindo apenas um jovem que, apesar de se considerar um jovem normal, tinha maus comportamentos derivado a problemas de saúde, hiperatividade, podendo dificultar o bom desempenho em sala de aula e integração.

Carrilho (2000) acredita que o comportamento do indivíduo é influenciado pelo meio que o rodeia. Desta forma, as experiências precoces com os pais e outras pessoas que fazem parte da família, vizinhos, escola e comunidade têm um impacto significativo no seu comportamento. A criança ao crescer num ambiente de suporte afetivo, apresenta um menor envolvimento em comportamentos antissociais, tornando-se um ser mais produtivo, ao invés de uma criança que cresce num ambiente conflituoso e crítico.

Nunes (2014) defende que é na família que desde cedo, a criança e o adolescente aprende a diferenciar o comportamento aceitável do não aceitável e também a respeitar os direitos e a propriedade do outro. Conforme o autor é também na família que se aprende a ser agressivo, a ter comportamentos violentos e a ser antissocial.

- Já consumiram e uns jovens ainda consomem nos dias de hoje, o que pode futuramente levar à dependência e a problemas de saúde.

Sprinthall e Collins (1994) ao referirem a fase de desenvolvimento juventude relacionam-na com a fase da adolescência, sem o impacto das transformações fisiológicas, considerando que é um período de desenvolvimento saudável, mas podendo ser também um período de vulnerabilidade face às experiências a que os jovens se submetem nomeadamente quando existe consumo regular de substâncias psicoativas (legais e/ou ilegais).

Patrício (2006) explica que as substâncias psicoativas podem alterar as funções do cérebro de três formas diferentes. Podem provocar efeitos de excitação, sedação ou perturbação; ter interferência com o sono, atenção e ao nível da memória; mudar a forma do pensamento; e criar modificações ao nível da sensibilidade, da fala e do andar. De acordo com o autor dependendo do seu uso, as substâncias psicoativas podem ser prejudiciais para a saúde (Patrício, 2006).

Na subcategoria **1.3. *Percurso escolar*** a maioria dos jovens:

- Encontra-se a completar o ensino na escola de hotelaria, o que pode facilitar a entrada no mercado de trabalho na área de restauração e bar;
- Tinham comportamentos menos adequados em sala de aula, contudo, declaram que as aulas corriam bem. Esse comportamento pode dificultar o sucesso escolar.

Torres (2011) defende que a escola aparece como meio de socialização, tendo como funções a instrução e a educação, influenciando o comportamento das crianças e jovens. Assim, para as crianças institucionalizadas este facto pode ser prejudicial para a integração em meio escolar, tendo em conta que estas crianças possuem histórias de vida e experiências que as afastam das normas e valores da escola.

Vélaz de Medrano (2003) refere que existem diversos fatores que dificultam a inserção social, reforçando que o sistema educacional ainda não consegue garantir a todas as crianças e jovens o acesso permanente ao conhecimento, habilidades interpessoais e sócio laborais, gerando sentimentos de frustração. Desta forma, as desigualdades económicas e socioculturais podem levar ao insucesso escolar e posteriormente à exclusão social.

- Tinha uma boa relação com os professores, existindo por vezes, divergências. Esta relação com os professores pode melhorar vários aspetos como por exemplo, a integração, entajuda, respeito, confiança e comunicação com o próximo.

Caio (2014) refere que a escola pública contemporânea, enfrenta grandes desafios para a intervenção socioeducativa, nomeadamente pelos problemas sociais que são transportados para dentro da escola, como as crianças e jovens institucionalizados que apresentam histórias de vida bastante vulneráveis. Estas crianças e jovens, ao terem uma história de vida muito complexa influenciam a sua vivência escolar, associando-se um conjunto de problemas como a questão do autoconceito, autoestima, motivação, desinteresse, insucesso escolar, indisciplina, abandono escolar, estigmatização e rotulação (Amado *et al.*, 2003, p. 33).

Ferreira e Barrera (2010) referem que os laços afetivos criados dentro do meio familiar favorecem a adaptação do indivíduo aos diferentes contextos, contudo, quando esses laços são negativos também podem dificultar o desenvolvimento do indivíduo criando problemas na sua adaptação e dificuldades de interação social. Assim, os vínculos afetivos, a autoestima, o autoconceito e as formas de interação social possuem grande influencia por parte das figuras parentais.

- Tinha pelo menos um professor que considerava especialmente importante, o que pode contribuir para a motivação destes jovens em sala de aula. Importa relembrar que os professores são uma das figuras de referência que mais influencia têm na educação das crianças e jovens e por isso, pode conduzir a resultados positivos na escola.

Estes dados confirmam o que nos diz Caio (2014), pois na sua ótica os professores têm um papel fundamental na transmissão de valores e atitudes dos alunos influenciando o seu comportamento e empenho. Segundo o autor, o respeito e a consideração do professor pelos seus alunos promovem um desenvolvimento positivo influenciando os resultados escolares do aluno de forma negativa. Ao existir um elevado nível de compreensão, autenticidade e respeito por parte dos professores, os alunos também se mostram mais interessados e motivados, como é o caso dos alunos que apresentam um historial de retenções, absentismo, comportamentos de risco e insucesso escolar.

Miguel, Rijo e Lima (2012), identificaram três categorias no que respeita aos fatores de risco para o insucesso escolar: a família, a escola e as características individuais. A nível familiar destacam-se vários fatores que contribuem para o insucesso escolar como a qualidade dos cuidados primários, pobreza, monoparentalidade, divórcio, famílias numerosas, práticas educativas muito rígidas ou permissivas, fraco envolvimento parental na vida escolar dos filhos, tipo de vizinhança e índice de criminalidade. A nível escolar destaca-se o

funcionamento e a organização escolar, como a política de estabelecimento, a dimensão da escola, o tamanho da turma e o ambiente socioeducativo como por exemplo, a atitude dos professores perante os alunos. Como características individuais destacam-se dificuldades ao nível do autocontrolo (problemas de atenção, comportamento agressivo, brigas, impulsividade, indisciplina e dificuldades de aprendizagem), ausência de relações interpessoais e de rotinas de estudo e falta de motivação

Na subcategoria *1.4. Descrição do dia a dia* a maioria dos jovens:

- Gostava muito de jogar à bola e de estar com a família no dia a dia.
- Não gostava de ir às aulas e de estudar o que pode levar ao insucesso e/ou ao abandono escolar.

Vélaz de Medrano (2003) acredita que existem diversos fatores que dificultam a inserção social, reforçando que o sistema educacional ainda não consegue garantir a todas as crianças e jovens o acesso permanente ao conhecimento, habilidades interpessoais e sócio laborais, gerando sentimentos de frustração. Desta forma, as desigualdades económicas e socioculturais podem levar ao insucesso escolar e posteriormente à exclusão social.

Caio (2014) defende que é nos alunos mais desfavorecidas e que apresentam mais dificuldades devido às suas histórias de vida que o apoio, o elogio, a crítica construtiva e a aproximação do professor são mais importantes, influenciando positivamente a sua autoestima e autoimagem.

Silva (2010, citado por Caio, 2014), afirma que existe uma relação ressentida face à escola por parte das crianças e jovens que se encontram em acolhimento, pois sentem que a escola não lhes pertence, originando comportamentos de indiferença e desinteresse.

- Dedicava-se ao desporto nos tempos livres.

Fernandes e Pereira (2006) defendem que a atividade desportiva é um dos exemplos de fator de proteção, assumindo um papel importante na promoção de um estilo de vida saudável trazendo vários benefícios a nível da saúde, físico e mental e deve ser um hábito promovido logo em criança. Atualmente as novas tecnologias e o tipo de atividades profissionais contribuem para o sedentarismo, não favorecendo um modo de vida ativo, desta forma, é importante que os jovens sejam fisicamente ativos no seu dia a dia, fazendo parte as

brincadeiras, jogos, desportos e trabalho. Recomenda-se três ou mais sessões semanais de atividades, com duração de pelo menos 20 minutos (Fernandes & Pereira, 2006).

Na subcategoria **1.5. Vida Social (amigos)** a maioria dos jovens:

- Tinha uma relação positiva com os seus amigos, eram unidos e apoiavam-se, sendo esta relação um fator importante na vida relacional e no combate ao isolamento.

Conforme a Direção-Geral da Saúde (2011), os fatores de proteção são variáveis biopsicossociais (físicas, psicológicas e sociais) que apoiam e favorecem o desenvolvimento individual e social da criança ou do jovem, podendo consequentemente remover ou reduzir o impacto dos fatores de risco.

Martins e Gomes (2011) defendem que o grupo de pares contribui também de uma forma decisiva para o processo de socialização e identidade social. As atividades delinquentes dos adolescentes ocorrem dentro do contexto grupal, uma vez que a adolescência é marcada pelo envolvimento no grupo sendo que os adolescentes delinquentes são muito mais orientados para o grupo e mais dependentes deste.

Na categoria **2. Institucionalização** a maioria dos jovens:

- Foi institucionalizado por problemas familiares, sendo este um fator de risco/perigo.

Conforme referido pela OMS (2015) os pais, membros da família direta e os cuidadores mais próximos da criança devem garantir os cuidados de criação, sendo estes essenciais para o desenvolvimento saudável da criança e do jovem. Ao serem reunidas um conjunto de condições que proporcionam ao menor, boa saúde, nutrição, proteção, segurança, cuidados responsivos e oportunidades de aprendizagem precoce promove-se o desenvolvimento saudável das crianças, diminuindo e protegendo-as de fatores de stress e promovendo o encorajamento emocional e o enfrentamento cognitivo face a situações críticas.

Nunes, (2014) defende que um dos grandes fatores de risco no comportamento delinvente é a família e o seu papel no desenvolvimento da criança, pois é esta que previne ou favorece o comportamento e/ou o desenvolvimento da delinquência.

Coutinho, Seabra-Santos e Gaspar (2012), alertam que educação parental é um fator essencial na promoção de estratégias parentais positivas e eficazes, porque além de capacitar os pais a

melhorar o seu exercício parental também otimiza o desenvolvimento saudável dos seus filhos.

- Foram institucionalizados entre os 8 e os 15 anos;

De acordo com Cunha (2014) a delinquência juvenil abrange diversas condutas ilegais e é praticada por jovens abaixo da imputabilidade legal (entre os 12 e os 16 anos), sendo que este comportamento desviante engloba todas as ações que ponham em causa a integridade da pessoa e dos seus bens.

Na categoria **3. *Percurso na Institucionalização*** a maioria dos jovens:

- Tem uma boa relação com os profissionais da instituição, dando ênfase à relação com os monitores. Esta relação pode ser benéfica na criação de laços e relação de confiança podendo ver estas pessoas como figuras de referência, contudo a grande maioria dos jovens não consegue colmatar as lacunas deixadas pela privação materna trazendo consigo consequências na idade adulta.

O ISS (2007) acredita que os técnicos devem criar um ambiente sem simulações exageradas e compreender que as crianças e jovens estavam habituados a outro padrão relacional, existindo a possibilidade de entrar em conflito com as regras incutidas pela instituição. Os técnicos devem ter consciência de que o período de transição e de integração não é um processo fácil, e por isso é essencial que estejam preparados tecnicamente para em conjunto se delinearem estratégias para cada caso, de modo a que as crianças e jovens não tirem partido das contradições por vezes existentes entre adultos (ISS, 2007, p.4).

- Sente que as regras são importantes nas suas vidas e que os ajuda crescer, o que é uma mais valia para manter a organização e o bom funcionamento do centro de acolhimento.

De acordo com O ISS, Manual de processos-chave, lar de infância e juventude publicado em 2007, o conhecimento das regras e modo de funcionamento da Casa de Acolhimento é importante para a criança ou jovem logo desde o primeiro momento, para que se aperceba do planeamento e da gestão de rotinas diárias. Estas rotinas facilitam a integração, permite que a

criança ou jovem organizem a sua angústia e ansiedade, ajudam na diminuição do sofrimento e aumentam a probabilidade de se sentir tranquila e confiante (ISS, 2007, p.30).

- Vai visitar a família e amigos de x em x tempo e são poucos os que recebem visitas na instituição de familiares ou amigos. A ausência de visitas pode levar a sentimentos de revolta, contudo e em contrapartida as visitas frequentes à família e amigos é um fator benéfico para o desenvolvimento da criança ou do jovem. Este vínculo é fundamental para que no futuro possam estabelecer relações sociais e estarem inseridos socialmente.

Gomes, I. (2010) referenciando a teoria desenvolvida por Del Valle e Fuertes (2000), para um acolhimento de qualidade deve existir respeito pelos direitos da criança/jovem e da família, pois procura que todas as crianças e jovens mantenham os seus contactos. A intervenção com a família é organizada de acordo com o plano acordado. O acompanhamento das visitas, permite salvaguardar o bem-estar da criança, observar a relação entre a criança e os seus familiares e ajudar os pais a melhorar as suas competências parentais, de modo a agirem corretamente com as suas crianças ou jovens, percebendo as suas necessidades e dando uma resposta adequada às mesmas.

Na categoria **4. Perspetivas para o futuro** a maioria dos jovens:

- Tem como objetivo entrar no mercado de trabalho quando sair da instituição, o que demonstra que estes jovens ambicionam ser autónomos e independentes.

Del Valle e Fuertes (2000) assim como Gomes, I. (2010) defendem que a preparação para a autonomia é fundamental potenciar e otimizar o processo de crescimento e individuação de cada criança e jovem para a tomada de decisões e de resolução de problemas, auto-orientação e responsabilidade social. Muitos destes jovens quando saem da Casa de Acolhimento contam apenas consigo, não têm famílias para os auxiliar, assim, todas as competências que adquirirem durante o acolhimento são um contributo para a sua autonomização.

- Apesar de não saber o que os espera, esperam ser bem-sucedidos e contam com a família e a instituição como apoio na fase inicial, o que pode facilitar a sua integração no mercado de trabalho e empenho.

Del Valle e Fuertes (2000) assim como Gomes, I. (2010) referem que para existir um acolhimento institucional de qualidade a equipa técnica da Casa de Acolhimento tem a responsabilidade de conseguir que todas as crianças e jovens acreditem no futuro. Todos têm o direito de viver no seio de uma família (biológica ou não) e do respeito à individualidade, bem como de verem definido um **projeto de vida**, tendo em conta o seu tempo útil.

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

O objetivo desta dissertação procurava compreender a história de vida dos jovens que estão institucionalizados e compreender os processos que ocorrem durante a infância e a adolescência que levam os jovens a desenvolver comportamentos de risco/perigo sendo necessária a institucionalização em casas de acolhimento. Sabemos que o número de jovens em contexto institucional tem vindo a aumentar ano após ano, expondo estas crianças e jovens a comportamentos de risco/perigo conduzindo-as a uma readaptação alterando a sua forma de estar na vida. Consideramos que o meio familiar e a escola têm um grande impacto nas suas vidas e que com a influência destes meios podem surgir inúmeras consequências.

Inicialmente analisamos questões teóricas que se relacionam com os comportamentos de risco e perigo na adolescência.

Pelas entrevistas realizadas, foi possível perceber que a origem do acolhimento reside essencialmente no meio familiar, tendo como principais causas a negligência e os maus tratos físicos e emocionais e que os jovens se sentem pouco à vontade a falar da família e a reconhecer o motivo da sua institucionalização. Com base nestes dados sabemos que as problemáticas das crianças e jovens são muito distintas existindo cada vez mais um esforço para colmatar fatores e comportamentos de risco por parte das entidades, dos profissionais e das instituições, tendo sido ao longo do tempo implementadas diversas medidas, direitos e respostas de modo a criar ambientes familiares mais seguros, a reduzir fatores de risco e a alterar comportamentos.

Os fatores de risco mais evidentes que podem desencadear comportamentos desviantes/delinquentes são a negligência e os maus tratos, a ausência da figura paterna, os problemas socioeconómicos, os consumos regulares ou esporádicos de estupefacientes, e a nível escolar os comportamentos menos adequados, a falta de assiduidade, o insucesso escolar e a exclusão social.

Apesar de alguns jovens referirem dar-se bem com a família e terem condições de vida normais sabemos que existiam diversos fatores que apontavam para um ambiente familiar pouco saudável e com carências socioeconómicas. Deste modo e estando o estilo parental e o temperamento da criança ou do jovem relacionados entre si, esse temperamento reflete-se no desempenho escolar e no comportamento.

Na escola apesar de afirmarem que as aulas decorriam com normalidade reconhecem que tinham comportamentos menos adequados. Sabemos que para as crianças institucionalizadas

as suas histórias de vida complexas podem ter um grande impacto na integração/vivência escolar e que quanto mais a criança é castigada em casa ou se existir falta de compreensão sobre as suas necessidades e sentimentos, mais esta criança ou jovem terá tendência em manifestar esse comportamento de revolta na escola. Percebemos também que apesar de ainda existir dificuldades, que a escola se tem reajustado ao longo do tempo de modo a integrar e a motivar os alunos, pois os jovens admitem a importância dos professores reconhecendo ser uma figura com quem têm ligação, que lhes dá apoio e que os acompanha e auxilia. Esta relação com os professores além de ser benéfica na transmissão de valores é fundamental no combate ao insucesso escolar e na alteração de comportamentos.

No que respeita ao grupo de amigos, sabemos que este é importante para os jovens, embora reconheçam que juntos tinham comportamentos menos adequados. Assim, é fundamental compreender a relação que existe entre pais e filhos, dado que se existir uma supervisão inadequada por parte da família, que o vazio sentido na criança ou no jovem vai ser preenchido pelo grupo de amigos, podendo levar a comportamentos desviantes. Sabemos também que apesar de serem grupos unidos no que toca à vida pessoal, os jovens não gostavam de desabafar preferindo guardar determinados assuntos para si próprios. Podemos considerar que esses fatores demonstram pouca confiança ou falta de vontade com o grupo, que podem ter receio da reprovação ou até mesmo que colocam a sua imagem, autoimagem e autoestima em causa.

Apesar de não se ter referido as localidades de origem dos jovens por uma questão de proteção dos dados sabemos que alguns cresceram em bairros problemáticos, o que faz com que estejam expostos a comportamentos de risco, desde as dependências à exclusão social.

Outro objetivo a que nos propusemos foi o de compreender o processo de adaptação e a importância das vivências na instituição.

Pelos entrevistados foi possível perceber que não reagiram bem ao saber da institucionalização, contudo, presentemente reconhecem que esta mudança alterou determinados comportamentos e atitudes menos positivas, sentindo-se bem na casa de acolhimento.

Consideramos que os jovens fizeram amigos e criaram relações de confiança desde o primeiro dia na chegada à instituição, embora não tenha sido um processo fácil devido às características individuais de cada jovem, alguns eram gozões, outros mais tímidos e calmos, outros mais autoritários.

Percebemos que estes jovens têm pessoas na instituição com quem criaram mais afinidade e a quem recorrem quando algo não está bem, compreendem as regras e consideram-nas importantes, porém, continuam a não ter um comportamento adequado e muitas vezes falham no cumprimento das mesmas. Participam ativamente nas atividades da casa embora sintam que há pouca diversidade tornando-se repetitivo. Apesar dos jovens não receberem muitas visitas dos familiares, estes vão visita-los frequentemente, sendo a relação afetiva a nível familiar um dos fatores mais importantes e que a casa de acolhimento valoriza.

Assim, pode afirmar-se que os jovens entrevistados passaram por um processo de adaptação que nem sempre é fácil, em que apesar do regime da casa de acolhimento ser aberto, tiveram que se adaptar às novas rotinas diárias, regras e limites que por si só, já são difíceis de obedecer tendo em conta as vivências anteriores ao acolhimento e estabelecer novas relações. As relações na instituição parecem ser o grande suporte de alguns jovens, se tivermos em conta o que sofreram no passado. Parece assim, que as vivências na instituição têm um grande impacto na vida destes jovens não só para o jovem numa fase inicial de adaptação se sentir mais seguro como também para a construção do seu eu.

O último objetivo era o de perceber que perspetivas os jovens têm em relação ao seu futuro. Sabemos que todos os jovens estão a tirar cursos ou que ainda se encontram na escolaridade obrigatória, tendo alguns consciência do que querem fazer: trabalhar na área da hotelaria, ser bombeiro, ir para a GNR, encontrar um trabalho para conseguirem sair da instituição e ser independentes, e formar família.

Relativamente ao último momento sabe-se que existe vontade do jovem em construir família, provavelmente pela falta de afeto a que esteve sujeito e por reconhecer a importância que tem a família na vida de qualquer criança ou jovem.

Os jovens consideram que vão ser bem-sucedidos, admitindo que numa fase inicial irão sempre necessitar de apoio.

Apesar de compreendermos que alguns dos jovens entrevistados já têm consciência do que querem ser no futuro também é claro que não sabem muito bem como o vão fazer, ou seja, reconhecem que necessitam de apoio, mas também existe um sentimento de indiferença e desinteresse face ao processo que terão de atravessar.

Ao longo das entrevistas foi perceptível que a casa de acolhimento e a escola, embora apresentem lacunas, estão no bom caminho com estes jovens, respeitando sempre a sua história pessoal e familiar e trabalhando cada vez mais ao nível do seu crescimento e desenvolvimento pessoal.

Parece-nos que a adaptação e a integração em Acolhimento Residencial são mais fáceis para as crianças e jovens que já tenham vivido experiências de maus tratos graves na família e sabemos que para se conseguir um serviço de qualidade é necessário trabalhar em equipa e responder de forma positiva e eficaz às necessidades que cada criança ou jovem apresenta. Consideramos que o facto de a instituição ter sido muito rigorosa com a proteção de dados não existiu oportunidade de observar alguns documentos importantes sobre os jovens que poderiam enriquecer a presente dissertação.

BIBLIOGRAFIA

Amado, J. *et al.* (2003). *A escola e os alunos institucionalizados*. Lisboa, Departamento da Educação Básica.

APA, American Psychiatric Association (2014). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-V. Disponível em http://dislex.co.pt/images/pdfs/DSM_V.pdf

Benavente (2002). Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, ISSN 0870-8231, N.º 4 (v.20) 637-645. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312002000400008

Bogdan & Biklen (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Porto Editora.

Caio, E. A. B. (2014). *Inclusão Escolar de Crianças e Jovens Institucionalizados – Um desafio entre o Ideal e o Real*. Mestrado em Intervenção Social Escolar – Especialização em Crianças e Jovens em Risco, Instituto Politécnico de Castelo Branco. Disponível em <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2451/1/elisabete%20caio%20final%20ccapa.pdf>

Candeias, M. & Henriques, H. (2012). 1911/2011: um século de Proteção de Crianças e Jovens. Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre. Disponível em http://www.c3i.ipportalegre.pt/uploads/COMUNICACOES_III%20Seminario%20IDT

Cansado, T. I. P. A. (2014). *A Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora. Disponível em <http://hdl.handle.net/10174/13047>

Cardoso, A., Silva, A. P. & Marín, H. (2015). Competências parentais: construção de um instrumento de avaliação. *Revista de Enfermagem Referência*. 4 (Série IV), pp. 12-20. Disponível em <http://dx.doi.org/10.12707/RIV14012>

Caridade, S., Martins, A. C. & Nunes, L. (2019). Estilo de vida dos adolescentes e jovens adultos e comportamentos desviantes e delinquentes: Das vivências familiares, escolares e individuais. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*. 1 (v. 5), 40-60

Carrilho, L. M. G. F. (2000). *Influências Familiares no Desenvolvimento de Trajetórias Desviantes em Adolescentes Institucionalizados*. Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Centro de Ciências do Comportamento Desviante, Porto. Disponível em https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=29754

CNPDPJCJ (s/d). *Comissão nacional de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens*. Conceito de Risco/Perigo. Disponível em <http://ns1.inr.pt/left.asp?13.02>

CNPDPJCJ (2019). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ do ano de 2018*. Lisboa. CNPDPJCJ. Disponível em <https://www.cnpdpjcj.gov.pt/relatorio-atividades>

CNPDPJCJ (2020). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ do ano de 2019*. Lisboa: CNPDPCJ. Disponível em <https://www.cnpdpjcj.gov.pt/relatorio-atividades>

Costa, M. B., Martins, M. J., Proença A. J. & Silva, A. M (2017). Crenças e atitudes de estudantes do ensino superior associadas ao uso de substâncias psicoativas. *Psychologica* 60-1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Coutinho, I. C. M., Seabra-Santos, M. J. & Gaspar, M. F. F. (2012). Educação parental com famílias maltratantes: Que potencialidades? *Análise Psicológica*. 4 (XXX), 405-420.

Cunha (2014). *Fatores de risco e protetores da delinquência juvenil em jovens com medida tutelar educativa*. Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Educação e Psicologia, Porto. Disponível em https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15170/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_CI%C3%A1udia%20Cunha.pdf

De Antoni & Koller (2000). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia Visões de adolescentes sobre família*. 5(2), 347-381.

Del Valle, J.F. & Fuertes, J. (2000). *El Acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid, Pirámide.

Fernandes, S. & Pereira, B. (2006). A Prática Desportiva dos Jovens e a sua Importância na Aquisição de Hábitos de Vida Saudáveis. In Pereira, B. e Carvalho, G., *Educação Física, Saúde e Lazer: A Infância e Estilos de Vida Saudáveis* (pp. 39-48). Lisboa, LIDEL Edições Técnicas, Lda.

Ferreira, P. M. (1997). Delinquência Juvenil, família e escola. *Análise Social*, 143 (32), 913-924.

Ferreira (2000). Controlo e identidade: a não conformidade durante a adolescência. *Sociologia, Problemas e Práticas*. ISSN 0873-6529 (N.º 33), 55-85.

Ferreira & Barrera (2010). Ambiente familiar e aprendizagem escolar em alunos da educação infantil. *Psicologia*. V. 41 (N.º 4), 462-472.

Fortin, M. (1999). *O Processo de Investigação: Da Concepção à Realização*. Loures: Lusociência.

Fortin, M. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
Fonseca (2010). *Perturbação de personalidade anti-social: enquadramento jurídico-legal*. Lisboa. Disponível em <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0244.pdf>

Gomes, Isabel (2010). *Acreditar no Futuro*. Alfragide, Texto Editores.

Gomes, M.P. (Coord.) (2005). *Percursos de vida dos jovens após a saída de Lares de Infância e Juventude*. Centro de Estudos Territoriais do ISCTE – IUL (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa: Instituto de Segurança Social, IP.

Henriques, H. M. G. & Vilhena, C. C. (2015). A Preservação da Infância: Análise de Discursos sobre a Criança em Perigo Moral (Portugal, 1910-1916). *Educação em Revista*. (v. 31 abril/junho), 61-81.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2005). Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial para crianças e jovens. Lisboa. Disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/14707/acolhimento_residencial_crianças_jovens/40a9198f-3ce5-44b3-b98a-b1ccdd8bf1c8

Instituto da Segurança Social, I.P. (2007). Manual de processos-chave, Lar de Infância e Juventude. Disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/13887/gqrs_lar_infancia_juventude_processos-chave/ac3249ed-0086-48a6-8b18-7bc9b0541d02

Instituto da Segurança Social, I.P. (2019). CASA 2018 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Lisboa. Disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/16662972/Relat%C3%B3rio_CASA2018/f2bd8e0a-7e57-4664-ad1e-f1cebcc6498e.

Konvalina, (2012). *Introdução à Biopsicologia do Comportamento Desviante*. Letras e Conceitos, Lda.: Carcavelos.

Magalhães, T. (2005). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. (4ª edição). Coimbra: Quarteto.

Martins, E. (1998). Menores delinquentes e marginalizados: evolução da política jurídico-penal e sociopedagógica até à 1ª República. *Revista Infância e Juventude*. ISSN 0870-6565. Nº 4 (Out./Dez.), pp. 67-114.

Martins, E. (2006). A infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século XX. *Revista Infância e Juventude*. ISSN 0870-6565 (N.º 4), (Out./Dez.), pp 93-130.

Martins & Gomes (2011). Identidade, desvio e reputação no grupo de pares. *ANTROPOLógicas*, nº 12, 67-73.

Miguel, R. R., Rijo, D. & Lima, L. N. (2014). Fatores de risco para o Insucesso Escolar: A Relevância das Variáveis Psicológicas e Comportamentais do Aluno. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (46-1), pp. 127-143. Disponível em https://doi.org/10.14195/1647-8614_46-1_7

Ministério da Justiça (1962). Organização Tutelar de Menores. Decreto-Lei n.º 44288. *Diário da República*, I Série, n.º 89, 512-527.

Ministério da Justiça (1966). Adoção. Decreto-Lei n.º 47344/66 de 25 de novembro. *Diário da República*, I Série, n.º 274.

Ministério da Justiça (1991). Decreto-Lei n.º 189/91 de 17 de maio. *Diário da República*, I Série, n.º 113, 2635.

Ministério da Justiça (1998). Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Decreto-Lei n.º 98/98. *Diário da República*, I Série, n.º 91, 1711-1713.

Ministério da Justiça (1999). Lei Tutelar Educativa. *Diário da República*, I Série, n.º 166/99, 6320-6351.

Ministério da Justiça (1999). Lei de Proteção de Crianças e Jovem em Perigo. Lei n.º 147/99. *Diário da República*, I Série, n.º 204, 6115-6132.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2007). Despacho n.º 8393/2007 de 10 de maio. *Diário da República*, 2.º série, n.º 90, 12279.

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (2012). Despacho n.º 9016/2012 de 4 de julho. *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128/2012, 23456.

Ministério da Justiça (2015). Lei de Proteção de Crianças e Jovem em Perigo. Lei n.º 142/2015. *Diário da República*, I Série, n.º 175, 7198-7232.

Ministério da Justiça (2017). Lei de Proteção de Crianças e Jovem em Perigo. Lei n.º 23/2017. *Diário da República*, I Série, n.º 99/2017, 2494-2494.

Nardi & Dell'Aglio (2010). Delinquência Juvenil: uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicología*. Vol. 13, 2, pp. 69-77. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552010000200007

Nardi & Dell'Aglio (2012). Adolescentes em Conflito com a Lei: Percepções sobre a Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 2 (v. 28), pp. 181-191. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v28n2/06.pdf>

Nunes, A. I. C. (2014). *Delinquência Juvenil, Família e Internamento: As percepções de Jovens a cumprir medida tutelar em Centro Educativo*. Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/78593/2/34372.pdf>

Organização Mundial da Saúde (2004). *Neuroscience of Psychoactive Substance Use and Dependence*. Copyright ISBN: 92-4-156235-8. Disponível em https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42666/9788572416665_por.pdf?sequence=2&isAllowed=y

Organização Mundial da Saúde (2015). *Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências*. Núcleo de estudos da violência. Disponível em https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/181008/9789241509251_por.pdf;jsessionid=19B9BF12E3488EE6F1B1E71BBCADC14C?sequence=5

Organização Mundial da Saúde (2016). *INSPIRE: sete estratégias para pôr fim à violência*. Núcleo de estudos da violência. Disponível em https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/207717/9789241565356_por.pdf?ua=1

Organização Mundial da Saúde (2018). *Cuidados de criação para o desenvolvimento na primeira infância*. Plano de vinculação dos objetivos de Sobreviver e Prosperar para transformar a saúde e o potencial humano. Disponível em https://www.who.int/maternal_child_adolescent/child/draft2-nurturing-care-framework-pt.pdf

Pacheco *et al.* (2005). Estabilidade do comportamento anti-social na transição da infância para a adolescência: uma perspetiva desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 18 (1), 55-61.

Pais, M. F. X., (2012). *Delinquência juvenil: As consequências da ausência de vínculos familiares na adopção de comportamentos desviantes*. Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Humana e Sociais da Universidade Fernando Pessoa (Curso de Criminologia), Porto. Disponível em https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3362/3/T_21283.pdf

Paludo & Koller, (2005). Resiliência na rua: um estudo de caso. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*. vol.21 n.º 2 Brasília May/Aug. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n2/a09v21n2.pdf>

Patrício, L. (2006). *Droga: Aprender para Prevenir*. Abrantes. Abrangráfica, Artes Gráficas e Papelaria, Lda.

PORDATA (2020). PORDATA – Números de Portugal [online] Disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Quadro+Resumo/Portugal-249498>.

Rodrigues, S. P. L. A. (2019). *A qualidade do acolhimento residencial em Portugal: avaliação da adequação dos serviços às necessidades das crianças e jovens institucionalizados*. Tese apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação na Universidade do Porto, Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/119950>

Santa Casa da Misericórdia de (...). Disponível em: [https://www.scm\(...\).pt/](https://www.scm(...).pt/).

SICAD (s/d). A descriminalização do consumo. Disponível em <http://www.sicad.pt/PT/Cidadao/DesConsumo/Paginas/default.aspx>

SICAD (2017). Sumário Executivo, Relatórios Anuais. Disponível em http://www.sicad.pt/BK/Publicacoes/Lists/SICAD_PUBLICACOES/Attachments/145/RA17_SumarioExecutivo_RelatoriosAnuais2017_PT.PDF

Sistema de Segurança Interna (2020). *Relatório Anual de Segurança Interna 2019*, Lisboa: Sistema de Segurança Interna Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2019->

Sprinthall, N. & Collins, W. (1994). *Psicologia do Adolescente: uma abordagem desenvolvimentista* (2ª edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tinoco, R. (2004). Histórias de Vida: Um método qualitativo de investigação. *O portal dos psicólogos*. Disponível em <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0349.pdf>

Tomé, Camacho, Matos & Diniz (2011). A Influência da comunicação com a família e grupo de pares no bem-estar e nos comportamentos de risco nos adolescentes Portugueses, *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Vol. 24, nº. 4, 747-756. Disponível em

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722011000400015&script=sci_arttext&lng=pt

Torres, R. (2011). Uma Intervenção Social Pedagógica, Reflexões sobre a educação como forma de reabilitação para a reinserção social. *Educação, Sociedade & Culturas*, 33, 141-157. Disponível em

https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC33/ESC33_OutrosArtigos_Torres.pdf

UNICEF (2019). Convenção dos direitos da criança. Disponível em

https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf

UNICEF (2019). A Educação que protege contra a violência. Disponível em

https://www.unicef.org/brazil/media/4091/file/Educacao_que_protege_contra_a_violencia.pdf

United Nations, (2019). World Drug Report 2019. United Nations publication, Sales No. E.19.XI.8). Disponível em

https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/WDR19_Booklet_1_EXECUTIVE_SUMMARY.pdf

Vélaz de Medrano (2003). *Intervención educativa y orientadora para la inclusión social de menores en riesgo. Factores escolares y socioculturales*. Madrid: UNED ISBN: 84-362-4826-0. Disponível em

https://www.academia.edu/6883554/Consuelo_V%C3%A9laz_de_Medrano_Ureta_INTERVENCION_EDUCATIVA_Y_ORIENTADORA_PARA_LA_INCLUSION_SOCIAL_DE_MENORES_EN_RIESGO_FACTORES_ESCOLARES_Y_SOCIOCULTURALES

Wasserman & Seracini, (2001). *Family Risk Factors and Intervention (From Child Delinquents: Development, Intervention, and Service Needs*, p. 165-189. Rolf Loeber and David P. Farrington, eds. NCJ-207774). Disponível em

<https://www.ncjrs.gov/App/publications/abstract.aspx?ID=207782>

ANEXOS

Anexo 1 - GUIÃO DE ENTREVISTA

Percursos de vida anterior ao acolhimento institucional

1. Período anterior ao ingresso na Casa de Acolhimento	1.1. Família	<ul style="list-style-type: none"> - Onde nasceu, onde viveu e com quem vivia antes de ser institucionalizado? - Como era a sua relação com a sua família? - Como era a sua condição de vida antes de entrar para a instituição?
	1.2. Comportamento pessoal	<ul style="list-style-type: none"> - Como era o seu comportamento? - Era uma criança/jovem difícil? Uma Criança/Jovem deprimido/calmo/tímido? Criança/jovem rebelde/aventureiro? - Na altura tinha consumos? (álcool, drogas, pequenos furtos...) Agora ainda consome? O que pensa desse tempo?
	1.3. Percurso escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Com que idade começou a frequentar a escola? - Antes de ser institucionalizado em que ano estudava? - Como corriam as aulas? - Como era a relação com os professores? - Havia algum especialmente importante? Porquê?

	1.4. Descrição do dia a dia	<ul style="list-style-type: none"> - Como era o seu dia a dia desde que se levantava até se deitar durante a semana? - O que recorda que gostava mais ou menos no dia a dia? - O que fazia nos tempos livres?
	1.5. Vida social (amigos)	<ul style="list-style-type: none"> - Como recorda a relação que tinha com os seus amigos? - Considerava algum dos seus amigos seu confidente? Alguém em quem podia desabafar? O que costumavam fazer juntos?
2. Motivos da institucionalização		<ul style="list-style-type: none"> - Recorda-se qual o motivo porque teve de ir para a instituição? Que idade tinha? - Qual a sua opinião sobre essa tomada de decisão? - O que sentiu quando soube que ia ser institucionalizado? E o que pensa atualmente?
3. Percurso da institucionalização		<ul style="list-style-type: none"> - Como foi recebido na instituição? - Recorda-se de como foram os seus primeiros dias na instituição? Como se sentiu? - Quem foram as pessoas mais importantes nos primeiros dias de entrada na instituição? - Fez amigos nos primeiros dias em que chegou à instituição? - O que faz no seu dia a dia na instituição? - Participa ativamente nas atividades da instituição? - Que atividades gosta mais e menos de fazer? - Quais eram as principais

		<p>regras na instituição?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como foi a sua adaptação a essas regras? Cumpre-as? - Como é a sua relação com os profissionais da instituição? - Hoje sente que essas regras foram/são importantes para si? - Costuma receber visitas ou ir visitar a sua família/amigos? - O que faz quando os vai visitar?
1.4. Perspetivas para o futuro		<ul style="list-style-type: none"> - O que pensas fazer no futuro quando saíres da instituição? - Achas que vais ser bem-sucedido? Que estratégias vais utilizar para seres bem-sucedido? Que tipo de apoios achas que irás precisar

Anexo 2 – ENTREVISTA



INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E
CIÊNCIAS SOCIAIS**



ENTREVISTA

1. PERÍODO ANTERIOR AO INGRESSO NA CASA DE ACOLHIMENTO

1.1. FAMÍLIA

- Onde nasceste, onde viveste e com quem?
- Como era a vossa relação?
- Como eram as tuas condições de vida?

1.2. COMPORTAMENTO PESSOAL

- Como era o teu comportamento?
- Criança/jovem difícil? Criança/Jovem deprimido/calmo/tímido? Jovem rebelde/aventureiro?
- Consumos? (Álcool, drogas, pequenos furtos...). E agora, ainda consomes? O que pensas desse tempo

1.3. PERCURSO ESCOLAR

- Que escolaridade tens?
- Com que idade começaste a frequentar a escola?
- Antes de seres institucionalizado em que ano estudavas?
- Como corriam as aulas?
- Como era a tua relação com os professores?
- Havia algum especialmente importante? Porquê?

1.4. DESCRIÇÃO DO DIA A DIA

- Como era o teu dia a dia?
- O que recordas que gostavas mais ou menos no teu dia a dia?
- O que fazias nos tempos livres?

1.5. VIDA SOCIAL (amigos)

- Como recordas a relação que tinhas com os teus amigos?
- Consideravas algum dos teus amigos teu confidente? Alguém em quem podias desabafar? O que costumavam fazer juntos?

2. INSTITUCIONALIZAÇÃO

- Recordas-te qual o motivo porque tiveste de vir para a instituição? Que idade tinhas?
- Qual a tua opinião sobre essa tomada de decisão?
- O que sentiste quando soubeste que ias ser institucionalizado? E agora o que pensas?

3. PERCURSO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO

- Como foste recebido na instituição? Como foram os teus primeiros dias na instituição? Como te sentiste?
- Quem foram as pessoas mais importantes nos primeiros dias?
- Fizeste amigos nos primeiros dias em que chegaste à instituição?
- O que fazes no teu dia a dia na instituição? Participas ativamente nas atividades da instituição?
- Que atividades gostas mais e menos de fazer?
- Quais eram as principais regras na instituição? Como foi a adaptação a essas regras? Cumpres as regras?
- Como é a tua relação com os profissionais da instituição?
- Hoje sentes que essas regras foram/são importantes para ti?
- Costumas receber visitas ou ir visitar a tua família/amigos?
- O que fazes quando os vais visitar?

4. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

- O que pensas fazer no futuro quando saíres da instituição?
- Achas que vais ser bem-sucedido? Que estratégias vais utilizar para seres bem-sucedido? Que tipo de apoios achas que irás precisar?

Anexo 3 - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

CATEGORIA 1. PERÍODO ANTERIOR AO INGRESSO NA CASA DE ACOLHIMENTO

Subcategoria 1.1. FAMÍLIA

- Subcategoria 1.1.1. Onde nasceste, onde viveste e com quem
- Subcategoria 1.1.2. Como era a vossa relação
- Subcategoria 1.1.3. Como eram as tuas condições de vida

	1.1. FAMÍLIA - Local de nascimento, onde vivia e com quem
1	Nasci no Algarve em [REDACTED], vim para [REDACTED] mais ou menos com 2 anos. Na altura vivia com a minha mãe.
2	Nasci em [REDACTED], vivi com os meus avós desde os 2 anos até aí aos 7 anos. Aos 7 anos fui para uma instituição para [REDACTED].
3	Nasci em [REDACTED] e vivia em [REDACTED] com os meus pais.
4	Nasci em [REDACTED] e vivia em [REDACTED] com a minha avó e com um irmão. Os meus pais viviam na casa gémea então era como se vivesse com eles
5	Nasci em Santarém, vivi na casa da minha avó em [REDACTED] e depois com a minha mãe em [REDACTED].
6	Nasci em [REDACTED], vivia na [REDACTED] com a minha mãe.
7	Nasci em Lisboa, vivi e cresci na [REDACTED] com os meus pais e os meus irmãos.

	1.1. FAMÍLIA - Tipo de relação
1	S/R
2	Era boa, dávamo-nos bem.
3	Era boa, dávamo-nos bem.
4	Era um bocado difícil. Com o meu pai era horrível, o meu irmão e a minha avó são as pessoas da família com quem me dou mais.
5	Era boa, dávamo-nos bem.
6	Era boa até para aí aos meus 10/12 anos, só a partir daí é que começou a dificultar-se.
7	Dávamo-nos todos bem.

	1.1. FAMÍLIA - Condições de vida
1	Tínhamos condições, as condições básicas, vivíamos bem.
2	Eram normais, tínhamos o básico.

3	Vivíamos bem, nunca faltou nada.
4	Eram normais.
5	Tínhamos algumas dificuldades mas agora vivemos melhor.
6	Eram excelentes, o essencial tinha tudo.
7	Eram mais ou menos, umas vezes era complicado outra vezes não, devido ao trabalho dos meus pais.

Subcategoria 1.2. COMPORTAMENTO PESSOAL

- Subcategoria 1.2.1. Como era o teu comportamento
- Subcategoria 1.2.2. Criança/jovem difícil? Criança/Jovem deprimido/calmo/tímido? Jovem rebelde/aventureiro?
- Subcategoria 1.2.3. Consumos? (Álcool, drogas, pequenos furtos...). E agora, ainda consomes? O que pensas desse tempo?

	1.2. COMPORTAMENTO PESSOAL - Tipo de comportamento
1	Eu era hiperativo e tomava medicação, em tomando esse comprimido já me sentia mais calmo, já fazia as coisas mais descontraído.
2	Era mais ou menos, às vezes portava-me mal, tinha algumas situações de maus comportamentos, outras boas.
3	Na escola era bom, era um aluno “exemplar”, mas cá fora era reguila.
4	Sempre me portei bem.
5	Era um bocado mal comportado.
6	Nessa altura era um bocado reguila.
7	Na altura era bom, tinha bom comportamento.

	1.2. COMPORTAMENTO PESSOAL - Criança/jovem difícil? Criança/Jovem deprimido/calmo/tímido? Jovem rebelde/aventureiro?
1	Era uma criança normal desde que tomasse o comprimido para a hiperatividade.
2	Sou uma pessoa calma.
3	Era rebelde e aventureiro, mas fácil de levar.
4	Sempre fui calmo, gosto muito de estar no meu espaço/quarto.
5	Era um pouco rebelde e aventureiro.
6	Era bastante rebelde, parecia que tinha pilhas.
7	Era uma criança normal, tranquila.

	1.2. COMPORTAMENTO PESSOAL - Consumos anteriores à institucionalização, consumos atuais e o que pensa desse tempo
1	O meu primeiro cigarro foi por volta dos 10/11 anos. A partir dos 14/15 anos

	comecei a fumar tabaco, já experimentei drogas e álcool. Tive uma situação por causa das drogas, só consumo de vez em quando.
2	Nunca consumi, em dias de festa é que às vezes bebo álcool.
3	Álcool, tabaco, ganzas. Por vezes ainda consumo. Tabaco fumo regularmente. Álcool e ganzas depende dos dias.
4	Nunca tive consumos, já bebi uma ou duas vezes mas não sou pessoa disso.
5	Fumo e já experimentei drogas (charros) mas deixei.
6	Não tive. Experimentei cigarros eletrónicos. Álcool bebo de vez em quando, mas é só uma cerveja.
7	Tabaco e droga (erva). Às vezes ainda consumo. Esse tempo traz-me boas recordações, de alegria, de quando ainda estava com o meu pai antes de ele falecer.

Subcategoria 1.3. PERCURSO ESCOLAR

- Subcategoria 1.3.1. Que escolaridade tens?
- Subcategoria 1.3.2. Com que idade começaste a frequentar a escola?
- Subcategoria 1.3.3. Antes de seres institucionalizado em que ano estudavas?
- Subcategoria 1.3.4. Como corriam as aulas?
- Subcategoria 1.3.5. Como era a tua relação com os professores?
- Subcategoria 1.3.6. Havia algum especialmente importante? Porquê?

	1.3. PERCURSO ESCOLAR - Escolaridade
1	Estou a tirar o 10.º ano na escola de hotelaria.
2	Estou neste momento no 9.º ano.
3	Estou a tirar um curso equivalente ao 9.º ano. Decidi ir para o curso de informática tirar o 9.º ano e depois ir para a escola de hotelaria tirar o 12.º ano.
4	Estou a fazer o 1.º ano de hotelaria para tirar o 12.º ano.
5	Tenho o 7.º ano.
6	Tenho o 12.º ano terminado na escola de hotelaria, já tinha o 12.º ano mas queria ter mais alguma coisa no currículo e como gostava de cozinhar fui para a escola de hotelaria.
7	Estou a completar o 8.º ano.

	1.3. PERCURSO ESCOLAR - Idade a que começou a frequentar a escola
1	Sei que entrei um ano mais cedo do que o que é normal.
2	Com 5 anos.
3	Com 6 anos.
4	Foi aos 6 anos por causa da medicação. Quando era mais novo tinha de tomar por causa da hiperatividade e agora tomo mais para o lado depressivo.

5	Foi com 6 anos.
6	Com 6 anos.
7	Acho que foi com 7 ou 8 anos.

	1.3. PERCURSO ESCOLAR - Ano escolar que frequentava antes de ser institucionalizado
1	Quando entrei para aqui estava no 6.º ou no 7.º ano.
2	Acho que estava no 3.º ou no 4.º ano.
3	Estava no 4.º ano, tinha 9 anos.
4	Estava o 9.º ano, mas quando vim para aqui por causa da mudança chumbei logo nesse ano.
5	Estava no 4.º ano tive 1 ano noutra instituição em Santarém antes de vir para aqui, quando vim para aqui estava no 5.º ano.
6	Estava no 7.º ano quando fui para outra instituição em Coimbra, que antigamente era um lar de freiras e vim para aqui com 13 anos.
7	Estudava no 5.º ano.

	1.3. PERCURSO ESCOLAR - Decorrer das aulas
1	Quando vim para esta instituição, mudei tudo completamente. Eu era aplicado porque também era um regime semiaberto, então o tempo que passávamos lá dentro era a estudar ou a ver televisão. Por acaso as aulas até corriam bem e eu até tirava boas notas, não é que agora não as tire porque até tiro. Sinto que o meu comportamento da outra instituição para esta melhorou em alguns aspetos.
2	Corriam bem mas tinha alguns maus comportamentos, era reguila.
3	Corriam bem. Umas vezes melhores que outras porque às vezes tinha as minhas maluqueiras, era um aluno conversador.
4	Corriam bem, mas dependia dos dias. Conseguia controlar bem a hiperatividade mas de manhã era sempre mais difícil, não sei porquê.
5	Faltava muito, mas corriam mais ou menos, tentava portar-me bem.
6	Eram boas, só que distraía-me facilmente.
7	Corriam bem, mas deixei de ir à escola durante uns tempos. Fui para o 5.º ano e aí começou a ficar mais difícil por estar a lidar com a morte do meu pai.

	1.3. PERCURSO ESCOLAR - Relação com os professores
1	Era boa, sempre me dei bem com os professores.
2	Lidava bem com eles, algumas vezes respondia mal, mas gostava deles.
3	S/R
4	Tinha uma relação melhor com os professores do que com os alunos. Eles compreendiam-me. Quando era mais novo até ao 8º ano tinha uma amiga que sempre me acompanhou, mas ela também tinha os seus problemas e teve que sair da escola, então comecei a afastar-me um bocado da turma porque era melhor. Não evoluíram mentalmente, eram infantis e gozavam. Eu e a minha amiga estávamos sempre juntos porque faziam <i>bullying</i> connosco.

5	Era boa, são mais adultos eu tenho de respeitar.
6	Sempre foi boa, até hoje. Tirando a parte de me ter chateado uma vez com um professor, mas de resto era razoável.
7	Era boa.

	1.3. PERCURSO ESCOLAR - Professor especialmente importante
1	Neste último ano tinha preferência pela professora de matemática, porque era minha diretora de turma e era uma professora que me ajudava muito e por acaso porque também gosto muito de matemática.
2	Dava-me melhor com uns do que outros, uns eram mais “fixes”, às vezes compreendiam-me e outros não.
3	Não tinha, para mim os professores são todos iguais. Houve uma professora com quem tive mais ligação, mas foi no 2.º ano. Não sei bem explicar porquê, mas ela parecia a nossa segunda mãe, estava sempre a bater na mesma tecla, para nos portarmos bem e para estarmos atentos às aulas, então eu e o resto da turma criamos uma ligação com ela.
4	Tinha. Aliás tenho, ainda hoje, porque era uma professora muito rija, dava sempre raspanetes, mas sempre me ajudou. Acho que até foi por causa da professora que consegui passar de ano porque sempre me ajudou nas aulas.
5	Sim, era o meu diretor de turma porque expressava tudo com ele e quando me sentia mal falava sempre com ele.
6	Não, por acaso não. Eu sempre tive uma maneira de ser desde pequeno que é “o professor é o professor, ele está ali e eu estou aqui”, por isso nunca houve nenhum em quem eu confiasse mais.
7	Dava-me bem com todos, mas não tinha confiança com nenhum.

Subcategoria 1.4. DESCRIÇÃO DO DIA A DIA

- Subcategoria 1.4.1. Como era o teu dia a dia?
- Subcategoria 1.4.2. O que recordas que gostavas mais ou menos no teu dia a dia?
- Subcategoria 1.4.3. O que fazias nos tempos livres?

	1.4. DESCRIÇÃO DO DIA A DIA - Como era o dia a dia
1	Levanto-me como todos os outros, por vezes deixo-me dormir, entro nas aulas às 08h45 e saio às 18h00, só quintas e sextas-feiras é que às vezes tenho tarde livre
2	Jogava à bola, estava com os amigos, a conviver e a brincar.
3	Quando não tinha aulas acordava mais ou menos às 11h, ia almoçar, à tarde ia ter com os meus amigos, encontrávamo-nos na biblioteca, depois jogávamos à bola, íamos para o parque e andávamos por ali.
4	Nada. Ia à escola e ia para casa, nada mais. Refugiava-me. Mesmo com a minha amiga às vezes não saíamos, estava sempre em casa ao telemóvel. Sempre gostei de ouvir música, era onde me refugiava dos problemas, e sempre foi com a música que o fiz. Metia os meus fones, ficava no meu canto

	e pronto, não havia mais ninguém.
5	Saía muito.
6	Escola e casa.
7	Era normal como todos. Acordava, ia para a escola, fazia o que tinha para fazer até que chegou ao ponto de ter de vir para casa para estar com a minha mãe.

	1.4. DESCRIÇÃO DO DIA A DIA - O que gostava mais ou menos de fazer no dia a dia
1	S/R
2	Gostava muito de jogar à bola, <i>playstation</i> e não gostava muito de estudar.
3	Gostava mais de ir jogar à bola e menos de ir às aulas porque era muito cedo.
4	Agora já tenho saído mais, mas odeio sair na chuva, odeio o tempo assim, gosto mais de estar em casa.
5	Gostava muito de estar com a minha família e o que gostava menos era de algumas companhias, do meu grupo de amigos porque era complicado, havia muitos consumos e eu nunca fui de beber álcool por causa da minha medicação.
6	Não havia assim nada porque por volta dos meus 12 anos eu comecei a fartar-me de estar ali, não tinha nada perto de mim, queria ir à loja ou comprar um brinquedo tinha de ser 2 km depois, agora que estou aqui é diferente.
7	Não me lembro assim de nenhuma.

	1.4. DESCRIÇÃO DO DIA A DIA - Tempos livres
1	Terças e quintas-feiras tenho treino de futebol.
2	S/R
3	S/R
4	S/R
5	Só saía, mas gostava de jogar à bola.
6	Na altura eram uma seca. Saía da escola, ia para casa, estava à seca a olhar para os meus pais, ou às vezes ia ajuda-los a dar comida aos animais.
7	Fazia BTT.

Subcategoria 1.5. VIDA SOCIAL (amigos)

- Subcategoria 1.5.1. Como recordas a relação que tinhas com os teus amigos?
- Subcategoria 1.5.2. Consideravas algum dos teus amigos teu confidente? Alguém em quem podias desabafar? O que costumavam fazer juntos?

	1.5. VIDA SOCIAL (amigos) - Recordações da relação com os amigos
1	A relação que tinha com os meus amigos não de antigamente era mais forte, éramos mais juntos, lutávamos todos por um só. Agora é cada um para seu

	lado, fazes a tua vida que eu faço a minha, se precisares de ajuda eu estou cá mas nunca aquele grupo muito unido como antigamente.
2	Era boa, às vezes fazíamos brincadeiras mais desadequadas, como bater às portas das pessoas e depois fugíamos.
3	Estamos “longe”, mas quando nos reencontramos a amizade não muda é sempre a mesma.
4	A minha amiga, ainda hoje é muito importante para mim, é como uma irmã. Tenho outros amigos mas não tenho muita intimidade, eu sou muito difícil de criar intimidade com alguém.
5	Muito amigos, apoiavam-me muito, eles ainda fazem parte do meu grupo.
6	Com os meus amigos era boa. Sempre fui um miúdo que normalmente sou amigo de toda a gente, mas há aquelas pessoas que pisam o risco e que eu deixo-as na mão, mas na altura eu tinha aquele pensamento do “ou és meu amigo ou não és” e por isso, tive ou 2 ou 3 amigos. Era um bocado cabeça tonta a nível de amigos, queria andar sempre a sair de casa porque algum amigo meu me convidava.
7	Era boa, dava-me muito bem com eles.

	1.5. VIDA SOCIAL (amigos) - Relação de confiança com o(s) amigo(s), o que faziam juntos
1	Sim, eu confiava num rapaz que hoje em dia já não tenho muito contacto com ele, mas ele antigamente ajudava-me muito em casa da minha mãe e era praticamente o meu melhor amigo. Passávamos tardes inteiras juntos e ajudava-me em tudo, mas depois também fazíamos porcaria juntos.
2	Nunca tive, gosto mais de guardar as coisas para mim, não confio muito nas pessoas.
3	Sim, vários. Mas eu não sou muito de desabafar, guardo mais as coisas para mim.
4	A minha amiga é que é a minha confidente. Ela está lá sempre para mim, todos os dias. Saímos, mais em [REDACTED] porque ela nunca vem para aqui, vamos para o castelo, ouvir música, tirar fotografias, estamos sempre a tirar fotografias e também vamos dar caminhadas.
5	Sim tinha, a minha mãe é muito amiga da mãe desse meu amigo, então eu cresci ao lado dele.
6	Eu não sou muito de desabafar com os outros, prefiro guardar para mim, não gosto que as outras pessoas saibam dos meus problemas, mas havia uma vizinha minha que às vezes eu estava no meu lado de casa e ela no dela e quando ela saía da escola costumávamos ir sempre brincar. Com ela tinha mais ligação até porque ela era minha vizinha.
7	Sim, tinha o meu grupo. Mas depende, tinha alguns que considerava mais meus confidentes. Costumávamos fazer partidas de BTT às vezes ou íamos sair à noite para algumas festas.

CATEGORIA 2. INSTITUCIONALIZAÇÃO

- Subcategoria 2.1. Recordas-te qual o motivo porque tiveste de vir para a instituição? Que idade tinhas?
- Subcategoria 2.2. Qual a tua opinião sobre essa tomada de decisão?
- Subcategoria 2.3. O que sentiste quando soubeste que ias ser institucionalizado? E agora o que pensas?

	2. INSTITUCIONALIZAÇÃO - Motivo da institucionalização e idade a que foi institucionalizado
1	Na instituição que estava anteriormente já não tinha idade para lá andar e porque na altura a minha irmã tinha cerca de 4 anos e meteu-se a questão de ser adotada, como não tinha familiares que estavam interessados, estavam todos numa fase complicada, acabou por ser adotada e eu vim o mais depressa para aqui para não ter contacto com ela.
2	Tinha 8 anos, estava na escola, estava no 3.º ano e era o meu último dia de escola, estava a portar-me mal, tinha rasgado as calças a jogar à bola, telefonaram para o meu avô para me trazer umas calças. Voltei a portar-me mal, eles voltaram a telefonar para o meu avô e o meu avô estava a chegar à porta da escola, eu estava sentado no chão a chorar e o meu avô puxou-me as orelhas e as professoras foram para o tribunal a dizer que o meu avô me tinha dado uma grande porrada. O meu avô depois teve de pagar uma grande multa e eu fui para a instituição, tive noutra antes de vir para aqui.
3	Tinha 9 anos quando fui para o [REDACTED], para aqui vim com 11 anos. Os meus pais separaram-se, a CPCJ pensava que o meu pai não conseguia tratar de mim, mas consegue como sempre fez comigo e com o meu irmão (também já esteve aqui, mas agora está a trabalhar).
4	Foi por violência doméstica pela parte do meu pai, tinha 15 anos, estou aqui há 2 anos.
5	Faltava às aulas, portava-me mal nas aulas, consumos de droga e respondia mal à minha mãe.
6	O motivo foi porque os meus pais na altura me batiam e então fui para Coimbra, um ano mais tarde a minha mãe quis que eu viesse para cá e foi quando pedi transferência para vir para também poder estar mais perto da minha irmã.
7	Eu vim para aqui porque fiquei 5 anos sem ir à escola por isso repeti o 5.º ano, até que eu e uns amigos fomos fazer um roubo de telemóveis que correu mal na altura, fomos a tribunal, fiz trabalho comunitário, mas mudámos de assistente social e a nova assistente social decidiu que eu tinha de vir para aqui.

	2. INSTITUCIONALIZAÇÃO - Opinião sobre a tomada de decisão
1	S/R
2	Fiquei triste, foi revoltante para mim. O meu avô nunca me tratou mal, não

	havia confusões, ralhava-me quando me devia ralhar mas nunca me bateu. Na altura só me puxou as orelhas para me levantar e ir para casa e as professoras inventaram isso, disseram no tribunal que eu tinha o corpo todo negro e que me bateu muito.
3	Reagi mal.
4	Fui eu que pedi para sair de casa e para vir para aqui.
5	Fiquei triste, chorei não queria que me fossem buscar nem queria vir para aqui.
6	Eu fiquei assim um bocado a olhar para a pessoa que me deu essa informação e pensei mas eu não quero isso, só que depois disseram-me que era só para passar umas férias e eu disse logo “ah, está bem”.
7	Eu disse que desde que fosse o melhor para mim que eu concordava.

	<p>2. INSTITUCIONALIZAÇÃO</p> <p>- Sentimento quando soube que ia ser institucionalizado e o que pensa atualmente</p>
1	Nós na outra instituição já pensávamos em vir para aqui porque tínhamos certas condições que lá não tínhamos, aqui podíamos sair, ter telemóveis, estar mais com a família e lá devido ao regime semiaberto era mais difícil, estávamos sempre a dizer “ah vou sair mais cedo do que tu”, “estou deserto de ir para lá”, tudo por causa das saídas, telemóveis, temos mais liberdade aqui.
2	Não reagi bem, tive de ter muita paciência. Agora sinto que estou aqui bem, mas vou sair já em junho, só penso em ir para o pé do meu avô e estudar mais para tirar um curso.
3	Eu ainda não sabia muito bem como é que as coisas iam funcionar naquela altura e de início levei a bem mas quando comecei a perceber melhor as coisas e comecei a descarrilar. Nas aulas todos os dias ia para a rua, foi uma mudança complicada. Eu pensava que era como em algumas instituições, que se passava lá o dia e depois ia para casa e foi por isso que de início aceitei as coisas bem, só que depois percebi que não é pronto.
4	Ao vir para aqui senti-me melhor, e agora que o meu pai saiu de casa acho que já é muito melhor. Agora sinto-me igual, porque eu estou sempre no meu canto, seja aqui seja em casa, estou sempre no meu canto, então ninguém me chateia. Sou uma pessoa mais reservada e não gosto tanto de estar aqui, é muito barulho para os meus ouvidos.
5	Agora sinto que mudei alguma coisa na minha vida, não queria ser como era.
6	A minha opinião mudou muito, drasticamente, desde que vim para cá. Atualmente não quero estar aqui mas também tem a ver com a minha idade, porque já tenho 20 anos e já não quero ser um miúdo que está aqui no meio disto. Aos 18 anos foi uma opção minha ficar cá mas isto não era o que é agora. Na altura sentia-me confortável aqui e sabia que tinha oportunidades de vida melhor, se fosse para casa se calhar tinha de me habilitar a outras coisas que aqui não tenho.
7	Neste momento sinto que foi o melhor para mim.

CATEGORIA 3. PERCURSO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO

- Subcategoria 3.1. Como foste recebido na instituição? Como foram os teus primeiros dias na instituição? Como te sentiste?
- Subcategoria 3.2. Quem foram as pessoas mais importantes nos primeiros dias?
- Subcategoria 3.3. Fizeste amigos nos primeiros dias em que chegaste à instituição?
- Subcategoria 3.4. O que fazes no teu dia a dia na instituição? Participas ativamente nas atividades da instituição?
- Subcategoria 3.5. Que atividades gostas mais e menos de fazer?
- Subcategoria 3.6. Quais eram as principais regras na instituição? Como foi a adaptação a essas regras? Cumpres as regras?
- Subcategoria 3.7. Como é a tua relação com os profissionais da instituição?
- Subcategoria 3.8. Hoje sentes que essas regras foram/são importantes para ti?
- Subcategoria 3.9. Costumas receber visitas ou ir visitar a tua família/amigos?
- Subcategoria 3.10. O que fazes quando os vais visitar?

	3. PERCURSO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO - Como foi recebido na instituição, como foram os seus primeiros dias na e como se sentiu
1	Nos primeiros dias sentia-me um pouco mal, estava sem a minha irmã, mas como tinha pessoas que já conhecia da outra instituição ajudaram-me a integrar a casa e foi fácil, adaptei-me facilmente.
2	Fui bem-recebido, fiz logo amigos, era um pouco gozão mas depois aprendi. Nos primeiros dias foi um bocado complicado porque eu gozava muito e depois eles batiam-me. Com o tempo aprendi a não gozar e fiz mais amigos.
3	Foram bons, o meu irmão ajudou-me em tudo, porque o meu irmão veio para cá primeiro que eu. Quando vim para aqui o meu irmão recebeu-me, apresentou-me toda a gente, apresentou-me a casa toda, ajudou-me no que era preciso.
4	Aqui acho que nunca ninguém se meteu comigo.
5	Foram bons, fiz bons amigos aqui, ajudaram-me em tudo.
6	Até foram porreiros, apesar de haver muitos miúdos até foram bons.
7	Fui bem recebido, comecei a conviver mais e a ter uma relação com as pessoas cá da casa.

	3. PERCURSO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO - Pessoas mais importantes nos primeiros dias
1	Atualmente não está, já fez os 18 anos, eram uns “irmãos”, que estavam aí e o irmão de um rapaz que também esta aqui que também já saiu, ou seja, eram só amigos que tinha feito na outra instituição.
2	Essas pessoas já não estão cá, mas eram amigos meus que também cá

	estavam. O Dr. [REDACTED] e o professor [REDACTED] também confio neles e também foram importantes para mim.
3	Foi o meu irmão.
4	Não tive ninguém. Não sou uma pessoa de falar quando estou triste ou quando não estou bem então tive sempre mais sozinho.
5	S/R
6	Foi uma pessoa que neste momento não está aqui, está na tropa e foi outro rapaz que também já não está aqui.
7	S/R

	3. PERCURSO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO - Amizades nos primeiros dias de institucionalização
1	Tentei logo comunicar com todos, para criar um laço de amizade, mas ao longo do tempo fazes amigos e vês quem são os verdadeiros e deixamos alguns para trás.
2	Não fiz muitos amigos porque era muito gozão.
3	Fiz amigos, mas ainda não havia aquela confiança eram conhecidos.
4	Não fiz logo amigos, mas foram simpáticos comigo.
5	Fiz, são dois, e são os meus melhores amigos ainda aqui estão.
6	Nestas casas é sempre difícil fazer amigos, por causa de uns serem mal comportados, por tudo o que viveram lá fora e há aqui miúdos que são problemáticos, por isso é muito complicado criarmos amigos aqui dentro e hoje em dia eu tenho muita dificuldade em lidar com eles.
7	Comecei logo a fazer amigos como já esperado, criei logo um grupo de amigos.

	3. PERCURSO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO - Dia a dia na instituição e participação nas atividades
1	Quando não temos aulas estamos mais por nossa conta, só às vezes é que há alguma atividade. Fazemos torneios de <i>ping-pong</i> , de matraquilhos e até jogamos à bola lá.
2	Vou jogar à bola com eles, tínhamos uma mesa de <i>ping-pong</i> só que estragaram-na, jogava matraquilhos, vamos para a sala jogar nos telemóveis uns dos outros e conviver. Quando há atividades participo.
3	O meu dia a dia é casa, escola, escola, casa. Aos fins-de-semana é que se ficar cá em casa jogo <i>playstation</i> ou vou dar uma volta. Não costumo participar nas atividades.
4	Nada de mais, é a mesma coisa, telemóvel. Eu para sair tem de ser com alguém que eu me dê bem e são poucas as pessoas. Em [REDACTED] não digo que não haja algumas pessoas, mas na instituição não há mesmo. Só saiu à noite quando alguns colegas da minha turma ou da minha escola me pedem para sair, e mesmo assim não me apetece mas lá vou.
5	Jogo futsal, jogo futebol e se tiver de estudar estudo. Sim, gosto de participar nas atividades.
6	Quando entrei era só escola, internato. Agora como não tenho nada para fazer levanto-me às 10/11h, saíu, bebo café, venho, vou para a sala. As atividades que se propõem agora é só durante as férias e o verão, agora não há nada.

7	Quando venho da escola se não tiver nada para fazer costumo estar mais sentado no sofá a mexer no telemóvel. Participo!
---	---

	3. PERCURSO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO - Atividades que gosta mais e menos de fazer
1	Aquilo que normalmente faço que gosto é estar no computador e jogar <i>playstation</i> . O que não gosto de fazer, eu gosto de fazer tudo aqui.
2	Gosto de jogar à bola e <i>ping-pong</i> , não gostava muito de jogar matraquilhos porque estava sempre a perder, não sabia jogar. Não gosto de perder.
3	Temos atividades mas sempre ouvi dizer que o que é demais enjoa e começa a ser muito repetitivo, então prefiro ir dar uma volta e andar por aí.
4	Não participo. Já tentei karaté mas desporto não é para mim.
5	Gosto de ir às piscinas municipais e não gosto de ir à piscina coberta, não se pode mergulhar.
6	As únicas que eu gosto de fazer são BTT e as colónias de férias, mas hoje em dia já não posso ir a nenhuma por ter mais de 18 anos.
7	Não tenho assim nenhuma que goste mais e outra menos.

	3. PERCURSO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO - Principais regras na instituição, como foi a adaptação a essas regras, e se as cumpre
1	Respeitar sempre os outros, neste caso, não fumar drogas... tem dias que me passo, os monitores também falam mal para mim e eu tenho sempre aquela tendência em responder, depois se eles continuam a responder vai correr mal, já na semana passada correu, mas é uma coisa de 2/3 minutos e pronto, acabou.
2	Tenho que me portar bem na escola, tenho de cumprir horários, não faltar ao respeito aos monitores nem a nenhuns professores da escola. Cumpro todas, às vezes é que falho numa ou noutra mas é raramente.
3	Temos umas x horas para chegar, para sair temos de pedir autorização, temos horas para comer, para levantar... Cumpro algumas, depende do meu bem-estar. Raramente chego a horas à noite.
4	Cumpro tudo. Vejo mais as regras que eu não gosto. Sou uma pessoa que sempre fui habituada a acordar cedo e então ficar preso na cama para mim é um castigo e não nos deixam levantar mais cedo, somos obrigados a estar até às 10 da manhã deitados, nos fins de semana e nas férias e isso para mim é um castigo.
5	Não fugir, não ter maus comportamentos perante os monitores, perante os alunos, não bater em ninguém, fazer o que os monitores dizem, meter a mesa, cada um tem um dia da fascina. Adaptei-me bem e fazia tudo, às vezes dá-me na panca que não quero fazer mas tenho de fazer.
6	A adaptação foi boa e a minha mãe e o meu pai disseram-me que isto ia ser um bicho de sete cabeças, mas cheguei aqui e comecei a perceber as coisas, e a regra principal é o bom comportamento, se te portares bem, se fizeres a tua higiene pessoal e se souberes levar as coisas como elas são, estás “fixe” aqui dentro e eu cumpro-as.
7	Chegar às horas que temos de chegar, fazer o que os monitores pedem, não

	arranjar conflitos com ninguém, tentar não faltar à escola e fazer aquilo que temos para fazer. Adaptei-me mais ou menos, na altura o não faltar à escola e ter horas para chegar foi complicado porque não estava habituado. Sim, cumpro as regras.
--	--

	3. PERCURSO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO - Relação com os profissionais da instituição
1	Lido bem com todos, de vez em quando é que quando me tiram a semanada, eu não acho isso muito justo e tirar a internet também não, mas é conforme o nosso comportamento e por vezes o comportamento de um conta para o geral e aqui é como se fossemos uma família mas tirar uma coisa que nós gostamos e que nos entretém não é bom para a nossa infância. Considero o diretor o mais chegado porque também é o meu padrinho de batismo.
2	É boa, respeito-os tal como eles me respeitam, é bom.
3	Dou-me bem com eles.
4	Dou-me bem com eles, mas não recorro a nenhum quando tenho algum problema só se for mesmo de saúde é que tenho logo de recorrer.
5	Dou-me bem com todos, mas dou-me especialmente bem com o Sr. [REDACTED] quando preciso vou ter com ele.
6	Quando cá cheguei não me lembro de ter pedido alguma coisa aos monitores, só pedi uma vez porque estava de castigo porque resolvi faltar às aulas, mas dou-me bem com todos só não converso com nenhum porque não faz sentido ir conversar com uma pessoa que depois sei que o assunto vai sair dali. De 6 em 6 meses é feito um relatório e desse relatório do tribunal vai também uma cópia para mim e para os meus pais e ele veem o que eu disse.
7	Por um lado são todos iguais, tenho confiança com todos mas tenho mais confiança numa monitora que quando preciso é a ela que recorro.

	3. PERCURSO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO - Se sente que as regras foram/são importantes
1	São importantes porque nos ajudam a perceber o que há lá fora, ajuda-nos a ter cabeça e a tornarmo-nos homens.
2	S/R
3	S/R
4	Sim, são importantes em todos os sentidos, regras são necessárias e isto aqui sem regras é como a república das bananas, é horrível. Se já com regras é assim, imagino sem.
5	Sim. O que é que eu vou ser na vida se não fizer isso, se não mudar a minha vida?
6	S/R
7	Sim, sinto.

	3. PERCURSO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO - Se recebe visitas ou se costuma ir visitar a família/amigos
1	Não, desde o início que aqui estou que nunca recebi visitas, só me vêm buscar

	para ir para casa de vez em quando. Eu se for é para casa da minha irmã, aqui em [REDACTED], ou vou com ela para [REDACTED] que também há lá familiares da parte dela mas só acontece mais nas férias. Nos fins de semana ela está muito ocupada e quando vou só estou só com amigos da minha irmã, não são diretamente os meus amigos.
2	Costumo ir a casa frequentemente, os meus avós às vezes vêm aqui de propósito só para me ver, vão jantar ou almoçar comigo. Tenho autorização para ir todas as semanas, mas como não é possível sempre, vou quando os meus avós me podem vir cá buscar.
3	Costumo ir visitar os meus familiares, o meu pai às vezes vem cá visitar-me mas como sou de [REDACTED] o meu pai não vem cá muitas vezes. Eu costumo ir uma a duas vezes por mês passar o fim de semana. Às vezes por causa das porcarias que faço fico sem ir a casa e quando é assim o meu pai vem cá.
4	Sim. Antes de estar em hotelaria tinha todas a quartas-feiras e era quando a minha mãe e a minha avó tinham folga e podiam vir cá, mas agora não podem então eu costumo ir só nos fins de semana ou a minha mãe vem cá.
5	Os meus amigos veem agora a primeira vez, mas a minha mãe não tem carro e o meu padrasto não tem carta de condução. Eu costumo ir uma vez por mês.
6	Costumo ir visitá-los e já tive uma visita mas foi quando fiz 15 anos. Há vezes que nem me apetece ir a casa porque estou melhor cá, tenho cá os meus amigos e quando vou lá não há lá quase ninguém.
7	Não, porque onde eu moro é muito longe e é complicado para a minha mãe vir. Costumo ir lá eu, tenho autorização do tribunal para ir de 15 em 15 dias de cada mês ir duas vezes a casa.

	3. PERCURSO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO - O que faz quando os vai visitar
1	Normalmente só convivo com eles e não faço mais nada.
2	É uma aldeia, não tem quase ninguém, mas quando vou a outros sítios costumo estar com os meus amigos. Tenho lá um amigo e às vezes vamos andar de mota e de bicicleta.
3	Costumo passar a tarde e manhã com eles, depois à noite como diz o meu pai “vou à minha vida” e estou com os meus amigos de lá.
4	Vou dar umas voltas, vamos sair a [REDACTED] que a minha mãe gosta de ir às compras. Divido um bocado o meu tempo para estar com a minha mãe e com a minha avó e com a minha amiga. Tenho lá um primo que também é assim uma pessoa com quem eu me dou muito bem e é meu vizinho e então às vezes vamos sair.
5	Estou todo o dia com a família, onde eles vão eu também vou, os meus amigos também costumam ir lá a casa.
6	Só estou com os meus pais porque já não tenho lá amigos nenhuns.
7	Costumo estar com a minha mãe em casa se ela precisar de ajuda eu estou lá para a ajudar. Um dos meus irmãos ainda vive com a minha mãe, também costumo estar com ele, o outro teve problemas com a droga e está afastado da minha mãe e numa situação que eu não sei nada dele.

CATEGORIA 4. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

- Subcategoria 4.1. O que pensas fazer no futuro quando saíres da instituição?
- Subcategoria 4.2. Achas que vais ser bem-sucedido? Que estratégias vais utilizar para seres bem-sucedido? Que tipo de apoios achas que irás precisar?

	4. PERSPETIVAS PARA O FUTURO - Futuro quando sair da instituição
1	O que eu penso fazer futuramente é o que estou a fazer agora, como estou a tirar o curso de restauração e bar, é sair daqui, arranjar um bom trabalho, ter algumas propostas de trabalho nesta área de hotelaria e pronto, pelo menos nos 6 primeiros meses trabalhar nessa área e depois desses 6 meses candidatar-me à GNR, fazer o curso e tento lidar com os dois, GNR e restauração e bar.
2	Quero continuar na escola e quando terminar queria ser chefe de cozinha ou então serralheiro.
3	Penso em arranjar um trabalho e uma casa.
4	Eu quero começar logo a trabalhar, quero sair logo aos 18 anos, mas eu não penso em seguir hotelaria, quero seguir artes, ser designer de moda. Mas pronto, disseram me para eu não seguir, porque é muito difícil e convenceram-me a ir para hotelaria mas eu estou a ver que não é um bom curso para mim, não se enquadra ao meu estilo, ainda por cima sou uma pessoa reservada e é preciso muito movimento e eu às vezes dou em doido.
5	Quero ser bombeiro, é um sonho desde criança.
6	Arranjar a minha própria casa e arranjar um trabalho fixo e daí começar a formar a minha família, para ter uma vida estável.
7	Quero já ter o 9.º ano, arranjar um trabalho, tirar a carta de condução e mais lá para a frente fazer então o 11.º e o 12.º ano.

	4. PERSPETIVAS PARA O FUTURO - Se acha que vai ser bem-sucedido, que estratégia pensa utilizar para o ser e que tipo de apoios acha que irá precisar
1	Acho que vou ser bem-sucedido, também já sei o que quero ser na GNR. O principal apoio é nomeadamente a casa que me ajuda em tudo, não tenho razões de queixa disso e depois é a minha irmã que também me ajuda e foi ela me disse para ir para a GNR. Eu pretendo ficar aqui pelo menos até acabar a escola, tirar a carta e orientar-me lá fora.
2	Não sei.
3	Se tudo correr bem, hei-de ir trabalhar para um hotel, porque vou para a escola de hotelaria tirar o curso de restauração e bar. E sim, vou precisar de apoios, o meu pai vai lá estar sempre a apoiar e eu vou estar sempre a apoiar o meu pai também.
4	Ando a pensar que se calhar durante alguns anos vou estar em hotelaria e mais tarde quando puder vou para artes, porque hotelaria também tem muita saída só que não penso estar toda a minha vida em hotelaria. Quando sair daqui aos 18 anos vou logo para casa dos meus avós porque a minha avó é doente, tem

	cancro no estômago e eu ainda quero estar com ela, por isso ao início vou e venho de autocarro todos os dias para [REDACTED].
5	Sei que tenho de estudar.
6	Ao início claramente que vai ser um bocado complicado porque tenho de sair de uma casa e durante 6/7 meses vou estar a ser observado, só depois quando tiver os pés bem assentes na terra é que penso montar o meu próprio negócio. Para o conseguir sei que tenho de trabalhar uns anos noutros restaurantes. Não digo que possa ser bem sucedido porque a vida por vezes prepara-nos para pequenos truques, mas sim, acho que com esforço tudo se consegue.
7	Ainda não sei o que quero fazer, quero sair aos 18 anos e arranjar trabalho, depois mais para a frente logo vejo.

Anexo 4 – DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO



COMISSÃO DE ÉTICA

Declaração de Consentimento Informado

NOTA: A Declaração de Consentimento Informado a redigir, deve ser específica, verdadeira e esclarecedora do Estudo/Projeto de Investigação, devendo ser acrescentados dados considerados pertinentes ou eliminados os não aplicáveis.

Compete ao Investigador(es) prestar aos Participantes do Estudo/Projeto as informações necessárias ao Consentimento livre e esclarecido.

Sugere-se que seja anexo à Declaração de Consentimento Informado um folheto informativo e esclarecedor sobre o Estudo/Projeto para facultar aos Participantes.

AO PARTICIPANTE / REPRESENTANTE:

Por favor, leia com atenção todo o conteúdo deste documento.

Não hesite em solicitar mais informações se não estiver completamente esclarecido.

Caro Senhor(a)

No âmbito do Mestrado de Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do IP Portalegre o(s) investigador(es) Lúcia Filipa Caldeira Durão pretende(m) realizar um Estudo/projeto de investigação com o tema percursos de vida em jovens institucionalizados e cujo objetivo principal é perceber que processos ocorrem durante a infância e a adolescência que contribuem para o desenvolvimento de comportamentos de risco.

A evolução dos conhecimentos científicos, nos mais diversos domínios, tem sido possível graças ao contributo da investigação, por isso reveste-se de elevada importância a sua colaboração através da sua participação.

Asseguramos que neste estudo/projeto serão mantidos o anonimato e a confidencialidade dos dados, pois os investigadores consagram como obrigação e dever o sigilo.

Declaração de participante:

- Declaro ter compreendido os objectivos, riscos e benefícios do estudo, explicados pelo investigador que assina este documento;
- Declaro ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o assunto e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora;
- Declaro ter-me sido assegurado que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada.
- Declaro ter-me sido garantido que posso desistir de participar a qualquer momento;

Assim, depois de devidamente informado (a) e esclarecido(a) **autorizo a minha participação** neste estudo/projeto:

(localidade e data)

Fatores de Risco e Proteção, Comportamentos Antissociais e Consumo de Substâncias Ilícitas em Jovens Institucionalizados

Nome: _____

Assinatura do ~~Participante~~/ Representante (riscar o que não interessa)

BI/ CD n.º, data/ validade

Declaro que prestei a **informação adequada** e me certifiquei que a mesma foi **entendida**, ficando o **participante informado e esclarecido**:

Nome do investigador _____

Assinatura _____